

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

IMAGENS DO PASSADO: uma contribuição dos geógrafos na construção da
história do Rio de Janeiro.

THOMAZ MENEZES LEITE

Rio de Janeiro

2019

Thomaz Menezes Leite

IMAGENS DO PASSADO: uma contribuição dos geógrafos na construção da história do Rio de Janeiro.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências (Geografia)

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar da Costa Gomes

Rio de Janeiro

2019

CIP - Catalogação na Publicação

L533i Leite, Thomaz Menezes
Imagens do passado: uma contribuição dos geógrafos na construção da história do Rio de Janeiro. / Thomaz Menezes Leite. -- Rio de Janeiro, 2019.
155 f.

Orientador: Paulo Cesar da Costa Gomes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2019.

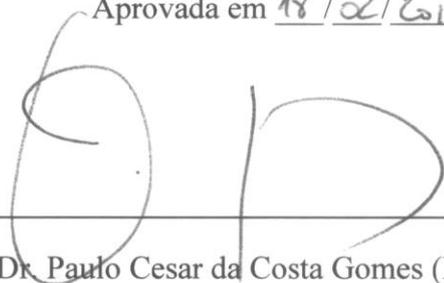
1. Geografia Histórica. 2. Passado. 3. História do Pensamento Geográfico. 4. Rio de Janeiro. 5. Imagens. I. Gomes, Paulo Cesar da Costa, orient. II. Título.

THOMAZ MENEZES LEITE

IMAGENS DO PASSADO: uma contribuição dos geógrafos na construção da história do Rio de Janeiro.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 18/02/2019

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'P' and 'C' followed by a horizontal line.

Orientador: Prof^o Dr. Paulo Cesar da Costa Gomes (PPGG/UFRJ)

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'R' and 'W' followed by a horizontal line.

Prof^o Dr. Rafael Winter Ribeiro (PPGG/ UFRJ)

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'F' and 'F' followed by a horizontal line.

Prof^a Dr^a Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)

Dedico este trabalho

Aos que, teimosamente, criam, reúnem e compartilham,

Mesmo quando o mundo todo queima,

E os incendiários são maioria aos bombeiros,

Mesmo quando tudo vira cinzas e perde o sentido,

Insistem em continuar.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem a existência de toda uma verdadeira rede de apoio e colaboração que tive não só durante a pesquisa, mas na minha formação como geógrafo e ser humano. Se escrevo usando a primeira pessoa do plural não é por mera formalidade, mas por reconhecer que esta dissertação é resultado de uma enorme contribuição de outros. Esse pequeno texto de agradecimento não representa o suficiente a minha gratidão às pessoas e instituições que tornaram esta obra realizável, mas é necessário tentar.

Primeiramente, gostaria de agradecer às instituições de ensino e pesquisa que me puseram em contato com professores e profissionais excelentes. Desde meu colégio, tenho estudado em instituições de ensino públicas, gratuitas e de qualidade. Minha formação foi possível graças à escolha da sociedade em financiar e manter tais instituições e possibilitar o acesso a elas. Em tempos de discussão sobre as prioridades do orçamento público, é necessário frisar os resultados das decisões feitas pela sociedade e agradecer a oportunidade de ter tido acesso a essas instituições. Aproveito para agradecer ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq) pelo financiamento dos doze primeiros meses desta pesquisa, e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo financiamento dos últimos doze. Este projeto não teria sido possível sem esse apoio financeiro.

Em especial, agradeço ao professor Paulo Cesar da Costa Gomes, não só pela orientação desta dissertação, mas por todo o respeito, generosidade, estímulo intelectual e exemplo que marcaram a minha formação profissional e pessoal, do início da graduação até este momento. Sua visão apaixonada da Geografia, assim como o alto nível intelectual das discussões e, principalmente, a valorização do trabalho sério, comprometido, público e honesto são incentivos para busca incessante de tudo que nos falta saber e do caminho para uma produção científica de que possamos nos orgulhar. Obrigado pela paciência, por insistir em mostrar a beleza da Geografia e pelas inúmeras oportunidades oferecidas com generosidade, como a de participar do cotidiano do grupo de pesquisa Território e Cidadania.

Agradeço imensamente à professora Letícia Parente Ribeiro, pela contribuição inestimável que o contato rotineiro provocou na minha formação. A capacidade crítica apurada, aliada a um espírito de vida único, tornam a produção e os trabalhos mais complexos e menos complicados, mais densos e menos pesados. Obrigado por refrescar minha cabeça

com reflexões, sugestões e críticas brilhantes, tanto sobre a Geografia quanto sobre a vida em geral.

Agradeço à professora Fania Fridman, pela disponibilidade de participação tanto da banca de qualificação quanto da de defesa da dissertação, pela leitura atenta e pelas críticas e sugestões para o andamento e conclusão da pesquisa. Agradeço ao professor Rafael Winter Ribeiro pela gentileza em aceitar o convite de participação na banca de defesa. Agradeço ao professor Laurent Vidal, pela presença na banca de qualificação, pelas sugestões e pelas aulas e palestras esclarecedoras. Agradeço também à professora Ana Maria Daou, pelas críticas à pesquisa na banca de qualificação e pela oportunidade de participar da elaboração e ministrar em conjunto a matéria de Geografia do Rio de Janeiro na UFRJ.

O Grupo Território e Cidadania tem sido um lugar de discussão e trocas prazerosas nesses longos oito anos. É um prazer e privilégio participar do laboratório de pesquisa. Agradeço aos integrantes, pelos campos e reuniões instigantes: Igor Robaina, Karina, Marcos, Ana Brasil, Félix, Igor Campos, Livia, Marquinhos, Mirelle, Nikolas, Rafael, Rafinha, Paulinha, Renan, Renato, Hernando, Washington, Lohanne, Rogério, Julia, Bia, Leonardo Mozzi, Bia Santana, Bragança, Clara e Bernardo. À Amanda, em especial, obrigado pelo mapa!

Agradeço também aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Ao coordenador Manoel Fernandes e o funcionário Bruno Ferreira, um muito obrigado especial pela disponibilidade, atenção e rapidez em resolver todos os problemas que surgiram durante o curso de Mestrado. Ao professor Roberto Lobato Corrêa, agradeço pelas aulas, pelas sugestões à pesquisa e pelas referências bibliográficas generosas. Ao professor Willian Ribeiro, agradeço pelas reflexões teóricas discutidas em aula.

Agradeço aos meus companheiros de Geografia: Bia, Pedro, Rafinha, Paulista, Eduardo Bayer, Anna Stauffer, Faya, Amanda, Marquinhos, Renato, Maíra, Pujol, Guilherme Felix, Livia e Gabriel Pires. Graças a vocês, à convivência instigante, aos debates frequentes, na academia ou na mesa de bar e aos momentos de comemoração, minha formação como geógrafo se tornou algo único e prazeroso. Queria agradecer especialmente à Sara Lemos, por sua amizade e generosidade, e por ser um exemplo de determinação, diligência, dedicação e inteligência. Agradeço também ao Eduardo Nogueira pelo convívio, pela contestação constante, pela coragem nos posicionamentos e questionamentos necessários. Ambos são a definição do que acho ser o verdadeiro espírito da Universidade: questionadores, corajosos, generosos, honestos e diligentes. Enche-me de alegria e gratidão ter tido o privilégio de ter estudado com vocês.

Aos meus amigos da Cidade e Maravilhosos, meu agradecimento pelos longos anos de convivência, que criaram vínculos sólidos de amor e amizade. Cabral, Portella, Victor, Biro, Sales, Thales, Elena, Matheus, Murilo, Diego, Tati, Mari e Carol, muito obrigado. E também aos companheiros do CAP, Samir, Bia, Lohanny, Rayra, Carol, Emilie e Michelle. Guardo nossas reuniões e experiências com carinho e sou sortudo em poder ter construído esses laços. Vocês também são responsáveis por quem me tornei.

Agradeço pela amizade com meu irmão escolhido, Luis.

Agradeço à minha família, meus pais Sergio e Renata, por todo apoio e compreensão nesses anos todos. Vocês são meus exemplos de vida, e ser o filho de vocês é uma das maiores felicidades e dádivas que alguém pode desejar. À minha irmã, Marina, por me ajudar a ser menos sisudo e me mostrar outras visões sobre minhas certezas, inclusive ajudando-me diretamente na dissertação. Às minhas mães escolhidas, Iva e Érica, pelos ensinamentos sobre amor, carinho, compaixão e a verdadeira importância das coisas. Aos meus tios e primos, que permanecem presentes e perto, mesmo estando longe.

Agradeço à Bruna, pelo companheirismo nessa longa caminhada, por me fazer descobrir novidades a cada dia, por ser uma copilota tão competente e por ser, antes de tudo, uma pessoa gentil. Obrigado por me escutar, por me aconselhar, por me contradizer e mostrar que eu estou errado. Obrigado por me entender e me aceitar. E, principalmente, obrigado por todos os momentos especiais e por transformar minha vida em uma constante e maravilhosa aventura.

*O rio que fazia uma volta
Atrás da nossa casa
Era a imagem de um vidro mole...*

*Passou um homem e disse:
Essa volta que o rio faz...
Se chama enseada...*

*Não era mais a imagem de uma cobra de vidro
Que fazia uma volta atrás da casa.
Era uma enseada.
Acho que o nome empobreceu a imagem.*

Manoel de Barros

Foi uma excelente iniciativa da Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes do Município do Rio de Janeiro a de publicar o trabalho de Jaime Benchimol, que abriu caminho a uma linha de pesquisa sobre a organização espacial, a política urbana municipal e federal e a evolução social da cidade do Rio de Janeiro no período de transição do escravismo para a época moderna, capitalista.

Até a data da elaboração da tese de Benchimol, somente os geógrafos tinham se ocupado com a questão espacial urbana no Brasil...

Eulália Maria Lahmeyer Lobo

in: BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: um Hausmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX.

RESUMO

LEITE, Thomaz Menezes. **Imagens do passado:** uma contribuição dos geógrafos na construção da história do Rio de Janeiro. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O passado da cidade do Rio de Janeiro foi objeto de estudo de diferentes trabalhos de geógrafos. Nesta dissertação, analisamos setenta e seis de tais trabalhos a partir de uma abordagem que privilegia o contexto em que foram produzidos, seus textos e as mais de mil imagens que os compõem. Realizamos uma periodização em dois grandes momentos de publicação de trabalhos: o primeiro, dos anos 20 até o final da década de 60, e o segundo a partir da década de 80. As obras também foram estudadas em suas características particulares quanto aos autores e obras mais citados, aos temas mais estudados, aos conceitos usados, aos períodos pesquisados e às escalas de análise adotadas. Com a análise das imagens, conseguimos obter um tipo diferente de informação sobre os trabalhos: pontos de vista preferenciais, elementos que os autores consideram chave para compreender o passado, principais fontes e forma de apresentação. Nossa pesquisa também mostrou que, para poder analisar e apresentar o passado, os geógrafos criavam visões sobre o Rio de Janeiro antigo, seja com mapas, gravuras, pinturas, fotos ou mesmo através de descrições textuais sistemáticas. A criação e a estabilização dessas visões são contribuições significativas dos geógrafos à história do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Geografia Histórica; Passado; História do Pensamento Geográfico; Rio de Janeiro; Imagens;

ABSTRACT

LEITE, Thomaz Menezes. **Images of the past**: a contribution of the geographers in the construction of Rio de Janeiro's history. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Rio de Janeiro's past was an object of study of different geographers academic works. In this dissertation, we analyze seventy-six of such works based on an approach that privileges the context in which they were produced, their texts and more than a thousand images that compose them. We were able to carry out a periodization in two great moments of works publication: first it would go of the 20s until the end of the decade of 60, and the second one would begin in the 80s. The works were also studied in their particular characteristics as to the most cited authors and works, the most studied themes, the concepts used, the periods studied and the scales of analysis adopted. With the analysis of the images we can obtain a different type of information about the works: preferred points of view, the elements that the authors consider key to understand the past, main sources and presentation's forms. Our research also showed that in order to analyze and present the past, geographers created visions of an ancient Rio de Janeiro, whether with maps, engravings, paintings, photos or even through systematic textual descriptions We have found that the creation and stabilization of these visions are significant geographers contributions to the Rio de Janeiro's history.

Keywords: Historical Geography; Past; History of Geography; Rio de Janeiro; Images;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 -	Locais de publicação dos trabalhos.....	69
Tabela 2 -	Obras analisadas por formato	71
Gráfico 1 -	Obras analisadas por ano de publicação.....	72
Gráfico 2 -	Obras analisadas por ano de publicação e formato.....	77
Gráfico 3 -	Obras analisadas por ano de publicação.....	78
Mapa 1 -	Áreas estudadas pelos trabalhos (divisão por bairros).....	79
Quadro 1 -	Quantidade de trabalhos por escala.....	80
Gráfico 4 -	Trabalhos por anos estudados.....	81
Gráfico 5 -	Trabalhos por anos estudados – Datas significativas nativas.....	82
Quadro 2 -	Períodos estudados mais recorrentes.....	83
Figura 1 -	Nuvem de <i>tags</i> de autores citados.....	88
Figura 2 -	Nuvem de <i>tags</i> de autores citados, primeiro momento.....	89
Figura 3 -	Nuvem de <i>tags</i> de autores citados, segundo momento.....	90
Figura 4 -	Nuvem de <i>tags</i> de obras citadas.....	91
Figura 5 -	Nuvem de <i>tags</i> de conceitos, palavras-chave e temas – Primeiro momento.....	93
Figura 6 -	Nuvem de <i>tags</i> de conceitos, palavras-chave e temas – Segundo momento.....	94
Quadro 3 -	Quantidade de trabalhos segundo suas fontes.....	95
Documento 1 -	Tabela recorrente nos trabalhos.....	101
Documento 2 -	Exemplos de imagens como registro do que restou.....	104
Documento 3 -	Imagens como registro da construção da materialidade.....	109
Documento 4 -	Visão panorâmica, ou “cyclópica”.....	112
Documento 5 -	Exibição de fonte.....	115
Documento 6 -	Adaptação e alteração de mapa.....	117
Documento 7 -	Uso de imagens de diferentes grupos em montagem.....	119

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	GEOGRAFIA E PASSADO	18
2.1	AS POSSIBILIDADES DE ESTUDO DO PASSADO PELA GEOGRAFIA...	18
2.2	GEOGRAFIA DO PASSADO E O URBANO.....	26
2.3	GEOGRAFIA NO PASSADO.....	32
3	A OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA	40
3.1	A ANÁLISE DOS TRABALHOS.....	40
3.1.1	A escolha dos trabalhos	41
3.1.2	A construção das categorias de análise	50
3.2	A ANÁLISE DAS IMAGENS.....	54
4	OS TRABALHOS	68
4.1	CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHOS.....	68
4.2	O CONTEÚDO DOS TRABALHOS.....	78
4.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	94
5	AS IMAGENS	98
5.1	O BANCO DE IMAGENS.....	98
5.2	OS GRUPOS DE IMAGENS.....	101
5.2.1	A imagem como registro do que restou	102
5.2.2	A imagem como registro do que era	107
5.2.3	A imagem como organização de dados do passado	113
5.3	A PRODUÇÃO DE IMAGENS NA APRESENTAÇÃO DE PASSADOS.....	117
6	CONCLUSÃO	123
	REFERÊNCIAS	127
	APÊNDICE A - LISTA DAS OBRAS ANALISADAS	143
	APÊNDICE B – FICHA DE ANÁLISE	151
	APÊNDICE C - EXEMPLO DE INSERÇÃO NO CADERNO DE LEITURA	153

1 INTRODUÇÃO

O nosso presente é um presente confuso, no qual as mudanças na sociedade ocorrem numa aceleração constante, numa velocidade muitas vezes descrita como exagerada; no qual os processos criam tempos e espaços cada vez mais globais e homogêneos (SANTOS, 1996)¹. Por isso, não é de se espantar que as sociedades recorram ao passado como fonte de singularidade e de estabilidade e que haja, por parte da sociedade moderna, uma crescente valorização do passado, refletindo a emergência de uma nova relação identitária entre os homens e os lugares que lhes dão ancoragem no planeta (ABREU, 1998, p. 77). O passado surge como um resquício de segurança e tentativa de conservação. Lowenthal (2015, pp. 80-127) mostra que a procura do passado normalmente perpassa pelos seguintes motivos: familiaridade, orientação, comunhão, afirmação, possessão, aprimoramento, fuga e criação de identidade.

Essa tendência está presente também na Academia, com um progressivo aumento de interesse sobre o tempo pretérito por parte das mais diversas disciplinas. Na Geografia, especificamente, houve um acréscimo significativo de trabalhos que trazem à luz novas reflexões teóricas sobre o assunto. São recorrentes tanto pesquisas em que a questão estudada se passa no tempo pretérito quanto, o que nos interessou mais, pesquisas que tratam das relações entre Geografia e passado, existindo, inclusive, revistas especializadas para publicação, dentre elas *Journal of historical geography* e *Terra Brasilis*. Além de locais de publicação, o interesse se reflete nos encontros acadêmicos dedicados exclusivamente ao tema, como o Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e Geografia Histórica, ou aparece como uma mesa ou grupo de trabalho em encontros mais gerais (NOVAES; LAMEGO, 2016). Embora haja uma oscilação no número de trabalhos apresentados no Brasil (NOVAES; LAMEGO, p. 261-262) e, a nosso ver, haja uma relativa confusão no tratamento e uso quase que indiscriminado dos conceitos de tempo, temporalidade, História e passado, podemos afirmar a partir da nossa pesquisa que a preocupação sobre o estudo do passado está presente nas discussões atuais da Geografia.

O passado é uma das principais questões que aparecem quando se discutem os limites da Geografia. Tanto no que diz respeito à possibilidade de ser trabalhado ou não, quanto, em caso positivo, às formas como pode ser utilizado. Por outro lado, vemos uma valorização do passado, especialmente no que diz respeito ao que Abreu (1998) chamou de “memória das

¹ Principalmente, os capítulos 8 e 15.

ciudades”, ou o passado das cidades. Trata-se de um campo a ser explorado pela Geografia, pois há um verdadeiro vácuo de produção científica da área (ABREU, 1998).

O Rio de Janeiro é, sem dúvida, uma das cidades mais importantes do Brasil. Desde sua fundação até os dias atuais, manteve sempre uma posição de destaque nos principais processos socioeconômicos vividos pelo país. A partir de 1763, assumiu a condição de capital da colônia e, em 1815, reforçou sua centralidade, com sua elevação a capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Mesmo depois de ceder o lugar de capital, em 1961, a cidade continua a exercer um imenso fascínio, seja pelo seu sítio singular, seja pela diversidade de formas urbanas que exhibe, seja ainda pela forte identidade que a anima.

Por isso, talvez, o Rio de Janeiro foi e continua a ser uma cidade privilegiada nos interesses de pesquisadores do fenômeno urbano, sejam eles geógrafos, antropólogos, sociólogos, urbanistas, arquitetos ou historiadores. Não é de se espantar que a capital fluminense constitua, então, um dos principais locais onde essas pesquisas sobre as memórias da cidade ocorreram por parte dos geógrafos, contribuindo decisivamente para as discussões sobre o Rio de Janeiro (GOMES; MACHADO, 2013). Segundo as autoras, a produção brasileira consolidada sobre uma “geografia histórica das cidades” teria como um dos seus objetos de estudo preferidos a cidade carioca.

A intenção inicial da nossa dissertação era de entender justamente qual e como foi a produção geográfica sobre o passado do Rio de Janeiro, tendo como recorte os trabalhos de Geografia Histórica. Por essas razões, pensou-se no começo da pesquisa justamente tentar responder “Como os geógrafos brasileiros pensaram e pesquisaram, a partir do campo da Geografia Histórica, a cidade do Rio de Janeiro?”, sendo então intitulada de “Com quantas Geografias se faz uma História? Uma análise da Geografia Histórica do Rio de Janeiro”. Mas a opção por esse recorte também traria muitos problemas, como logo se verificou.

Os trabalhos que tratam do passado da cidade começaram a ser publicados a partir da década de 1920; desde então, os estudos geográficos sobre a cidade e seu passado continuam com bastante força, como atesta a produção de alguns geógrafos (ABREU, 1994; BARCELLOS, 2010) e a citação de Eulália Lobo em nossa epígrafe. Porém, após um primeiro levantamento inicial de obras, percebemos que tais trabalhos não se enquadravam na Geografia Histórica. O recorte começou a ser uma camisa de força que mais atrapalhava do que ajudava e, por isso, foi descartado.

Na verdade, como fomos percebendo ao longo de nossa dissertação, o tema escolhido, uma interseção entre Geografia, passado e cidade, não é uma área estabilizada. As discussões sobre Geografia e passado são acompanhadas de debates centenários sobre os limites

epistemológicos da disciplina, a singularidade do pensamento geográfico frente à História e a possibilidade ou a necessidade de estudo do passado pelos geógrafos. Os caminhos foram incertos e, depois de nos embrenharmos na área, a partir do contato inicial sobre a Geografia e o passado, reconhecemos que nossa pesquisa demandaria uma abordagem geográfica para tratar dessa produção.

Ou seja: não bastava realizarmos uma historiografia sobre a produção dos geógrafos sobre o passado do Rio de Janeiro. Era também necessário que o nosso ponto de vista, nosso método de observação sobre essa produção fosse geográfico. Criamos uma trilha ao decidir pela abordagem a partir análise das imagens criadas pelos geógrafos para apresentar o passado do Rio de Janeiro. Se postularmos a Geografia como uma maneira de organizar o pensamento, como propõe Gomes (2017), um raciocínio espacial que, ao inscrever-se, cria não só uma apresentação do mundo, mas possibilita novos entendimentos sobre ele, a inscrição em si ganha uma nova dimensão. Então, realizar uma análise que tanto tenha como questão o papel das imagens quanto privilegie métodos gráficos de análise nos garante uma *geograficidade* em nossa pesquisa.

Sabendo da crescente importância da discussão do passado na sociedade, principalmente o passado das cidades, do vácuo de uma reflexão sobre a produção geográfica sobre o assunto e da relevância dos trabalhos dos geógrafos para compreender o passado da capital fluminense e a abordagem pelas imagens, formulou-se a questão principal da presente pesquisa: como o geógrafo estudou o passado da cidade do Rio de Janeiro? Partimos do princípio, a partir das contribuições de Abreu (1998; 2000) de que haveria uma particularidade na contribuição geográfica no estudo dos passados das cidades.

Entendendo que o conteúdo da produção é de vital significância para responder ao questionamento inicial, pensamos em outras perguntas para caracterizá-lo: Quais foram as temáticas privilegiadas? Que espaços foram contemplados? Quais foram os períodos históricos pesquisados? Que imagens foram apresentadas e produzidas? Elas são relevantes nos trabalhos?

Ao mesmo tempo, segundo Claval (2013), é necessário contextualizar o próprio ato de produzir o conhecimento e como ele pode afetar diretamente a obra. Com base nesse pensamento, acrescentaríamos as seguintes perguntas: onde esses trabalhos foram publicados? Quem foram os principais autores? Quais foram as épocas de publicação? Quais são as citações mais recorrentes?

Com base nas questões já debatidas, chegamos ao objetivo principal desta pesquisa: entender a produção geográfica sobre o passado do Rio de Janeiro, privilegiando o papel das imagens criadas nesses estudos.

Como objetivos secundários, esperamos identificar a presença das imagens nos estudos sobre o passado (I), assim como quais eram as principais preocupações, questões e temas que surgem a partir das imagens (II). Tentamos também estabelecer padrões na produção geográfica referente a áreas, escalas, arcabouços teóricos e períodos escolhidos, assim como a data de publicação e local de publicação (III). Por fim, buscamos entender a importância da articulação entre o texto das obras e as imagens apresentadas para o estudo do passado carioca pelos geógrafos (IV).

Como toda ciência, faz-se necessário que periodicamente haja uma reflexão por parte dos geógrafos sobre a produção geográfica. Embora reflexões da produção geográfica sobre a cidade já existam (CLAVAL, 1969; VASCONCELOS, 1999a), inclusive exclusivamente da produção geográfica brasileira (ABREU, 1994; BARCELOS, 2010), estudos específicos sobre como o passado foi analisado pela Geografia Urbana ainda não são comuns, principalmente no Brasil. Com o crescente interesse dos pesquisadores brasileiros da disciplina em entender como o passado pode ser estudado nos trabalhos geográficos (ALVES, 2011; SILVA 2012; GODOY, 2013; RODRIGUES, 2015; CORRÊA, 2016) e do tempo ido em geral na sociedade atual (ABREU, 1998), justifica-se um resgate e uma análise do que já foi produzido, principalmente de como se produziu. As imagens também têm tido um aumento significativo de interesse a partir da década de 90 (GOMES; BERDOULAY, 2018).

Existe, portanto, uma demanda na produção sobre essa área que justificaria a pesquisa. O trabalho contribuiria não somente para entender o caso específico da capital fluminense, que já seria interessante pela proficiência dos seus trabalhos e pela importância da Geografia no entendimento do seu passado, mas para as discussões mais gerais sobre como estudar o passado nos trabalhos da Geografia e sobre a importância das imagens nessa produção.

Tomando o Rio de Janeiro como estudo de caso, teríamos uma enriquecedora diversidade da produção acadêmica, que melhor subsidiaria o debate científico para compreensão desse fenômeno. Isso porque a dissertação consegue abranger mudanças, novas metodologias, questões e abordagens do urbano que surgiram durante os mais de noventa anos que compreendem a extensão temporal dos trabalhos analisados. O arcabouço teórico-metodológico, as épocas e os temas variaram assim como as escalas e as áreas da cidade que foram escolhidas.

A primeira parte da dissertação trata-se desta introdução, na qual contamos a história da pesquisa, revelando nossas preocupações iniciais, assim como os percalços enfrentados e como os contornamos. Também discutimos as perguntas que nortearam nosso estudo, os objetivos que nos propusemos atingir com este trabalho e a justificativa da investigação.

Discutiremos no capítulo seguinte a relação entre a disciplina e o passado a partir de três pontos: primeiro, aprofundaremos nossas questões sobre as possibilidades de a Geografia estudar o passado; em seguida, discorreremos sobre a produção geográfica do passado sobre o espaço urbano, a fim de situar nossa dissertação no campo científico. Por fim, faremos uma revisão sobre as formas de estudo da Geografia no passado, explicitando nosso caminho na construção teórica da pesquisa.

O nosso terceiro capítulo será o local de discussão sobre a construção da nossa abordagem para tentar atingir os objetivos propostos e responder às perguntas de nossa dissertação. Nele, justificamos como foram escolhidos os trabalhos analisados, assim como explicamos o porquê da não inclusão de outros. Apresentaremos no capítulo nossos instrumentos de análise, assim como considerações sobre os diferentes tipos de abordagens na Geografia para se examinar as imagens, a fim de fundamentar nossas escolhas metodológicas.

O quarto capítulo é dedicado à análise dos trabalhos escolhidos, evidenciando o contexto no qual foram publicados e seu conteúdo. O ano e o lugar de publicação, as fontes usadas, os períodos e locais estudados, as escalas dos trabalhos, os temas preferenciais e os conceitos usados foram as categorias usadas para caracterizá-los.

Em nosso quinto capítulo, examinamos as imagens que fazem parte da produção geográfica sobre o passado da cidade do Rio de Janeiro. Além de considerações sobre o banco de imagens, reagrupamos as figuras em três grupos para analisá-las: a imagem como registro do que restou, a imagem como registro do que era e a imagem como organização de dados do passado. Nesse capítulo, também iremos pensar as articulações entre as imagens e entre elas e o texto, para entender como as figuras participam na produção científica estudada.

Por fim, pontuamos na conclusão o que consideramos os ganhos da nossa dissertação: considerações sobre as relações entre Geografia e passado; a recuperação de trabalhos de geógrafos sobre a história da cidade do Rio de Janeiro; uma periodização destes; a caracterização de cada período, demonstrando a mudança em fontes, citações, escalas, temas das obras; a demonstração da autonomia das imagens na criação de sentido sobre o passado e os ganhos em considerá-las como objetos de análise; e a descoberta de que, com a articulação entre texto e imagens, o geógrafo acaba criando um grande panorama sobre o passado da cidade, para visitá-lo e apresentá-lo a seus interlocutores.

2 GEOGRAFIA E PASSADO

Discutiremos neste primeiro capítulo a relação entre o campo científico e o passado a partir de três pontos: primeiro, dialogaremos com os autores contemporâneos do tema sobre as possibilidades de a Geografia estudar o passado. Depois, discorreremos sobre a produção geográfica do passado sobre o espaço urbano, a fim de reconhecer a posição que as obras que estudamos ocupam no campo científico. Por fim, faremos uma revisão sobre as formas de estudo da Geografia no passado, para podermos balizar metodologicamente a nossa pesquisa.

2.1 AS POSSIBILIDADES DE ESTUDO DO PASSADO PELA GEOGRAFIA

Pode parecer quase tautológico um texto comentando sobre as possibilidades de o passado ser estudado pela Geografia. Isso porque já é de aceite geral que o geógrafo pode contribuir com questões e análises ao versar sobre o tempo pregresso. Mas, nas discussões contemporâneas sobre Geografia e passado, principalmente nas da produção brasileira, há uma recorrente crítica à narrativa de que haveria uma lei que impediria a disciplina geográfica de trabalhar com o passado (ABREU, 1998, p. 92). E o que seria essa “lei informal”, que foi “escrita não se sabe por quem, nem quando” (p. 92-93)? Ela seria uma “lei castradora”, que impele a Geografia “na direção exclusiva da interpretação do presente dos lugares” (p. 95) e, por isso, Abreu argumenta, deveria ser transgredida ou abolida. Seria uma lei que, baseada, segundo alguns, nas ideias de Kant, e segundo outros nas de Reclus, entenderia a Geografia como a ciência da descrição da história no presente (MORAES, 2000, p. 1).

A visão de que a Geografia e a História (VASCONCELOS, 2017, p. 38) seriam definidas pelo estudo do presente ou do passado - esta tratando da evolução dos eventos pelo tempo e aquela da simultaneidade temporal no espaço - foi duramente criticada ao longo do século XX. Os trabalhos de geógrafos como Darby (1953, p. 9) e Baker (2003) e de historiadores como Fernand Braudel, Marc Bloch e Lucien Febvre (BAKER, 2003, p. 16-24; BARROS, 2005, p. 95-96; BLOCH, 2001[1949]) evidenciaram as contribuições que a Geografia poderia realizar ao estudar o passado e a História, o presente.

O fim da exclusividade temporal para as disciplinas não necessariamente diminuiu as tensões que se estabeleceram entre ambas. Essa verdadeira terra de ninguém, de sobreposição das disciplinas, pleiteada por pesquisadores dos dois lados, continua bastante contestada e provoca debates. Por mais que alguns autores tenham se esforçado para apaziguar os ânimos e

aumentar a abrangência de ambas as disciplinas (DARBY, 1953; BAKER, 2003)², as tensões em sua “área de fronteira” continua. Baker (2003, p. 1) frisa o uso de termos militares de pesquisadores dos dois campos quando pensam suas relações: fronteiras, domínio, defesa, anexação e invasão. Atualmente, subdividem essa área de tangência em Geografia Histórica, História Geográfica, ou Geo-história, além da História da Geografia e da Geografia da História (DARBY, 1953; BAKER, 2003, p. 3).

Porém, a narrativa da lei que impediria a disciplina geográfica de trabalhar com o passado (ABREU, 1998, p. 92) ou mesmo uma regra informal de que a Geografia deveria estudar unicamente o presente (SILVA, 2012, p. 1) ainda são recorrentes nos recentes trabalhos geográficos sobre o estudo do passado. Mesmo que seja citada só para ser contestada, a ideia de que o passado foi um dia proibido ao estudo geográfico continua sendo comum na produção acadêmica brasileira. Logo no início de nossa pesquisa, viu-se que, pelo contrário, essa produção sempre foi presente, mesmo que realizada de diferentes maneiras e tendo variados graus de representatividade ao longo dos anos. Podemos citar como exemplos os trabalhos pioneiros de Delgado de Carvalho (1990[1926]), Therezinha de Castro (1965), Maria Novaes Pinto (1965), além dos artigos de Lysia Bernardes e Maria Therezinha de Segadas Soares, publicados nas décadas de 50 e 60 e reunidos em um livro posteriormente (1987).

Procurando entender a origem da dita lei, voltamos aos textos sobre o estudo geográfico do passado para ver como os autores construíram o argumento de sua existência e identificaram-na. Abreu (1998, p. 92-93) cita a geografia francesa como guardiã da lei e exemplifica alguns geógrafos que, segundo o autor, afirmaram que a Geografia deveria dar conta do presente, e não do passado, como Brunhes (1869 – 1930) e Cholley (1886 – 1968). É essa a interpretação que parece ser comum na produção acadêmica atual na Geografia sobre o assunto, que cita os referidos artigos de Abreu (1998; 2000) e, por vezes, inclui Hartshorne (1899 - 1992)³ como um dos sustentadores da lei.

Com o objetivo de conhecer as bases das críticas ao uso do passado nos trabalhos geográficos, consultamos os textos citados pelas obras contemporâneas como de acordo com essa legislação restritiva. Mas, ao reler os autores e obras citados, não nos pareceu que eles sejam os responsáveis por estabelecer uma proibição de se estudar o passado.

² “Let us confess that such treatments lie in an intellectual borderland. To set tariff frontiers around our different academic subjects, and so hinder the flow of ideas, is as unnecessary as it is unprofitable”. (DARBY, 1953, p. 9). O livro de Baker (2003) pretende estabelecer uma ponte entre as disciplinas, como explícito literalmente no título: *Geography and History. Bridging the Divide* (op. cit., grifo nosso).

³ Principalmente a partir do trabalho de Guelke (1982).

Brunhes, geógrafo francês, teria divergido da tradição lablachiana e, insatisfeito com o uso indiscriminado e pouco científico do “fator histórico”⁴ para falar sobre aspectos sociais e econômicos, teria se apoiado mais em geógrafos alemães para construir sua visão sobre a Geografia e seus métodos, segundo Claval (1984, p. 234). Assim, teria criticado o historicismo nos trabalhos de diversos colegas e apontado metodologias alternativas que garantiriam à disciplina um caráter científico e autônomo.

Mas, mesmo preterindo as reconstruções históricas praticadas anteriormente por estudos de distribuição e organização espacial, Brunhes, inclusive por sua formação conjunta em História e Geografia, também incorporou em suas análises o tempo, o passado e a história. Isso é evidenciado no final uma das suas obras mais famosas, *La géographie humaine: essai de classification positive* (1920[1910], p. 543-568). Outro grande exemplo de como o geógrafo parecia não ver o passado como proibido está no seu livro com Camille Vallaux, intitulado *La Géographie de l’Histoire, géographie de la paix et de la guerre, sur terre et sur mer*⁵ (BRUNHES; VALLAUX, 1921).

O livro, que inclusive se inicia com considerações da relação entre a História e a Geografia, pode nos parecer, atualmente, mais uma produção sobre a Geografia Humana, dados os temas e questões abordados. Mas isso muito se deve pela mudança do que “História” significava para os autores e para a nossa concepção sobre o termo. Contudo, mesmo com essa diferença, o livro é permeado de exemplos e estudos de casos sobre o passado para discutir tais temas e questões. Portanto, não nos parece ser possível dizer que Brunhes era um apoiador de tal regra ou lei “castradora”. Pelo menos, não seria uma questão relevante para o autor, quando da crítica ao uso do passado e a discussão sobre a possibilidade ou não de a Geografia abordar esse tempo pretérito.

Cholley, pelo contrário, em seu guia aos estudantes de Geografia (CHOLLEY, 1942), principalmente no quinto capítulo, intitulado “*Géographie et Histoire, unité de la Géographie*”⁶ (p. 102-121) parece advogar pela exclusividade temporal das duas disciplinas.

Aí está uma diferença fundamental entre Geografia e História: **a História está voltada para o passado, a Geografia vê o presente**. É a vida atual dos grupos humanos, o estado atual das regiões humanas que constituem sua preocupação essencial.⁷ (CHOLLEY, 1942, p. 107)

⁴ *Historical factor*, no original. Tradução livre.

⁵ A Geografia da História, geografia da paz e da guerra, sobre a terra e sobre o mar. Tradução livre.

⁶ Geografia e História, unidade da Geografia. Tradução livre.

⁷ “*Voilà entre Géographie et Histoire une différence capitale: l’Histoire est tournée vers le passé, la Géographie regarde le présent. C’est la vie actuelle des groupements humains, l’état actuel des régions humaines qui constituent sa préoccupation essentielle*”, no original. Tradução livre, grifos nossos.

O passado interessaria ao geógrafo quando traz consigo uma chave do entendimento do presente. Presente que não se confunde com o “efêmero” ou o “instantâneo”. Cholley, a partir da sua ideia central de dinamismo (CHOLLEY, 1942, p. 12-18), reconhece que existe uma duração nos eventos e que o “atual” é relativo, não correspondendo a uma medida numa escala cronológica definida. Seriam as atualidades “duráveis”, tendências e estruturas que os geógrafos deveriam estudar, evitando os feitos secundários e acidentais (CHOLLEY, 1942, p. 107-109).

Contudo, o geógrafo francês não nega a importância da História e do passado para sua área do conhecimento. É justamente utilizando-se de “marcos do passado”⁸ que o geógrafo pode verificar se o que vê e estuda é de fato algo com uma duração significativa ou se é uma efemeridade de segunda importância e deve, então, ser ignorado. O passado, com isso, não parece proibido, mas passível de ser usado como instrumento:

Recorrer ao passado permite, então, remediar a insuficiência de nossa informação e as fraquezas de nossa perspicácia. A História dá à Geografia o recuo necessário que a permite construir sobre bases sólidas.⁹ (CHOLLEY, 1942, p. 110)

E não apenas um instrumento qualquer, mas, sim, o passado, ou melhor: “[o] conhecimento do passado, o uso do passado, continua sendo, portanto, nosso melhor meio de discernimento”¹⁰ (CHOLLEY, 1942, p. 111).

Esse uso restrito do passado, apenas para construir uma explicação do presente, também é criticado por Abreu (1998; 2000) e outros trabalhos que tomam os artigos como base. Concordamos que seria realmente empobrecedor limitar as “visitas geográficas” ao passado, permitindo o uso do tempo ido somente para a identificação e separação de quais fenômenos, no presente, o geógrafo deve considerar em seu estudo, como Cholley parece propor. Mas, de forma inusitada para quem parece defender veementemente essas restrições temporais, o autor reconhece, ao explicar as diferentes geografias para os leitores, que existe uma Geografia Histórica (CHOLLEY, 1942, pp. 77-78). E o qual seria a proposta desse ramo da Geografia? Seria

⁸ *Points de repère dans le passé*, no original. Tradução livre.

⁹ “*Ce recours au passé permet donc de remédier à l’insuffisance de notre information et aux faiblesses de notre perspicacité. L’Histoire donne à la Géographie le recul nécessaire qui lui permet de construire sur des bases solides, no original*”. Tradução livre.

¹⁰ “*La connaissance du passé, le recours au passé, reste donc notre meilleur moyen de discernement, no original*”. Tradução livre.

[...] essencialmente nos descrever o aspecto do mundo em um momento determinado do passado e nos fazer conhecer a estrutura dos grupos humanos que então realizam suas atividades. Ela é, portanto, ao mesmo tempo universal e regional. (CHOLLEY, 1942, p. 77)¹¹

Mesmo admitindo ser um ramo negligenciado na geografia francesa, Cholley reconhece que a Geografia Histórica seria capaz de reconstituir o aspecto de uma região no passado. E não diz ser necessária a justificativa de entender o presente para realizar essa reconstituição. Apenas adverte que o principal problema em se fazer esse recorte temporal do passado é como escolher o “momento”, que nos parece concordar com todos os cuidados recomendados pelos geógrafos historiadores para com as periodizações em seus respectivos trabalhos.

A partir das principais obras referenciadas de Hartshorne (1939; 1959), é possível deduzir que a questão principal para o autor é encontrar qual seria a contribuição da Geografia, tentando delimitar seu campo, seus objetos de estudo e suas metodologias. O próprio objetivo do geógrafo americano é tentar revelar a natureza da Geografia, realizando uma historiografia da disciplina. Suas considerações sobre o estudo do passado parecem mais claras no capítulo VI da sua obra de 1939, *The relation of History to Geography* (HARTSHORNE, 1939) e na sua revisitação à obra, vinte anos depois, na qual dedica também um capítulo - o oitavo, *Time and Genesis in Geography* - para discutir a relação da Geografia com o tempo e o passado (HARTSHORNE, 1959).

Hartshorne não nos parece advogar por um estudo exclusivo do presente. Primeiro, insiste que mesmo os estudos do tempo atual, criticados à época como estáticos, “não se limitam à condição presente”¹² (HARTSHORNE, 1939, p. 354). Ou seja, era aceitável que o geógrafo que quisesse entender a atualidade recuasse no tempo, reconhecendo que o “presente” teria uma extensão temporal significativa. Em seu livro de 1959, o autor irá tecer considerações sobre o que de certa forma se assemelha ao que vimos ser proposto por Cholley e sua diferenciação entre presente e efemeridade, a partir do conceito de dinamismo (HARTSHORNE, 1959, p. 82-84).

Além de considerar esse presente como um “presente espesso”, para utilizarmos a terminologia de Santos (1994), Hartshorne (1939, p. 354) conclui que a Geografia tampouco se limita a estudar esse “presente”. Isso fica claro em sua argumentação quando afirma que

¹¹ “*La Géographie historique, pour sa part, se propose essentiellement de nous décrire l’aspect du monde à un moment déterminé du passé et de nous faire connaître la structure des groupements humains qui y déploient alors leurs activités. Elle est donc à la fois universelle et régionale*”, no original. Tradução Livre.

¹² [...] *the so-called “static” method of regional study does not limit itself to present condition*, no original. Tradução livre.

[p]or outro lado, o fato de que o tempo, ele mesmo, não é um fator na Geografia, que a Geografia estuda a integração do fenômeno em áreas sob a suposição de um tempo fixo, não limita a Geografia ao presente. Ela pode traçar um corte transversal através da realidade em qualquer ponto no tempo¹³ (HARTSHORNE, 1939, p. 360)

Sua crítica não parece ser, portanto, a possibilidade ou não de a Geografia versar sobre o passado, visto que considera legítima a realização de estudos de cortes temporais pretéritos. Mas, sim, o fato de exigir do geógrafo uma apreensão e consideração do tempo progressivo no seu trabalho da forma proposta por Sauer (1940), já que esse profissional não teria nenhuma formação especializada para tal, e que as outras disciplinas já faziam essa apreensão e estudo de forma superior¹⁴.

O problema do passado não estaria no uso do tempo, ou na necessidade do presente, mas ocorreria quando o pesquisador, mesmo geógrafo, tentasse entender o fenômeno a partir de uma visão narrativa e, com isso, indaga-se se não estaria deixando de fazer Geografia, mas sim História. E, se fosse para fazer História, se não haveria pessoas com maior capacidade metodológica e treinamento profissional para realizar essa pesquisa: os historiadores. Parece ser uma crítica semelhante a que Santos (1996) fez a alguns métodos da dita Geografia Histórica:

Em que medida ela pode revelar o que arbitrariamente se chama de passado, quando, em vez de mostrar a coerência simultaneamente espacial e temporal de um mesmo momento, apenas reúne instantes dispartados e distantes da mesma flecha do tempo? (SANTOS, 1996, p.31)

Nota-se que a crítica de ambos reside em como o passado é apreendido e usado, considerando falhas as metodologias processuais ou de sucessões de tempos. Sem devidos cuidado metodológico e análise geográfica, a produção do geógrafo sobre o passado não passará de uma corruptela da História. Crang (2005) expõe em seu artigo que há dois problemas fundamentais na discussão geográfica sobre o tempo e seu uso: há uma evidente dificuldade do pesquisador em definir exatamente o que (ou qual) seria o tempo que estaria trabalhando; e a tendência de se definir o tempo a partir de um dualismo para com o espaço.

¹³ *On the other hand, the fact that time, in itself, is not a factor in geography, that geography studies the integration of phenomena in areas under the assumption of fixed time, does not limit geography to the present. It may strike a cross-section through reality at any point of time, no original. Tradução livre.*

¹⁴ *The question is whether geographers who wish to study the present geography of a region are required first to produce works for which few of us are technically prepared and which can hardly be distinguished from those of other Field (HARTSHORNE, 1939, p. 354).*

Espaço e tempo são termos usados no cotidiano, gerando visões de senso comum e tornando-os, muitas vezes, indefinidos nas pesquisas.

Santos (1996, p. 30-31), por sua vez, reconhece que o tempo não é mais um tabu, no que diz respeito aos trabalhos geográficos. Mas, assim como Crang (2005), aponta que existe uma frouxidão conceitual, com o uso frequente de tautologias e discursos que afirmam a importância do tempo no trabalho geográfico, criticam a falta do uso e o menosprezo pelo tempo por parte de outros pesquisadores, mas não propõem métodos, criações de categorias de análise, ficando apenas na afirmação da importância em enunciados gratuitos e ingênuos.

Mesmo na Geografia Francesa em geral, apontada como guardiã dessa suposta lei (ABREU, 1998, p. 92-93), não nos parece ser possível apontar com certeza quais autores, ou em que momento, estabelecem e legitimam tal lei. Se, segundo Claval (1984, p. 238), na década de 60, Pierre George insistia em não olhar para trás para um mundo do passado, e alguns dos seus alunos¹⁵ consideravam que a Geografia poderia e deveria ser uma ciência exclusiva do presente, essa posição não nos parece ser majoritária. Ainda que criticados, são variados os exemplos da permanência de estudos utilizando conceitos como tempo, temporalidade, história e passado, principalmente sobre o espaço do campo (p. 237), quanto de tentativas de incorporar uma análise marxista nas pesquisas (p. 239).

São muito mais identificáveis e vocais os geógrafos que creem na total possibilidade de uso do passado, desde que sejam feitos ajustes metodológicos, como Abreu (2010) explica:

A Geografia não tem, pois, que se definir como o estudo do presente. É possível, sim, fazer geografias do passado, e elas não têm que buscar ali apenas as bases do entendimento do presente. As análises que fazemos para compreender o momento atual podem também ser feitas para o passado, bastando para isso que façamos as necessárias correções metodológicas. Se variáveis são historicamente datadas, não podendo ser transladadas impunemente através do tempo, as categorias de análise, que elas operacionalizam e desagregam, não o são. E são elas que orientam, em última instância, a análise geográfica e que lhe dão caráter de universalidade. (ABREU, 2010, p. 23)

O estudo do passado pelo geógrafo, então, torna-se um tema interessante para a pesquisa, não só pelas possibilidades aventadas por Abreu (2010), mas porque as discussões sobre as contribuições particulares da Geografia ao estudar o tempo ido ainda são pertinentes.

E que contribuições seriam essas? Temos diversos exemplos. Claval (1984) atribui aos geógrafos vidalianos a contribuição necessária para o estabelecimento da Escola dos Annales e para a percepção dos historiadores que a compuseram de um tempo diferenciado, do tempo longo, ou *longue durée* (CLAVAL, 1984, p. 235). Hartshorne (1939), para surpresa de alguns,

¹⁵ Infelizmente, Claval não cita nominalmente os alunos para procurarmos sua produção e/ou proibição.

demonstra que é possível se fazer uma geografia do passado. Para ele, quando um geógrafo usa dados históricos, mas métodos e propósitos da Geografia, ele está fazendo Geografia, e sua produção seria diferente da que qualquer historiador poderia fazer (HARTSHORNE, 1939, p. 363). Santos (1994, p. 34-35), ao discutir as possibilidades de estudo da história da cidade e do urbano, aponta para a capacidade da Geografia de empiricizar o tempo e, ao trabalhar o espaço simultâneo, trabalhar com o tempo concreto. Abreu (1998; 2000), por sua vez, vê na Geografia a capacidade de integrar o espaço social e o espaço concreto, construindo a história do e no lugar, aliando singularidade e contexto, algo que as outras disciplinas, para ele, parecem não conseguir realizar de maneira satisfatória.

A partir de nossas leituras, dificilmente poderíamos concordar com o que parece ser o consenso atual na Geografia brasileira de que se estabeleceu uma regra, mesmo que informal, do não uso do passado, ainda que o tempo pregresso tenha sido preterido por vezes na história do pensamento geográfico. O passado não parece ter sido uma fronteira estéril para a Geografia, como alguns autores afirmam, muito pelo contrário. Desde o início da institucionalização da disciplina, o tempo pregresso foi algo de interesse dos geógrafos, e, se essa “ditadura” ou lei, realmente existiu, não foi respeitada. Foram realizados por geógrafos inúmeros, encontros pesquisas e publicações nos quais o passado é o tempo do qual o trabalho trata. Podemos, a partir das classificações expostas em Darby ([1962]1991), agrupar esses interesses dos geógrafos pelo passado, assim como sua produção, em duas grandes tradições: uma **Geografia no passado** e uma **Geografia do passado**.

A primeira tradição seria a de estudar como se deu a evolução do pensamento geográfico através da história, seja estudando os trabalhos anteriores da disciplina, seja fazendo uma historiografia das ideias e dos conceitos principais para a área científica ou mesmo analisando as contribuições particulares de certos geógrafos ou de escolas geográficas. Seria o que se convencionou chamar de uma História do Pensamento Geográfico - subcampo do conhecimento geográfico, reconhecido e estabilizado. A História do Pensamento Geográfico é considerada, inclusive, essencial para a compreensão da disciplina e formação de novos geógrafos, sendo matéria obrigatória em diversos programas de graduação.

A segunda tradição seria de pensar questões geográficas e aplicá-las ao tempo pretérito. Segundo Abreu (2000, p. 23), as mesmas ferramentas teóricas usadas pela disciplina para estudar o presente podem ser utilizadas para a compreensão do passado, se realizadas as devidas correções metodológicas. A esses trabalhos, estudos geográficos do passado, se convencionou chamar “Geografia Histórica” (HARTSHORNE, 1939; ALVES, 2011; RODRIGUES, 2015).

Se os limites, ou a natureza em si, desse ramo da Geografia ainda são discutíveis, e as definições são variadas, é inequívoco reconhecer a existência de trabalhos geográficos nos quais os interesses do pesquisador se encontram no passado. Para evitar entrar nas disputas e querelas para com a terminologia (o que exatamente significaria “histórica”, por exemplo) e sobre se existe uma metodologia ou prática que garantiria uma unidade a esse subcampo, o que não nos interessa aqui, consideraremos essa segunda tradição como uma Geografia do Passado. Ou seja: toda Geografia que visa analisar através de questões e categorias de análises geográficas algum tema existente no passado.

Nossa pesquisa se voltará a ambas as tradições, sobre como a Geografia no Passado realizou uma Geografia do Passado. Assim, a questão inicial desta dissertação é entender como os geógrafos estudaram o passado da cidade do Rio de Janeiro. Se os trabalhos dos geógrafos sobre o passado da capital carioca, portanto uma Geografia **do** passado, são nossos objetos de estudo, pesquisar sobre a produção geográfica é deslocar o olhar para o passado da disciplina, logo para uma geografia **no** passado. Como Lia Machado (2000) aponta:

O [...] objeto não é história do pensamento. A história do pensamento é o seu ponto de vista, o seu interesse, o sentido da sua reflexão. Mas não é o seu objeto, que tem que ser construído em torno de uma questão. (MACHADO, L., 2000, p. 11)

Iremos discutir, a seguir, primeiramente sobre a temática de nossa pesquisa, sobre como os trabalhos que nos propusemos a estudar, de Geografia do Passado, se inserem em uma discussão maior na disciplina. Como o campo é vasto, priorizamos um diálogo com a produção que se voltasse para o espaço urbano, visto que é esse nosso foco. Em seguida, discorreremos brevemente sobre diferentes formas de analisar a produção de trabalhos geográficos, a fim de apresentar e justificar nossa abordagem nesta dissertação.

2.2 GEOGRAFIA DO PASSADO E O URBANO

Um dos espaços privilegiados onde a Geografia estudou o passado foram as cidades, principalmente na literatura anglo-saxã (BAKER, 2003). Não temos a ambição nem o objetivo de, nesta pesquisa, traçar uma narrativa sobre como a Geografia estudou a cidade. Mas, para analisarmos como o passado carioca foi estudado pela disciplina, fez-se necessário entender, mesmo que de forma menos densa, as principais preocupações dos geógrafos ao estudarem a história das cidades.

Corrêa (2003, p. 133) indica que o fenômeno urbano tem sido estudado a partir de três perspectivas na tradição geográfica. A primeira seria o processo de urbanização, que consistiria nas bases e nas formas de concentração de população em torno de atividades industriais, comerciais e de serviços. A segunda seria a rede urbana – ou sistema urbano, conforme alguns preferem utilizar –, entendendo-a como o conjunto funcionalmente articulado de cidades. Por fim, teríamos a perspectiva da organização interna das cidades, que se refere ao espaço urbano, ou espaço intraurbano. As duas últimas se difeririam principalmente por uma construção epistemológica de uma escala conceitual diferenciada (CASTRO, 1995; CORRÊA, 2007). Santos (1994) separa a cidade e o urbano:

Na realidade, há duas coisas que estão sendo confundidas gratuita e alegremente, isto é, a cidade e o urbano. O urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. Não há que confundir. Por isso, na realidade, há histórias do urbano e histórias da cidade. (SANTOS, 1994, p. 34)

Usando os termos de Corrêa (2003, p. 133), o estudo da urbanização seria o estudo do urbano em Santos (1994), e os estudos das redes urbanas e dos espaços intraurbanos seriam os estudos da cidade.

Corrêa (2007) aponta que cada escala conceitual gera uma apreensão diferenciada do fenômeno. Consequentemente, cada perspectiva de estudo da cidade se apropria do passado de maneira distinta, com instrumentos, temas e preocupações próprios. Mas, se as escalas e as perspectivas de análise guardam suas especificidades, há também pontos em comum a serem destacados. Um desses pontos é o uso recorrente de uma das principais ferramentas epistemológicas para a apreensão da temporalidade: o recurso da periodização.

A periodização é um instrumento extremamente utilizado pelos historiadores. Quando a Geografia se interessou pelo uso do passado, fez-se necessário ganhar o domínio desse instrumento metodológico, essencial para construir epistemologicamente um quadro passível de uma análise geográfica. Wishart (2004) faz uma comparação entre a periodização e a criação de uma região: é preciso de uma relativa homogeneidade entre tempos contíguos e espaços contíguos para poder se utilizar desses instrumentos, respectivamente. Os estudos que envolvem a cidade não são uma exceção: praticamente todos envolvem uma reflexão sobre o recorte temporal específico que se faz para estudar o fenômeno escolhido¹⁶.

Há uma clivagem entre os estudos geográficos sobre a urbanização e sobre as redes urbanas e os espaços intraurbanos, inclusive no que diz respeito ao estudo do passado e à

¹⁶ Para maiores informações sobre periodizações na Geografia, ver Vasconcellos (1999), Wishart (2004), Corrêa (2011) e Godoy (2013).

realização da periodização. Esses últimos se preocupam usualmente com a forma: a cidade, seus bairros, ou um sistema de cidades. Sendo a forma resultante de um ou mais processos, a temporalidade entra como variável fundamental para se compreender esses fenômenos. Nessas perspectivas, a periodização, como construção epistemológica empírica, varia de caso a caso.

Nos estudos da urbanização, o reconhecimento e a apreensão do tempo sempre se fizeram necessários. Se há diversas interpretações sobre o que de fato seria a urbanização, há um consenso de que é um processo, e, como tal, dialoga diretamente com o tempo. Ao pensar o processo de urbanização, o geógrafo, por mais que suas preocupações devam estar centradas na espacialidade do fenômeno¹⁷, necessita dialogar constantemente com o passado, principalmente no que se refere à criação, ao desenvolvimento e à transformação (ou fim) dessas espacialidades produzidas.

O processo de urbanização não é um tema exclusivo da Geografia. Arquitetos, sociólogos, antropólogos, urbanistas, dentre outros profissionais, o têm como objeto de estudo. Nos estudos sobre a cidade, fez-se necessário compreender como se deu a evolução não somente da forma urbana, mas de todo o processo que a engendra.

Não desejamos aqui realizar um amplo debate sobre o que seria a urbanização propriamente dita. Fazer um “estudo da arte” sobre termo não está nas pretensões e nem nas possibilidades deste trabalho. O que nos interessa é que existe uma capacidade nesse processo de gerar espacialidades, ao mesmo tempo, influenciadas e influenciadoras de uma organização social, ou em outros termos, uma organização socioespacial que permite a reprodução, até mesmo a existência do fenômeno (GOMES, 2010).

Esse processo, apesar de se basear em fenômenos empíricos, busca uma generalização, como nos lembra Santos (1994, p. 34), ao diferenciar a história do urbano da história das cidades. Não é a urbanização passada de um local específico que se pretende entender, mas os modelos históricos gerais. Vemos isso nos trabalhos de Weber ([1922]1999), quando cria categorias de cidades. Munford ([1961]1982) tenta criar periodizações e debate as mudanças ocorridas no processo de urbanização a partir das mudanças das técnicas e da produção de novas formas espaciais. Spósito (1988), Soja (1993) e Beaujeu-Garnier (1997) também se utilizam dessas abstrações para estabelecer modelos de urbanização.

Só que a abstração só pode ser construída epistemologicamente justamente através da empiricização do tempo, como proposto por Santos (1994, p. 19-20). Se entendermos e

¹⁷ E aqui estamos pensando nas formas geradas, escalas de inscrição, interações e arranjos espaciais produzidos, fluxos e suas durações, frequências e intensidades.

construirmos um “presente espesso”, em que formas são construídas nos processos a partir do relacionamento das ações humanas com o meio através da técnica (SANTOS, 1994), é possível criar abstrações epistemológicas e modelos como “a cidade pré-industrial” ou “a cidade fordista” ou “a cidade pós-fordista”. É aliando, segundo Santos (1996), a necessária espacialidade dos eventos à sua temporalidade que se torna possível criar essas categorias. Considerando a temporalidade, expressa no espaço através das formas, o geógrafo pode entender o processo de urbanização.

A partir do que foi exposto, podemos afirmar que, na perspectiva da urbanização, os geógrafos tiveram uma preocupação para com o passado. Seja para entender a origem do fenômeno urbano, traçar uma história urbana ou conseguir estabelecer um modelo de urbanização para cada periodização proposta, o geógrafo se volta para o passado, que se torna categoria basilar nessas pesquisas, por mais que variem as metodologias de estudo.

As duas outras perspectivas de estudo da cidade pelos geógrafos são as escalas da rede urbana e do espaço intraurbano. Corrêa (2003) nos lembra que, embora sejam de escalas conceituais diferentes,

[...] [a diferença entre as escalas] não estabelece uma dicotomia, cindindo o urbano em duas partes que não se tocam. Lembremo-nos que a dicotomia não é um dado do mundo real, mas de uma deformação intelectual. A operação escalar não introduz essa visão deformada, geradora de dicotomia, mas, ao contrário, ressalta as ricas possibilidades de se analisar o mundo real, o urbano no caso, em dois níveis conceituais complementares. [...] As duas escalas contribuem decisivamente para dar unidade à análise geográfica do urbano (CORRÊA, 2003, p. 136)

São escalas não dicotômicas e interessadas diretamente nas formas espaciais urbanas. Esses interesses nas formas, interações e arranjos, embora sejam diferentes em questões metodológicas, possuem similaridades que agrupam as escalas supracitadas. Há a tendência de se trabalhar com casos empíricos concretos nessas duas perspectivas, ao contrário da abstração ao se estudar o processo da urbanização. A construção da espacialidade do fenômeno é diferenciada quanto à generalização necessária para comparar e construir modelos. Existe uma especificidade do tempo concreto (SANTOS, 1996, p. 102-103) de cada espaço estudado, dada não só pela “idade dos objetos” em uma categoria abstrata, mas a idade da inserção daquele objeto no seu respectivo sistema local.

Crang (2005), ao pensar as relações entre os diferentes tipos de espaço e os diferentes tipos de tempo, retoma a ideia de *genius loci*, o espírito particular de cada lugar, e afirma que para cada *genius loci* existe um respectivo *genius tempori*, um tempo do *kairós*, único e

particular, diferente do tempo cronológico (do *chronos*). Há, portanto, um tempo próprio para cada lugar, apesar do movimento global da universalização dos tempos (SANTOS, 1996).

Os primeiros trabalhos sobre as cidades na Geografia se debruçavam sobre a importância da situação, posição, sítio e localização (ABREU, 1994, p. 23; VASCONCELLOS, 1999b). O passado começa a aparecer com mais força a partir da adaptação dos alunos de Vidal de La Blache da sua metodologia do estudo e criação de regiões para analisar as cidades. É interessante destacar que a geografia proposta pelo acadêmico francês interagiu profundamente com a História, sendo, para ele, impossível compreender a região e os avanços humanos sobre ela sem um entendimento histórico (CLAVAL, 1984, p. 231). Um dos grandes exemplos dos trabalhos citados é a obra de Blanchard de 1911 sobre Grenoble, pioneiro ao dedicar uma parte significativa de sua pesquisa sobre a evolução da cidade francesa.

Foram realizadas inúmeras pesquisas sobre as cidades, descrevendo-as quanto ao seu aspecto físico, evidenciando o sítio em que se posicionavam e sua organização espacial, produzindo trabalhos que se convencionou chamar de “monografias urbanas” (ABREU, 1994, p. 23). A monografia urbana era a aplicação do método da Geografia Regional à cidade, realizando uma síntese, uma integração analítica de dados físicos e humanos, chegando a um “fato geográfico”. Os segmentos que deveriam ter eram: sítio, posição, evolução histórica, a fisionomia e estrutura, as funções urbanas e o raio de ação da cidade. Nessas monografias, era imprescindível a existência de, no mínimo, um capítulo que tratasse da história da origem e do seu desenvolvimento. Podemos afirmar, portanto, que o passado era uma categoria essencial para se compreender a cidade para os geógrafos que praticavam as “monografias urbanas”.

Baker (2003) afirma que há uma tradição, principalmente na produção anglo-saxã a partir da década de 60, do estudo da história das cidades por geógrafos, especialmente na escala intraurbana. Muitos trabalhos que tratavam do passado das cidades consistiam em discutir as “origens” e a “evolução histórica” de diversos núcleos urbanos, atentando principalmente para a mudança de sua morfologia. Abreu (1998, p. 93) afirma que, embora importantes, esses trabalhos só falam das formas e não foram acompanhados de estudos sobre quem as construiu. Fariam o que Abreu chamou de uma verdadeira “geografia da bomba de nêutrons”, uma geografia preocupada apenas com as formas materiais, e não também com as relações entre essas e o conjunto de normas e/ou formas jurídicas e sociais. Abreu (2000, p. 18) relata que ocorreu o mesmo na produção geográfica brasileira: quando se estudava a cidade e o tempo ou o passado, era para traçar uma “evolução” para a cidade do presente. Mas aponta que, a partir dos anos 90, houve uma mudança nas pesquisas geográficas intraurbanas

brasileiras, por ousar “quebrar” a regra da exclusividade temporal e estudar a cidade do passado, sem precisar se remeter ao presente atual, somente o “presente do então”.

Na escala da rede urbana, trabalhos como o de Christaller (1966[1933]) também olharam o passado, mas de forma diferente. O autor, por exemplo, demonstra que a constituição da rede urbana do sul da Alemanha não podia ser explicada pela simples narração cronológica, mas devia ser entendida pelas relações entre as cidades, principalmente dos fluxos de bens e serviços. O arranjo espacial e a hierarquia das cidades não seriam uma simples soma de tempos ou permanências temporais, já que a rede urbana se rearranjou de forma significativa ao longo dos séculos (CHRISTALLER, 1966[1933]). O geógrafo se voltava ao passado, mas não encontrava nele necessariamente as causas para explicar o presente.

O que interessava para Christaller ao olhar o passado era ver se as mesmas “grandes regras” de hierarquização que estabelecera para o presente também se aplicavam: na rede de cidades, haveria uma hierarquia, que poderia ser definida pelas relações de fluxos de bens e serviços, ainda que na época esses bens e serviços fossem outros, as conexões fossem outras e mesmo as cidades fossem outras.

No Brasil, os estudos das redes urbanas ganharam força principalmente nas décadas de 60-70. O trabalho pioneiro de Geiger (GEIGER, 1963), *Evolução da Rede Urbana Brasileira*, foi um marco de mudança nos estudos sobre essa escala no país. Um dos melhores exemplos é a pesquisa de Corrêa (1987[2006]) sobre a formação da rede urbana na Amazônia. Ao realizar suas periodizações e estabelecer a evolução da dita rede, Corrêa salientou o papel do processo de difusão espacial tanto no texto original quanto em texto posterior (CORRÊA, 2011). Ao contrário do trabalho de Christaller (1966[1933]), as sucessões temporais parecem ter mais peso para explicar o processo da formação e consolidação da rede urbana amazônica, então a compreensão do passado é essencial para entender o dito processo.

O passado, portanto, permeia a discussão geográfica da cidade e, de certa maneira, sempre permeou. Ora tratado como essencial para a compreensão do “fato geográfico”, ora visto como necessário para o estabelecimento de modelos de urbanização. Esse passado apareceu de formas e com importâncias diferentes em sua relação com a Geografia e o fenômeno urbano. As discussões sobre como se deu seu estudo, assim como sobre qual a legitimidade do geógrafo para fazê-lo ainda são pertinentes, como visto anteriormente. Refletir sobre os limites da disciplina e das suas práticas nos faz repensar a própria Geografia e fortalecer a tentativa de conhecer e reconhecer quais de fato foram as contribuições da disciplina no estudo do passado das cidades. Essa é a principal pergunta de nossa dissertação.

2.3 GEOGRAFIA NO PASSADO

Como em toda ciência, na Geografia, faz-se necessário que periodicamente haja uma reflexão por parte dos geógrafos sobre a sua produção. Abreu (1994, p. 21) expõe que essa reflexão não apenas possibilita o resgate do esforço empreendido na construção do conhecimento, mas também identifica padrões, problemas e propõe soluções para encaminhamentos futuros. Claval (2013, p. 18) afirma que, para se desenvolver vigorosamente, as ciências precisam analisar o seu passado e compreender as dinâmicas que lá atuavam, levando a um dimensionamento da contribuição dos pesquisadores para o campo e evitando o crescimento de ideologias científicas, que podem ser esterilizantes a produção do conhecimento. Ao ramo da Geografia que se dedica a estudar o passado, a história da disciplina ou mesmo do discurso geográfico (MORAES, 2000), convencionou-se chamar de História do Pensamento Geográfico. É o que estamos chamando na pesquisa de uma Geografia **no** passado.

Para realizar nossa pesquisa e situá-la na produção atual, foi preciso procurar por trabalhos que tivessem intenções similares. Apesar de não ter sido encontrado nenhum trabalho sobre a produção geográfica sobre o passado da cidade do Rio de Janeiro, o que de certa forma garante um ineditismo à dissertação, outras pesquisas sobre Geografia no passado nos foram de grande valia – tanto para nos sugerirem como investigar essa dita produção, quanto por nos fornecerem fontes para montar nossa base de análise. A partir de nossa busca, reunimos em três grupos as obras sobre a Geografia no passado, embora haja trabalhos que pertençam a mais do que um grupo: pesquisas sobre a produção geográfica e as cidades; trabalhos sobre como os geógrafos pesquisam o passado; e obras que pensam os métodos de pesquisa da História do Pensamento Geográfico.

O tema de como os geógrafos estudaram as cidades é significativo e já foi tratado em trabalhos como o de Claval (1969), Vasconcelos (1999b), dentre outros, a nível internacional. No caso específico da produção brasileira, Corrêa (1967; 1978), Müller (1969), Abreu (1994) e Barcelos (2010) produziram pesquisas e extensos levantamentos bibliográficos sobre os estudos da cidade e do urbano pelos geógrafos no país. É interessante notar algumas estratégias de periodização empregadas nessa produção, principalmente por Vasconcelos (1999b) e Abreu (1994). Eles comparam os trabalhos levantados tanto ao contexto científico específico da Geografia brasileira, no caso de Abreu, quanto à produção sobre o urbano por outras áreas da ciência, no caso de Vasconcelos.

Sobre como os geógrafos trabalharam com o passado, uma Geografia do passado, a maior parte dos trabalhos levantados efetivamente trazia considerações sobre o campo que chamam de Geografia Histórica. Os trabalhos seminais de Estaville Jr. (1991), Butlin (1993), Baker (2003) e Bassin e Berdoulay (2004) são referências internacionais para se pensar o campo. Trabalhos de autores brasileiros como Abreu (1992; 1998; 2000; 2005; 2010), Vasconcellos (1999a; 2011), Moraes (2000), Alves (2011), Lima e Amora (2012), Silva (2012), Godoy (2013), Gomes e Machado (2013) e Rodrigues (2015) fazem apontamentos sobre a Geografia Histórica, suas delimitações, definições e suas metodologias. Outros trabalhos, como o de Butlin (1993), Baker (2003), Erthal (2003), Silva (2007), Carneiro e Matos (2012), Carneiro (2016) e Vasconcellos (2017) realizam uma historiografia sobre o campo.

Como discutido anteriormente nesta dissertação, os trabalhos consultados tecem duras críticas ao que foi produzido anteriormente, tanto reproduzindo o discurso da possível “lei castradora” antipassado, quanto repreendendo a falta de consideração para com o passado, a temporalidade e o tempo nos trabalhos antigos. Denunciam um vácuo na contribuição geográfica sobre a discussão do tempo pretérito e, em alguns casos, especificamente sobre as cidades. As obras citadas também têm um cuidado específico para com as delimitações entre os campos da História e da Geografia.

Foi possível observar uma narrativa comum entre os trabalhos. Isso fica claro quando a maioria deles critica as mesmas obras ou usa os mesmos artigos e livros de referências. Grande parte das referências bibliográficas são autores anglófonos, como Darby, Baker, Mitchell, Sauer e Guelke. Assim, as obras consultadas foram preciosos exemplos de análise do fazer geográfico, além de apresentarem elementos da relação entre Geografia e passado, com os quais iremos dialogar ao longo desta dissertação.

Por fim, buscamos trabalhos que tivessem como objetivo pensar e debater a produção de conhecimento sobre a produção de conhecimento geográfico, quase como uma “metageografia”. Para Lia Machado (2000), o estudo da produção pretérita do campo é importante a partir de três pontos. O primeiro seria epistemológico, segundo o qual estudar a história do pensamento geográfico traria um ganho para superar uma reflexão internalista do campo, conseguir situá-lo na história da ciência e não o ver de uma forma isolada. O segundo ponto seria a necessidade de diálogo para com a história do país e do mundo, além de uma exigência de um estofo cultural para realizar as discussões, permitindo ao pesquisador realizar novas conexões e diversificando sua visão e produção. Por fim, o terceiro ponto seria a

questão política: ao realizar sua pesquisa, o geógrafo entraria em contato com diferentes matrizes ideológicas e/ou científicas, que são grandes questões na sociedade atual.

Esse subcampo do conhecimento geográfico, portanto, “pode ser um vínculo importante com as outras ciências sociais, como a História, a Epistemologia (que estuda a ciência em si), a Antropologia e outras áreas mais” (MACHADO, L., 2000, p. 5). Um dos objetivos da história do pensamento geográfico, segundo a pesquisadora, é denunciar os mitos ou, ao menos, mexer com eles, já que não podemos escapar deles.

A reprodução dos mitos por parte do pesquisador é um dos perigos ao se realizar um trabalho na área. Como dito no início de nossa dissertação, o nosso presente é um presente confuso. Se o passado surge como um resquício de segurança e tentativa de conservação para a sociedade, os acadêmicos não são exceção. Assim, as mesmas razões que Lowental (2015) evidencia para o interesse no passado por parte da sociedade contemporânea também podem ser aplicadas aos cientistas: familiaridade, orientação, comunhão, afirmação, possessão, aprimoramento, fuga e criação de identidade.

Com frequência, os geógrafos se voltam para sua história e, a partir de análises sobre a produção pretérita, tentam enxergar o que seria comum a todo conhecimento do campo, uma ontologia geográfica, ou postular linhagens, com “pais” da Geografia. Como exemplo, a já citada obra de Hartshorne (1939) tenta estabelecer o que seria a natureza da Geografia, a partir da leitura dos clássicos “fundadores” da disciplina. Essa procura por “antepassados” que justifiquem um posicionamento do autor que os recupera é comum na Geografia. A legitimidade da posição do autor é atestada com reinterpretações do que ele recupera das geografias praticadas no passado.

A recuperação do passado também pode servir como legitimação não só quando o geógrafo cria uma narrativa de concordâncias para corroborá-lo, mas quando cria uma caricatura do passado para negá-la. Gomes (2014[1996]), ao discutir a estrutura dos discursos da modernidade, aponta que o caráter de ruptura e a imposição do novo são dois dos três elementos fundamentais nessas exposições. O passado é visto como algo negativo que deve ser superado e ultrapassado. A imposição do novo se dá através da ruptura do que existia anteriormente, da negação do tradicional, e precisa ser uma mudança radical, não uma adaptação ou ajuste. Para isso, é necessário mostrar a incapacidade do antigo em conseguir explicar o “todo” e depois propor algo novo, que, ele sim, teria essa capacidade, atrelando o discurso moderno à pretensão de alcançar a totalidade.

Para instaurar a novidade, é preciso então recuperar o passado, construí-lo em uma narrativa e demonstrar sua insuficiência, suas lacunas e inadequações, para depois destruí-lo e

sugerir o novo. É o que a tese de Lamego (2010) demonstra ao analisar como se criou uma caricatura da chamada Geografia Quantitativa no Brasil, que perdura até hoje, para negá-la ao se propor a Geografia Crítica. É o que parece acontecer na Geografia Histórica brasileira atual, no que diz respeito ao mito de uma “lei ditatorial” que impediria a disciplina de estudar o passado, como discutido nas páginas anteriores.

Mesmo ainda ocorrendo essa volta ao passado na busca por legitimidade, ou por concordância ou por negação, nas pesquisas contemporâneas, diversas críticas já foram tecidas a respeito. Baseando-se nos textos de Matless, Driver, Rose, Barnett e Livingstone, Lamego (2013) apresenta em seu artigo discussões realizadas por esses geógrafos britânicos nos anos 90, que provocaram uma nova reflexão no campo. Driver (1995) critica duramente a ideia de linhagem e descendência, como se as ideias tivessem uma progressão a partir de personagens específicos e uma linhagem de outros personagens dando continuidade coesa e, de certa forma, homogênea, aos conceitos. A história do pensamento da disciplina, segundo Driver (1995), deveria evitar usar os termos familiares, a fim de não chegar a resultados já sabidos, mas sim buscar a heterogeneidade do conhecimento geográfico.

Rose (1995) também comenta a ideia de familiaridade e de ascendência, apontando que os estudos sobre a produção geográfica tendem a apagar para criar histórias coesas. Esse apagamento é constante, principalmente, no que diz respeito ao papel exercido pelas mulheres. Assim, mais do que uma filiação ou ascendência, Rose (1995) fala de paternidade e herdeiros. A legitimidade poderia vir na continuidade, através da forma do filho pródigo, ou na ruptura, através da forma do filho rebelde, ambos legitimados em seu amadurecimento intelectual e em suas posições privilegiadas no meio científico, graças a uma masculinidade acadêmica.

O tratamento do historiador do pensamento geográfico que, mesmo na abordagem contextual, lida com a história como algo quase aparente, naturalizando-a, apaga e exclui as contribuições que diferem da tradição já estabelecida. Rose (1995) frisa o apagamento que a contribuição das mulheres sofreu nas obras sobre a história do pensamento geográfico. A geógrafa também lembra que, inúmeras vezes, a Geografia se define não só a partir do que o autor pensa que ela é, mas também a partir do que ele pensa que ela não é. Logo, ao se fazer uma história do pensamento geográfico também seria interessante fazer uma história das “não-geografias”.

Matless (1995) critica a ideia do termo “evolução” ao se realizar a pesquisa sobre a produção geográfica no passado. Para ele, a metáfora carrega em si um sentido de coerência e coesão na história do pensamento que, além de inexistente, prejudica as contribuições que um

estudo baseado no conceito de genealogia e de história verdadeira de Foucault produziria. A genealogia não buscaria uma transcendência ontológica dos conceitos ou da disciplina, interessando-se pela dissensão. Evitaria justamente o uso da história para a (des)legitimação do argumento que o pesquisador pretende defender ou atacar.

Barnett (1995) reflete sobre a validade do uso do passado da disciplina para compreendê-la na atualidade. Bastante provocativo, o autor afirma que as novidades das últimas décadas com os métodos dos *social studies*, dos estudos culturais ou pós-coloniais não são tão novas assim. Até mesmo a abordagem contextual vê o passado como algo que só possa ser analisado como cristalizado, evitando a análise do presente para justificar se aquele passado estudado é o passado da Geografia contemporânea mesmo ou não passa de um “morto-vivo”. Portanto, para Barnett (1995), o recurso ao passado não é usado para entender o presente, mas como campo de teste de teorias do presente. Seu uso seria mais para justificar o trabalho do geógrafo no presente do que para entender a Geografia contemporânea.

Livingstone (1995), tendo seu livro como ponto de partida para a crítica dos demais autores anglo-saxões citados, defende em um curto artigo a ideia de tradições para o estudo da(s) história(s) da Geografia. O geógrafo expõe dois modelos de pesquisa sobre a produção geográfica: o enciclopédismo e o genealogismo. O primeiro tentaria encontrar a transcendência ontológica da Geografia. O segundo estudaria a produção segundo o contexto, em uma estratégia antiessencialista. O autor critica ambos. Seu principal argumento é que tanto o enciclopedista quanto o genealogista não aplicam em seu próprio trabalho o que propõem para analisar as obras dos outros: o primeiro precisa do contexto; o segundo, da transcendência. A tradição, para Livingstone (1995), permite compreender a produção geográfica a partir da sua situação social, histórica, intelectual e espacialmente, ao mesmo tempo em que permite escrever narrativas que permitam enxergar continuidades e conflitos.

Lamego (2013, p. 13) finaliza seu artigo com duas constatações importantes: há uma evidente fragilidade na perspectiva tradicional da história cumulativa, universal e transcendental; e há um aparente esgotamento da perspectiva contextualista. Isso levaria a uma necessária revisão de métodos e objetivos do subcampo da História do Pensamento Geográfico. Expõe, ainda, o desejo de que essas discussões não se resumam à adoção de um novo vocabulário para tratar as velhas questões.

As críticas sobre as formas de analisar a produção da Geografia também foram realizadas no Brasil. Em um artigo no qual pensa as relações entre a História e a Geografia, assim como o papel da História na Geografia, Moraes (2000) alerta para dificuldade de produzir conhecimento na área de História do Pensamento Geográfico. Um dos seus

conselhos ao pesquisador seria colocar-se questões basais para orientar a pesquisa, tais como “[a] história da Geografia estudada na ótica disciplinar de um historiador seria igual à da análise conduzida por um geógrafo?” (p. 2).

Embora o caminho da não historicidade absoluta possa ser impossível (MORAES, 2000), parece-nos correto tentar interpretar as obras escolhidas a partir desses recursos de espacialização dos dados, através de mapas e tabelas, criando, se possível, sistemas de informações geográficas como métodos de análise. São métodos geográficos de tratamento de dados por excelência, como discutido em Gomes (2017)¹⁸.

Pensando nas críticas e nessa questão, achamos que o trabalho Bunge (1961) apresenta uma proposta interessante. Ao contrário de realizar uma narrativa sobre a produção geográfica americana, decidiu espacializar sua pesquisa, tomando como base os artigos do *Annals of the Association of American Geographers*, *Geographical Review* e *Economic Geography* publicados entre janeiro de 1958 e dezembro de 1960. Utilizando-se de tabelas matriciais, Bunge conseguiu analisar as citações segundo quem as citou e quem foi citado, encontrando, então, o problema da autocitação. Ao mesmo tempo, ao cotejar os principais autores de forma georreferenciada e traçar setas entre eles - representando as citações diferenciadas graficamente, conforme a quantidade de citações -, conseguiu ver a distribuição espacial dessas referências. Há uma grande concentração de citações locais entre pares, criando verdadeiras ilhas divergentes, que se conectam somente através de alguns geógrafos mais proeminentes, referenciados ou referenciadores: algo que, segundo o autor, confirma a ideia da tirania da distância de Hägerstrand¹⁹. A espacialização como método de análise permitiu ao geógrafo americano entender características da produção acadêmica americana da época, como bolsões de citações indicando possíveis escolas e a recorrência da autocitação, bem como estabelecer a proeminência de certos autores - os que eram citados não só por mais pessoas, mas por pessoas de lugares diferentes.

No Brasil, a dissertação de mestrado de Barcelos (2010) segue o mesmo método. A proposta era analisar a produção sobre Geografia Urbana na Revista Brasileira de Geografia (RBG), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), durante o período de 1939 até 1995. Baseada no trabalho supracitado de Bunge (1961), a autora conseguiu, ao

¹⁸ Ver, principalmente, capítulo “Outros Mundos”.

¹⁹ “This ‘tyranny of distance’ appearing in the local exchange of ideas in absolute conformance with the work of the Swedish geographer, Hagerstrand (5), on this subject” (pp .20-22) BUNGE, William. THE STRUCTURE OF CONTEMPORARY AMERICAN GEOGRAPHIC RESEARCH. *The Professional Geographer*, [s.l.], v. 13, n. 3: 19-23, maio 1961. Informa UK Limited. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.0033-0124.1961.133_19.x>

espacializar as citações dos seis autores mais prolíficos, perceber não só as principais referências do campo no Brasil, mas as alterações nos autores citados ao longo dos anos, indicando mudanças de metodologias e de questões nas discussões sobre a cidade realizadas na RBG.

Após o começo de levantamento das obras-objeto de nossa dissertação, percebemos que usar a Teoria dos Grafos e aplicá-la como Bunge (1961) e Barcelos (2010) fizeram não nos possibilitaria uma análise satisfatória. As fontes de nossa base de trabalhos eram variadas demais e o período de publicação assaz extenso, mais extenso do que muitos, inclusive nós, de início, achávamos. Com a pergunta de Moraes (2000) ainda guiando nossa reflexão e as críticas apontadas por Lia Machado (2000) e Lamego (2013), procuramos uma alternativa para estabelecer nosso ponto de vista.

Algo que apareceu recorrentemente em quase todos os trabalhos selecionados para análise em nossa pesquisa foi o uso de imagens por parte dos geógrafos para falar sobre o passado da cidade do Rio de Janeiro. De fato, a cada novo trabalho estudado, tornou-se mais evidente esse recurso. Seja através de mapas, fotos, pinturas ou mesmo gráficos, esquemas, tabelas e descrições vívidas e visuais, o apelo às imagens é uma constante nas obras pesquisadas. Mais do que simples ilustrações exemplificadoras ou acessórias ao discurso do autor, as imagens parecem participar ativamente da maneira como o geógrafo analisa e apresenta o passado da cidade carioca. Como exatamente se dá essa participação era uma incógnita.

Se a contribuição das imagens para o estudo do passado da cidade do Rio de Janeiro pelos geógrafos ainda não fora analisada, é inegável que a disciplina tem especial interesse na questão. A discussão sobre o papel das imagens na construção do conhecimento geográfico é antiga e teve um crescimento significativo nos últimos anos (GOMES; BERDOULAY, 2018). Imagem como fonte, como discurso, como representação, como apresentação, como raciocínio... são múltiplas as interpretações e abordagens utilizando a imagem como viés de análise.

A presença expressiva nos trabalhos geográficos sobre o passado do Rio de Janeiro, a não existência de uma reflexão sobre o caso carioca, o interesse atual por uma abordagem que questione esse papel e a inegável relação entre a construção do conhecimento geográfico, a espacialidade e as imagens: todas essas foram razões que nos levaram a escolher as imagens como nosso viés de análise para a produção geográfica sobre o passado da cidade do Rio de Janeiro.

A escolha das imagens traria uma resposta satisfatória à questão de Moraes (2000). Não basta que o “objeto” (MACHADO, L., 2000, p. 11) seja a produção geográfica. É preciso que a pergunta, ou seja, o método de investigação, seja também geográfico, para diferenciar uma “história do pensamento geográfico” realizada por um historiador de uma realizada por um geógrafo. Se a nossa pergunta é sobre o papel das imagens nos estudos sobre o passado carioca, podemos não estar certos de estar sendo bons geógrafos, mas temos convicção de que não somos bons historiadores, parafraseando Lepetit ([1990]2001, p. 39).

Mais do que isso, justificamos nossa escolha pela imagem como categoria de análise a partir de Abreu (1998), concordando com a crítica de Livingstone (1995): há de se ter um caráter universal e contextual na análise da produção geográfica. Como nos lembram Abreu (2010, p. 23) e Vasconcellos (1999b), se as variáveis são historicamente – e aqui acrescentaríamos social e geograficamente, a partir da crítica anglo-saxã – datadas, as categorias de análise que elas operacionalizam e desagregam não o são. E são justamente essas categorias que garantem à análise sua característica geográfica e lhe dão universalidade para discussão científica.

A intenção inicial de nossa dissertação era de entender qual e como foi a produção geográfica sobre o passado da cidade carioca. A partir do nosso contato e reflexões sobre a Geografia e o passado, reconhecemos que nossa pesquisa necessitaria de uma abordagem geográfica para tratar dessa produção, o que nós encontramos ao decidir pela abordagem da análise das imagens criadas pelos geógrafos para apresentar o passado do Rio de Janeiro. Como montamos nossas bases, tanto de trabalhos quanto de imagens, assim como criamos e usamos os instrumentos para analisarmos-os é que o próximo capítulo discute.

3 A OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

Depois de evidenciada nossa pretensão de abordagem a partir da análise das imagens produzidas pelos geógrafos, é necessário apresentar como realizamos a pesquisa. Este capítulo é o lugar e o momento no qual discutiremos a operacionalização da nossa investigação. Primeiro, falaremos dos trabalhos geográficos que tratam do passado do Rio de Janeiro, mostrando como escolhemos as obras que continham as imagens desejadas, assim como de que maneira construímos nossos instrumentos de estudo dos próprios trabalhos. Em seguida, apresentaremos como se deu a criação da nossa base de imagens e a elaboração das nossas categorias de análise.

Claro que todo trabalho encontra percalços, e a forma de apresentação da dissertação pode passar a falsa impressão de linearidade no procedimento de pesquisa. Os percursos que a investigação tomou são parte significativa, por mais que estejam mascarados pela tentativa de criação sentido e coesão para nosso trabalho em sua forma final. Expor como se deu esse processo e iluminar os caminhos percorridos, evidenciando esses obstáculos, torna nosso trabalho mais passível de diálogo para com outros e permite às críticas um melhor embasamento para contribuição.

Antes de tudo, é forçoso reconhecer que as discussões precedentes também fazem parte, obviamente, do processo e da operacionalização da pesquisa. E que elas não foram realizadas apenas numa etapa anterior ao que apresentaremos nas páginas subsequentes, mas constantemente atualizadas no decorrer do nosso estudo. A divisão e a ordem dos capítulos desta dissertação não representam como se fez a pesquisa propriamente dita, mas são uma tentativa de melhor apresentá-la.

Também é preciso retomar Rose (1995) no que diz respeito, na História do Pensamento Geográfico, ao fato de que tão importante quanto estudar o que é, é estudar o que não é. Assim, optamos por evidenciar e justificar as nossas escolhas, não só dos procedimentos que adotamos, mas do porquê de rejeitarmos outros instrumentos de investigação. De forma alguma estamos tentando estabelecer um único e melhor método de análise da produção geográfica, mas faz-se necessário apresentar nossas decisões.

3.1 A ANÁLISE DOS TRABALHOS

Para analisar a produção dos geógrafos sobre o passado da cidade do Rio de Janeiro, com o foco nas imagens, foi preciso primeiro selecionar os trabalhos nos quais elas aparecem. O contato inicial nos mostrou que, ao contrário do que pensávamos e tendo como base os artigos brasileiros atuais da Geografia do passado, essa produção esteve presente desde a institucionalização da disciplina como campo da ciência no Brasil e na capital carioca.

Essa aparente contradição aumentou nosso interesse em saber mais sobre essas obras. Se a história do pensamento geográfico deve servir para abalar certos mitos, como propõe Lia Machado (2000), a mera constatação da existência dos trabalhos, apesar de causar surpresa, daria apenas fracos empurrões. Há uma necessidade de entendê-los melhor, descrevê-los e estudá-los para garantir uma maior capacidade da nossa pesquisa em discutir as afirmações pretéritas.

Mas a análise dos trabalhos não se justifica apenas pela contradição observada entre o que se pensa sobre a produção geográfica estudada e o que se descobriu sobre ela. Como será visto neste capítulo, nossa abordagem das imagens as considera não só exemplificações, mas registros usados para pensar. Analisar as imagens sem analisar, mesmo que menos densamente, os próprios trabalhos, é considerar que elas podem ser entendidas de forma separada deles, algo de que discordamos. Por mais que a imagem possa ter um caráter independente do texto – ela não é o texto, assim como o texto não é ela -, ambos são articulados na geração de conhecimento. A imagem é a produção geográfica e compõe com o texto a apresentação do passado por parte do geógrafo. Para entender o papel das imagens nessa composição, faz-se necessário caracterizar e estudar os trabalhos eles mesmos.

3.1.1 A escolha dos trabalhos

A seleção dos trabalhos passíveis de serem utilizados como fontes primárias foi, de fato, uma das principais questões ao tentarmos montar nossa pesquisa. É a partir do objeto empírico que chegaríamos às nossas conclusões; então, sua seleção condiciona nossa dissertação. Por isso, é importante evidenciar e tornar transparentes as escolhas que tomamos para eleger as obras. É justamente sobre isso que a primeira parte desta seção irá tratar.

Após a leitura das páginas anteriores desta pesquisa, depois de expostos os nossos interesses e pretensões, uma pergunta pode ter surgido: por que não escolher trabalhos de Geografia Histórica como recorte das obras a serem analisadas? Ou melhor, por que não analisar a produção da Geografia Histórica sobre o Rio de Janeiro? Afinal, como Rodrigues

(2015, p. 250) expõe, esse subcampo do conhecimento já foi entendido como a descrição de uma área no passado, ou o estudo das geografias do passado, ou ainda o estudo geográfico de qualquer período do passado.

Nos últimos anos, verifica-se um aumento dos estudos na área de Geografia Histórica propriamente dita, trazendo à luz novas reflexões teóricas sobre o assunto. O levantamento que realizamos sobre a produção no campo nos revelou que o tema da Geografia Histórica, portanto, mesmo tendo uma oscilação de representatividade em encontros (NOVAES; LAMEGO, 2016, p. 261-262), está presente nas discussões atuais, de modo que um trabalho com essa proposta encontraria público para debate.

Ainda melhor: segundo Gomes e Machado (2013), a produção brasileira consolidada sobre uma “geografia histórica das cidades” se divide em dois eixos que se diferenciam em muitos aspectos, mas principalmente pelas escalas de estudo adotadas. As autoras definem um dos eixos como

O eixo representado pela produção de Maurício Abreu consolida e modela os estudos e debates em história e política urbana, revelando a clara opção do autor pelo estudo das cidades. Suas investigações fogem das tendências às análises morfológicas urbanas puras e simples, para preocupar-se também com os processos que dão conteúdo a essa morfologia. [...] (GOMES; MACHADO, 2013 p. 20)

Há, portanto, uma consolidada produção específica da Geografia Histórica no espaço intraurbano, representada por Maurício de Abreu. Ele escolheu justamente a cidade do Rio de Janeiro como seu objeto de estudo destacado, baseando quase toda sua extensa obra em pesquisas realizadas na capital carioca (GOMES, 2016). Não somente isso, mas também, como professor da UFRJ, orientou diversos alunos e pesquisadores, criando um grupo específico para o estudo da Geografia Histórica, o Núcleo de Pesquisas de Geografia Histórica. Abreu e seu grupo são grandemente responsáveis pela proficuidade de trabalhos entre Geografia, Passado e Rio de Janeiro.

Mas a opção por esse recorte também traria muitos problemas, como logo se verificou. Se existe algum consenso sobre a Geografia Histórica – subcampo eclético em relação tanto aos seus temas quanto à sua metodologia, por parte de seus pesquisadores –, ele se encontra na dificuldade de sua consolidação como subdisciplina da Geografia propriamente dita, tendo de reafirmar rotineiramente sua existência perante uma massa cética tanto de geógrafos quanto historiadores, dentre outros pesquisadores (BAKER, 2003; MORAES, 2010; ALVES, 2011; SILVA, 2012; RODRIGUES, 2015). Esse fato torna uma tarefa árdua caracterizar o campo, assim como o que delimitar o que constituiria, em si, um “trabalho geohistórico”.

Isso nos traria um problema quando da escolha dos trabalhos a serem analisados pela pesquisa. Para Rodrigues (2015, p. 251), não basta que a obra utilize o passado ou o tempo para se caracterizar como uma pesquisa de Geografia Histórica. Para isso

[o] período, a temporalidade e a historicidade devem estar organicamente articulados com a espacialidade para que seja possível identificar com clareza os recortes ou complexos espaços-temporais e não constituírem meramente molduras e referências que pouco ou nada contribuem para a análise do processo em si. (RODRIGUES, 2015, p. 251)

Como, então, eleger os trabalhos? Vasconcellos (2017) propõe uma alternativa em seu artigo a partir da leitura do trabalho dos que são considerados os “pais fundadores da Geografia”, dos “geógrafos clássicos”, das relações com a História, da Geografia Neopositivista, crítica e pós-moderna, finalizando com a “revanche da Geografia”, à luz da Geografia Histórica. Ou seja, tentar interpretar as obras desses autores, que selecionou como mais importantes para se entender os períodos, destacando sua relação com a Geografia Histórica ou uma relação com a história em geral.

Outra opção, como apontam Novaes e Lamego (2016), seria tratar os trabalhos que utilizam o passado ou a temporalidade na Geografia como “autoconscientes” ou “não autoconscientes”. Se trabalhavam com o passado e se diziam trabalhos de Geografia Histórica, primeiro grupo; se o faziam, mas não se diziam de Geografia Histórica, também assim os consideraríamos, mas do segundo grupo.

A nosso ver, essas abordagens não seriam interessantes para a presente pesquisa, uma vez que não pretendemos estabelecer com o nosso trabalho filiação do uso do passado pelos geógrafos, procurando “pais fundadores”, num “canonismo”. Não é nossa intenção ver necessariamente nas obras escolhidas uma linearidade cronológica no uso do passado, evitando uma narrativa sobre uma suposta “evolução” desse uso nas pesquisas sobre a capital carioca. Não queremos ter de realizar recortes e selecionar trechos que justificariam uma linearidade escolhida por nós. Não é isso que procuramos. Lamego (2013), resgatando a discussão anglo-saxã dos anos 90, alerta-nos para os problemas dos testes de paternidade realizados ao longo do estudo do pensamento geográfico.

Na segunda abordagem, a de Novaes e Lamego (2016), o problema está no que vemos como um anacronismo perigoso para o estudo do pensamento geográfico. Teríamos de supor que há em cada geógrafo que trabalha com o passado um verdadeiro geógrafo historiador²⁰,

²⁰ Usamos esse termo, apresentado por Alves (2011), para diferenciar os geógrafos que se propõem a realizar uma geografia histórica daqueles que são chamados de históricos por serem clássicos.

mas que, por conta do não acesso às metodologias e à tradição da Geografia Histórica, não tomou ciência do que sua produção realmente era e não reconheceu nem a si, nem a sua obra como tal. Fez uma Geografia Histórica “não autoconsciente”. Isso nos traz diversos problemas no que diz respeito à autonomia do autor em se colocar com sua produção nos campos da ciência e em procurar, com categorias modernas, entender trabalhos produzidos em contextos temporais e geográficos distintos, correndo o risco de, com o anacronismo, criarmos caricaturas dessas obras pesquisadas e seus respectivos autores.

Também há o problema de como classificar os trabalhos em pertencentes ou não à Geografia Histórica. Teríamos quatro situações: o autor reconhece que o trabalho se insere no campo e nós concordamos com ele (“autoconsciente”); o autor reconhece que o trabalho se insere no campo, mas, a partir do que pensamos sobre o que seria a Geografia Histórica, discordamos dele e descartamos seu trabalho; o autor não reconhece sua pesquisa como parte do campo, mas nós entendemos que há elementos suficientes em sua obra para reconhecemos que sua obra faz sim parte de tal subcampo (“não autoconsciente”); e por fim, haverá autores que usam o tempo e passado, mas não se reconhecem como geógrafos historiadores, e nós, ao analisarmos a obra e aplicarmos a nossa visão sobre o que seria Geografia Histórica, concordamos com eles e deixaremos suas pesquisas de fora da nossa.

Todas as situações iriam variar conforme o nosso entendimento de Geografia Histórica. Como Alves (2011) e Rodrigues (2015, p. 250) explicitam, há diversas interpretações do que seria exatamente essa Geografia Histórica, quais seriam os elementos que as caracterizariam, sobre que os geógrafos historiadores deveriam se debruçar ou o que o adjetivo “histórica” deveria representar para esse fazer geográfico. Vemos então definições das mais variadas, desde “o estudo das geografias passadas”, a “reconstrução da Geografia regional do passado”, “estudo da evolução das espacialidades ao longo do tempo” até “toda a Geografia conjugada a toda História, nas preocupações e nos métodos mais variados dessas disciplinas”. Como se não bastasse a multiplicidade epistemológica da definição, há muitos que nem consideram a Geografia Histórica como subcampo próprio da Geografia, mas como uma área autônoma, entre a Geografia e a História.

Percebeu-se que a escolha pela Geografia Histórica nos traria mais problemas do que contribuições, como a necessidade de justificar cada trabalho com o risco de sermos tautológicos, inclusive com o perigo de obras de autores como Pedro Pinchas Geiger, Lysia Maria Cavalcanti Bernardes e Maria Therezinha de Segadas Soares não entrarem na nossa pesquisa, a depender das nossas definições do que seria um trabalho geohistórico. Preferimos não correr o risco de nos perdermos entre querelas sobre qual seria a “verdadeira”

contribuição da Geografia, em revisionismos pouco produtores, se existiria ou não uma Geografia Histórica, se sim, quais seriam seus limites disciplinares e suas definições “ontológicas”. Assim, embora não excluindo os trabalhos da Geografia Histórica da nossa análise, pois tratam do passado, e reconhecendo a grande contribuição dos “geógrafos historiadores” na produção de passados cariocas, decidimos optar por não realizar esse recorte específico.

Embora a decisão de mudar o recorte de “uso da Geografia Histórica” para “produção sobre o passado” tenha evitado diversos problemas, o prosseguimento da pesquisa nos revelou que mais recortes seriam necessários. Os recortes se fizeram indispensáveis para que pudessemos afirmar de forma transparente: estamos analisando a produção *dessas* imagens, *desses* trabalhos, a partir *dessa* abordagem. Eles servem não só para tornar o trabalho exequível no exíguo tempo do mestrado, mas principalmente para nortear o que exatamente estamos qualificando de produção de imagens do passado da capital carioca pelos geógrafos.

Primeiro, fez-se necessário definir o que estamos chamando nesta pesquisa de trabalhos sobre o passado. Se entendermos, como propõe Moraes, que a Geografia é um produto da história, constituída no “fluir histórico” (MORAES, 2000, p. 2), toda produção sobre o Rio de Janeiro seria uma produção sobre seu passado. Essa é a ideia por trás da frase de Darby (1953, p. 6), de que toda a Geografia é uma Geografia histórica, atual ou potencial.²¹ Mas não é esse o entendimento que propomos para nossa análise. Considerar todos os trabalhos geográficos como pesquisas que analisam o passado não seria do nosso interesse, já que tornaria nosso projeto inexecutável. Queremos entender como os geógrafos criaram imagens do passado para falar sobre ele, porque imaginamos que possa haver uma particularidade nesse processo. Para verificar a validade dessa hipótese, colocaremos a produção sobre o passado em oposição à produção sobre o presente. Essa posição, então, nos impele a definir o presente.

Como dissemos anteriormente, Cholley (1942), a partir da sua ideia central de dinamismo, reconhece que existe uma duração nos eventos e que o “atual” é relativo, não correspondendo a uma medida numa escala cronológica definida. Hartshorne (1959, p. 82) explicita que, ao estudar os fenômenos no presente, é necessário que ele tenha certa extensão de tempo. Como todo fenômeno tem a sua duração, o geógrafo deve considerar como presente uma seção do tempo, que pode inclusive abranger diversos anos. Existe uma espessura desse

²¹ “All geography is historical geography, either actual or potential” (DARBY, 1953, p. 6).

presente, que avança por sobre o que passou. Esse “passado imediato” é, então, considerado como presente, segundo Bloch ([1949] 2001).

Nossa interpretação do que seria um trabalho que analisa o passado, baseada nessa ideia, exclui as obras que versem sobre os anos imediatamente anteriores, considerando-as como trabalhos sobre o presente. Se, à primeira vista, essa pode parecer uma escolha arbitrária, essa arbitrariedade se dissipa ao olharmos os métodos da pesquisa: os próprios pesquisadores não tratam suas análises como uma análise de uma realidade já não existente, nem no momento da pesquisa e obtenção dos dados em si, nem quando da análise e publicação dos resultados. Não há uma preocupação em se construir epistemologicamente um passado que já não existe para realizar a interpretação geográfica. Como a nossa pretensão é justamente entender como se dá essa construção, essa interpretação e as consequências desses estudos, justifica-se a escolha do que consideraremos passado. Assim, deixamos de lado trabalhos como os de Miranda (1977), Almeida (1982), Massena (1983) e Pacheco (1984).

Outro grupo de trabalhos que não analisamos foi o que tratava do passado apenas como um “breve histórico”. Dedicando poucas páginas para o tempo pretérito, as obras compunham uma pequena narrativa sobre o passado da área ou da cidade, a pretexto de contextualização histórica sobre o espaço ou processo de estudo em questão. Apesar das diversas críticas que esse tipo de contextualização sofreu (ABREU, 1998; 2000; RODRIGUES, 2015), o motivo para a retirada desses trabalhos é outro. Apesar de acharmos ser um material rico para estudo – por exemplo, para descobrir a quem eles recorrem para exibir rapidamente esse passado –, a falta de imagens e de construção epistêmica torna essas obras pouco relevantes para a nossa pesquisa.

Como já dito, nosso recorte espacial é a cidade do Rio de Janeiro. As obras que versem sobre o estado do Rio de Janeiro, cidades circunvizinhas, bacias hidrográficas intermunicipais, ou mesmo a Região Metropolitana como um todo, deixaremos-nas para outro momento ou outros pesquisadores. Apesar dos limites da cidade do Rio de Janeiro terem mudado desde sua fundação, no início com suas seis léguas de quadra determinadas em seu termo de fundação como Cidade Real (ABREU, 2010), usamos como referência o espaço atual da capital fluminense para nossa escolha. Trabalhos como o de Soares (1962) sobre a absorção de Nova Iguaçu pela metrópole carioca, ou Furlanetto (1987), sobre a promoção imobiliária na área metropolitana, não foram selecionados.

Isso também se aplica a trabalhos sobre fenômenos de outras escalas, entrando o Rio apenas como um pequeno exemplo ou adendo, não sendo o objeto principal do estudo. Pesquisas que tenham a cidade carioca como “palco”, ou seja, apenas se passem no espaço da

cidade, mas não tenham uma preocupação para com ela, também não foram selecionadas. Foram igualmente excluídas pesquisas que se passam no Rio, mas cuja preocupação central é um prédio ou lugar específico, sem haver uma discussão sobre a cidade.

Obras que refletem sobre os planos ou sobre mapas do Rio de Janeiro, sem uma preocupação central com a cidade em si, tampouco são do nosso interesse nesta dissertação. Pesquisas sobre planos específicos, como a de Leitão (1990) sobre o Plano da Barra da Tijuca; Rodrigues (2000), sobre os planos não realizados na cidade; Almeida (2006), sobre o Plano Agache; Campos (2006), sobre a relação do planejamento urbano e a invisibilidade dos afrodescendentes; Heide (2007), sobre os planos de implantação e expansão do metrô; e Amendola (2002), sobre planejamento urbano e organização territorial na metrópole do Rio de Janeiro estão mais centrados na discussão sobre a ideia de planejamento do que propriamente sobre o passado da cidade.

Também não foram incluídos os trabalhos de Martins (1998), sobre a visão dos britânicos sobre o Rio de Janeiro; Mendes (2000), sobre as técnicas das representações coloniais; e Barcellos (2006), interessado no olhar machadiano por sobre a cidade, por refletirem mais acerca dos olhares e das representações da cidade do que acerca da cidade em si.

A construção do passado da capital carioca de maneira alguma foi exclusiva de alguma área do conhecimento. Como exemplo, dos mais de 350 trabalhos que Maurício Abreu indicava como bibliografia para sua disciplina de Geografia Histórica do Rio de Janeiro (ABREU, [200-?]), cerca de um terço foi produzido por geógrafos. O resto foi produzido, em ordem decrescente de número de trabalhos, por historiadores, arquitetos e urbanistas, instituições, autores históricos (produção anterior a institucionalização da produção acadêmica e/ou universitária), engenheiros, cientistas sociais (sociólogos e antropólogos), jornalistas, historiadores da arte, cientistas políticos e economistas.

E, se há alguma característica comum aos acadêmicos que produziram suas obras sobre o Rio de Janeiro é que muitos migraram de disciplina para estudar a cidade. Provavelmente sentindo necessidade de abordagens diferentes para entender a complexidade da capital carioca. Na supracitada bibliografia, dos mais de 160 autores, mais de 50 realizaram alguma pós-graduação (mestrado ou doutorado) diferente de sua formação inicial de nível superior. A trajetória de um acadêmico, portanto, não é necessariamente exclusiva a uma área, e um pesquisador pode muito bem ser formado em História e defender uma tese na Geografia, por exemplo.

Restou escolher, então, os autores e as obras que seriam “geográficos” e passíveis de análise. Assim, os trabalhos apresentados em programas de pós-graduação em Geografia entram na nossa pesquisa, mesmo se realizados por autores que antes não eram dessa área da ciência ou que posteriormente se dedicaram a outro campo. Entretanto, os trabalhos em outros programas de pós-graduação de pessoas que se formaram em Geografia não são analisados.

A separação da Geografia em subdisciplinas “físicas”, “humanas” e “técnicas” também é um recorte. Não pretendemos incluir na nossa pesquisa estudos específicos sobre deslizamentos de massa ou discussões de técnicas de LASERSAT aplicadas ao Rio. Trabalhos sobre a formação do relevo, por mais que de fato tratem do passado, não fazem parte do objetivo da dissertação. Claro que há casos em que essas divisões entre “subáreas” parecerão muito arbitrárias ou impossíveis de se realizar, como no caso da pesquisa de Braga (2010), sobre relevo, drenagem, enchentes e políticas públicas no centro da cidade. A pesquisa adota uma prática de inclusão desses casos “fronteiriços”, ao invés de excluí-los.

É necessário que as obras escolhidas estejam, logicamente, aptas a serem consultadas. Trabalhos referenciados, mas não disponíveis à consulta poderão até ser citados na pesquisa, para indicar sua existência, mas não são analisados. Infelizmente, foi possível notar que grande parte das monografias dos programas de graduação não está disponível, como o caso do trabalho de Gomes (1996 apud ABREU, [200-?]) sobre os resíduos sólidos na capital fluminense ou o de Mota (1998 apud ABREU, op.cit.) sobre o bairro da Penha no início do século XX.

Sabemos que a produção acadêmica é variada e há dificuldade em se comparar obras em diferentes formatos. Logo, também estão excluídas produções como palestras, apresentações em congressos, resumos em anais, dentre outros, preteridos para tornar a pesquisa exequível. Também é notório que muitas vezes um mesmo trabalho é publicado em diferentes formas: um artigo se torna um capítulo de livro ou é traduzido e publicado em outra língua numa revista estrangeira, ou ainda uma dissertação é transformada em capítulo. Por isso, na análise das produções, unificamos esses casos, decidindo em cada episódio qual obra “preservar” para a análise. Para a datação da obra, porém, foi usada sua data de publicação “original”, mesmo que a posterior tenha sido analisada.

Algumas obras não dedicam sua totalidade ao passado. Principalmente as que realizam um recorte diacrônico, ou seja, selecionam um ou mais recortes temporais para analisar as mudanças no espaço ao longo do tempo²². Nessas obras, privilegiamos analisar a parte que se

²² Para maior discussão sobre recortes sincrônicos e diacrônicos, ver Estaville (1996), Alves (2011) e Silva (2012).

voltava para o tempo pretérito, como no caso da pesquisa de Santos (1985), sobre as mudanças no uso do solo na área do Jardim Botânico, e a de Serpa (1991), que estuda o caso da formação e consolidação do subcentro do Méier.

Finalmente, faz-se necessário aqui explicar uma ausência que pode ser notada: a *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, de Maurício Abreu não foi analisada nesta dissertação. Suas mais de novecentas páginas, duzentas e treze fontes, duzentas e oitenta e sete referências e, principalmente, suas cento e cinquenta e três imagens, a colocam em outro patamar. Se uma tese sobre a produção do geógrafo brasileiro já foi realizada (GOMES, 2016), seria necessária, no mínimo, outra tese de doutorado para analisar satisfatoriamente essa obra, produto de uma vida inteira de pesquisa e de mais de vinte anos de escrita. O longo período de gestação, porém, rendeu frutos em forma de artigos e capítulos (ABREU, 1994; 2000; 2002; 2005a; 2006), que são analisados nesta pesquisa. Os artigos discutem conteúdos que posteriormente foram sintetizados na obra de 2010. Dessa forma, não perderemos a contribuição do geógrafo carioca falando sobre o passado da sua cidade.

Assim como nossos recortes, as fontes da nossa base de trabalhos também condicionam nossa pesquisa. É sempre válido lembrar que não pretendemos analisar a totalidade das pesquisas produzidas pelos geógrafos que estudam o passado do Rio de Janeiro, pretensão impossível devido ao nosso recorte pelo espaço, e não, por exemplo, por um meio de publicação, como fez Barcelos (2010). Nossa escolha de fontes se deu com o intuito de tentar obter diversidade nos trabalhos quanto ao conteúdo, ao tempo de publicação, à autoria e ao tipo de imagens, mantendo os recortes sobre o passado e a caracterização de uma produção de geógrafos.

Pensando nisso, a primeira opção de fonte foram dissertações e teses dos alunos dos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil. Partimos do princípio de que, se a pesquisa foi defendida em um programa de pós-graduação em Geografia, podemos afirmar que se trata de uma produção geográfica. Consultamos, então, o portal de teses e dissertações da CAPES²³, assim como os sites de cada programa de pós-graduação em Geografia aprovado pelo MEC, percorrendo todas as teses e dissertações já defendidas nesses programas.

Outras fontes selecionadas foram os textos de História do Pensamento Geográfico que versavam sobre o tema escolhido. Um desses textos foi o artigo de Abreu (1994), que dispõe sobre a produção da Geografia Urbana no Brasil, fazendo uma historiografia da área. Outro texto foi a dissertação de Barcelos (2010), que trata da produção sobre a Geografia Urbana na

²³ Disponível em: < <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 13/07/2017

Revista Brasileira de Geografia do IBGE. Também foi usado o texto de Müller (1969), que discorre sobre a produção da Geografia até e em sua época.

Por fim, tivemos acesso à bibliografia recomendada do curso “Geografia Histórica do Rio de Janeiro” ministrado por Maurício de Abreu na Universidade Federal do Rio de Janeiro (ABREU, [200?]). O texto contém mais de trezentas e cinquenta referências, sendo mais de cento e vinte de geógrafos, das quais noventa e cinco são produções geográficas sobre o Rio de Janeiro e sobre o passado da cidade. Dado o investimento e a relevância de Abreu para com o estudo e ensino do passado da capital carioca a partir de abordagens geográficas, nos pareceu justificável a escolha de tal documento.

A partir dessas fontes, analisamos o título, resumo, o sumário, a introdução e a conclusão para verificar se a obra em questão atendia aos nossos critérios de seleção. Se sim, inserimos sua referência em uma tabela. Após a consulta a todas as fontes e a leitura das obras, revisamos nossos critérios de seleção e depuramos os casos de repetição de conteúdo muito similar, finalmente chegando à lista final dos trabalhos que serão objeto de nossa análise (Apêndice A). Os trabalhos estão listados em ordem alfabética do autor, além do ano original de publicação.

Cabe mencionar alguns casos específicos. Para os trabalhos que só analisam o passado da cidade em trechos determinados, como um capítulo, foram apontadas as páginas selecionadas. Os trabalhos de Duarte (2005), Ferreira (2005), Gomes (2005) Motta (2005) e Silva (2005) são dissertações e teses transformadas em capítulos; então, por mais que tenhamos analisado os capítulos, consideramos como ano original o da defesa e publicação da pesquisa original. Os sete artigos de Backheuser (1945a, 1945b, 1946a, 1946b, 1946c, 1946d, 1946e) foram analisados como apenas um por fazerem parte da mesma coleção, *Geografia Carioca*, e comporem juntos um trabalho sobre a cidade, além de serem individualmente muito pequenos, chegando a ter somente duas páginas por vezes, para serem analisados de forma separada.

3.1.2 A construção das categorias de análise

Depois da seleção dos trabalhos, foi preciso criar categorias que nos permitissem analisá-los, compará-los e tentar estabelecer padrões, a fim de atingirmos os objetivos propostos pela pesquisa. A construção dessas categorias levou em consideração principalmente as contribuições de Claval (2013, p. 4). O autor recomenda que o estudo da história do pensamento geográfico deveria levar em consideração a dimensão individual,

biográfica da pesquisa (I); o contexto, inclusive espacial, onde ela é produzida (II); as ideias que ela coloca em evidência (III); e, finalmente, que o produto é um discurso que pode conter ideologias (IV). Também afirma que a análise dos instrumentos, conceitos, instrumentos materiais, faz parte do estudo da própria área da ciência. Foram criadas as seguintes categorias: Autores, Ano de Publicação, Local de Publicação, Tema, Conceitos, Fontes, Citações, Escala, Período Escolhido e Áreas privilegiadas, discutidas a seguir.

Por mais que tenhamos escolhido trabalhar com um recorte da cidade e não fazer uma biografia específica sobre um pesquisador, **os autores** das pesquisas são uma importante categoria. Saber quem são os responsáveis pela produção possibilita estabelecer conexões entre os pesquisadores, além de considerar a dimensão biográfica. Ter essa categoria também nos permite pensar sobre as mudanças no uso e apreensão do passado por um mesmo autor.

Todo trabalho é datado. O **ano de publicação** nos facilita a inferir sobre o contexto da publicação no que diz respeito a sua época. Segundo Lucien Lefebvre, ao olhar o passado, o pesquisador traz questões do presente. Através dessa categoria, podemos comparar se houve mudanças significativas ao longo do tempo na criação de imagens para pensar o passado da cidade. Entender o contexto histórico no qual a obra foi produzida é importante para tentar discernir seus principais motivos e a ideologia que o trabalho contém. Também nos permite estabelecer nossas próprias periodizações, se for preciso, para tentar encontrar padrões da produção geográfica estudada.

O **local de publicação** é essencial para uma geografia da produção do conhecimento geográfico. É o que nos viabiliza georreferenciar essa produção. A partir do local de publicação podem-se elaborar sistemas de informações geográficos que nos permitam pensar e analisar as obras de uma maneira geográfica. Como lembra Claval (2013), para um geógrafo, é interessante estudar o contexto espacial em que uma obra é produzida, e essa categoria nos auxiliará a entender esse contexto.

Por mais que tenhamos recortado as obras escolhidas a partir do espaço estudado, a capital carioca, as **temáticas** pelas quais os pesquisadores trataram o Rio são das mais diversas. Temáticas diferentes, como transporte, comércio, especulação imobiliária ou festas populares, são presentes nas obras. Essa categoria nos possibilita pensar no interesse do geógrafo para com os temas, se eles variam conforme a área estudada ou o ano da publicação, se há temas com maior número de trabalhos, assim como permite entender se há uma diferenciação na produção do passado para cada tema, ou bloco de temas. Os temas também nos permitem pensar as ideias que as pesquisas colocam em evidência, como recomenda

Claval (2013), assim como a ideologia. Para entender os temas, usamos também as palavras-chave que os autores atribuíram aos seus trabalhos.

A discussão conceitual de uma pesquisa é uma de suas principais partes, pois define a construção do problema e os meios para se responder a perguntas e testar as hipóteses levantadas. A categoria dos principais **conceitos** usados nos permite entender quais foram as reflexões teórico-metodológicas do pesquisador ao trabalhar com o passado. Também traz possibilidades de comparação com os outros trabalhos, para estabelecer padronizações. Os conceitos também permitem um diálogo maior com o que se estava sendo produzido em outras disciplinas, mostrando a influência de discussões de fora da Geografia e a influência desta nessas outras áreas do conhecimento.

A categoria das **fontes** versa principalmente sobre quais foram os dados utilizados pelos geógrafos para estabelecer e interpelar o que chamam de passado. Conhecer e avaliar as fontes utilizadas nos possibilita pensar e diferenciar a produção geográfica. O autor usou dados primários ou secundários? Que dados são esses? Como o pesquisador os obteve? Como os problematizou preliminarmente? Quais cuidados epistemológicos ele teve? A obtenção e o uso das fontes aparecem sempre como algumas das principais discussões metodológicas na apreensão do passado nos trabalhos sobre o tema.

Analisar quem foram os principais **autores citados** nos trabalhos escolhidos é um recurso já utilizado na História do Pensamento Geográfico como método para entender a importância de autores em áreas específicas, permitindo evidenciar quais foram as principais obras referenciais de determinada época, assim como os principais métodos e modelos científicos. A ideia é que a repetida reflexividade e citação da obra/autor indicaria, se não a concordância, ao menos a relevância de ambos, a ponto de ser necessário citá-los para deles discordar. Elaborado e empregado primeiramente pelas Ciências Sociais, esse método foi adaptado e utilizado pelo geógrafo americano Bunge (1961) para entender a estrutura das discussões sobre a Geografia na época da sua publicação. Na Geografia brasileira, também foi aproveitado por Barcelos (2010), em seu estudo sobre como a Geografia urbana se apresentou na *Revista Brasileira de Geografia* entre 1939 e 1995.

Para termos uma boa base de comparação, foram selecionados os cinco autores mais citados em cada obra, assim como as cinco obras mais citadas em cada estudo. Seguindo o alerta de Bunge (1961), desconsideramos autocitações, tanto na seleção de autores quanto na de obras. O excesso de autocitação poderia desbalancear os resultados da pesquisa, criando pesos artificiais de certas obras ou autores, comprometendo os nossos esforços de investigação.

Ao criarmos a categoria de **escala** podemos causar certa estranheza, pois se afirmou em momento anterior que a escala para escolher os trabalhos a serem analisados seria a intraurbana. No entanto, ela é diversa, podendo tanto compreender a área de todo o município quanto somente a de um bairro, de uma região administrativa, de uma “zona”, ou mesmo lugares, como praças, parques etc. Entendendo a escala como propõe Castro (1995), sabemos que os conceitos usados, os temas escolhidos, a metodologia aplicada e até mesmo as periodizações, como alerta Silva (2012), variam conforme a escala geográfica e conceitual escolhida. Por isso, essa categoria é fundamental para balizar nossa pesquisa.

Os trabalhos podem variar não somente em como eles realizam a periodização, mas os **períodos escolhidos** para se realizar o estudo. Essa categoria nos permite entender quais foram as principais escolhas dos geógrafos, no que diz respeito aos anos a serem analisados, ao estudar o passado carioca. Quais seriam os períodos mais significativos? Haveria períodos deixados à revelia? Há uma variação de “períodos prediletos”? Cabe notar: reconhecemos, como Estaville (1991), Alves (2011) e Silva (2012) explicitam, que os estudos sobre o passado podem escolher não apenas um período em si, mas organizar dois ou mais recortes sincrônicos, de forma tentar compreender a evolução e/ou variação de determinado fenômeno, forma ou espacialidade em sua diacronia, realizando um recorte sincrônico-diacrônico.

Como discutido anteriormente, a periodização é uma das principais ferramentas epistemológicas para se compreender a temporalidade dos fenômenos (SANTOS, 1996; VASCONCELLOS, 1999a; WISHART, 2004; CORRÊA, 2011; ALVES, 2011; SILVA, 2012; GODOY, 2013; RODRIGUES, 2015). É essencial para a constituição e definição do passado a ser estudado. Mas se há uma concordância na necessidade da periodização para a realização dessas pesquisas, há divergências quanto aos métodos utilizados para esse fim. Godoy (2013) discorre sobre as diferentes formas de periodização ao longo dos anos, utilizadas tanto por geógrafos quanto historiadores. Vasconcellos (1999a) exemplifica essas diferenças com casos concretos do estudo do intraurbano. Silva (2012), por sua vez, demonstra uma das formas da criação de períodos através da empiricização do tempo proposta por Santos (1994). Essa categoria nos fornece informações sobre como cada obra entende e usa o passado, já que a escolha do método de periodização sempre estabelece diversos critérios sobre o olhar que lançamos para o tempo pretérito.

Muitos dos trabalhos não tratam da cidade inteira, mas efetuam alguns recortes espaciais específicos, sejam bairros, favelas, regiões administrativas, parques, praias, dentre outros. Da mesma forma que pode haver uma recorrência em certas periodizações e períodos, há **áreas privilegiadas** no estudo do passado da cidade, enquanto outras não se configuram

como opções usuais de objeto de estudo. Se o local de publicação vai nos permitir georreferenciar de onde se produz, esta categoria vai nos permitir espacializar a área estudada, possibilitando entender se há áreas privilegiadas no que diz respeito à quantidade de trabalho. Ela poderá, claro, variar segundo diferentes períodos escolhidos ou segundo as fontes utilizadas, ou mesmo em áreas preferenciais por pesquisadores, ou por local/ano em que o trabalho foi publicado.

A partir dessas categorias, foi criada uma ficha de análise para os trabalhos (Apêndice B). No total de setenta e seis trabalhos, foram preenchidas setenta e uma fichas de análise, considerando o já mencionado caso das obras de Backheuser. Os dados coletados foram inseridos em uma tabela e serviram de base para nosso estudo. Analisamos, enfim, os trabalhos a partir dessa base, através da espacialização dos dados em mapas, tabelas e gráficos, que, como dito anteriormente aqui, a partir de Gomes (2017), são sistemas de informações geográficas por excelência.

3.2 A ANÁLISE DAS IMAGENS

Como já dito, a análise das imagens usadas pelos geógrafos em seus estudos sobre a capital fluminense tem atenção especial em nossa abordagem. Assim como no caso dos trabalhos em si, foi necessário criar um procedimento para conseguirmos realizar esse exame. Esta seção da dissertação trata justamente dessa criação, expondo nossos critérios de escolha e justificando-os. Para isso, foi necessário estabelecer um diálogo mínimo com o campo de estudo das imagens na Geografia. Embora não estejamos preocupados em realizar um estado da arte sobre essa discussão, precisamos apresentar algumas das abordagens vigentes e suas questões, para podermos escolher e justificar a mais pertinente.

As discussões sobre a importância das imagens para a Geografia e, mais especificamente, para a produção do conhecimento geográfico, têm tido um aumento significativo de interesse a partir da década de 90 (GOMES; BERDOULAY, 2018). Mesmo que alguns autores correlacionem esse crescimento a uma expansão da importância das imagens para a sociedade atual (ROSE, 2001; 2003; NOVAES, 2005), é inegável que a disciplina tem um histórico considerável no uso de imagens para produzir, interpretar e divulgar o conhecimento geográfico. O uso de mapas, vídeos, esquemas, croquis, fotografias, diagramas, dentre outros é uma constante na Geografia (ROSE, 2003, p. 213). Inclusive, é muitas vezes a partir do uso que faz das imagens que o geógrafo se reconhece e é reconhecido, assim como parece intrínseca a relação entre a visão e a disciplina.

De fato, historicamente, a tradição geográfica tem privilegiado a percepção e análise do espaço através da visão, o que explica em grande parte a importância da forma como elemento explicativo e classificatório. Para muitos geógrafos, há uma ligação direta entre a capacidade de ver com a possibilidade de entender. Isso é evidente na fala de Brunhes, quando afirma que “[o] geógrafo precisa saber como ver” ou que o método geográfico consiste em “observar, agrupar e finalmente, se possível, classificar” (BRUNHES, 1920[1910], p. 569). O conhecimento adviria da observação. Gomes (2017, pp. 48-66) nos lembra que Humboldt dava especial atenção ao ato de contemplar o ordenamento espacial, afirmando que este tem uma potencialidade estética e provoca um duplo prazer: o gozo da natureza e do reconhecimento das leis naturais pela observação racional das coisas. Esse prazer e esse apelo ao visual são recorrentes na história da Geografia, como demonstra Cosgrove (2008). Pensar no que observar e em como observar é parte integral da produção do conhecimento geográfico (DRIVER, 2003).

Mas a percepção de que o conhecimento advém da observação também foi contestada na história da disciplina. Gomes e Berdoulay (2018) apontam que duas lógicas coexistem e podem ser traçadas desde a Antiguidade clássica: ver é compreender, e só se consegue ver o que se compreende. Essas lógicas têm suas raízes na Filosofia, na oposição entre a empiria de Aristóteles e o mundo das ideias de Platão. Na interpretação de Platão, o mundo visível seria uma corruptela, sombras do mundo da verdade. Assim, a contemplação do visível não levaria à verdade, ao conhecimento, mas tenderia à enganação, ao falso.

A desconfiança em relação à capacidade de se obter conhecimento através da observação e, conseqüentemente, ao status das imagens, permeia a Geografia. Gomes (2013) afirma que as crises em relação às imagens, a iconoclastia, é recorrente. Vê-se a imagem como incapaz de representar a realidade, logo, falsa e mentirosa – em alguns casos, profana. Essa visão da imagem como simulacro e falsa, logo profana, é explícita em algumas crenças, principalmente nas três religiões do livro – islamismo, cristianismo e judaísmo – que condenam fervorosamente a idolatria.

Não só Platão e as religiões, porém, veem as imagens com desconfiança. Na ciência, principalmente nas ciências humanas, a partir da década de 70, as imagens aparecem como veículos de propagação de ilusões e mentiras. A partir de Foucault, Lacan, Debord, Lefèbvre, Derrida e Irigaray, fez-se uma crítica às ordens visuais modernas, estabelecidas pelos poderes sociais que os autores denunciavam e contra os quais lutavam, criando-se quase uma posição hegemônica (GOMES; BERDOULAY, 2018). Na Geografia, essa denúncia das imagens

também está presente. Um dos exemplos mais claros é o trabalho de Monmonier (1991), sobre as estratégias discursivas de enganação a partir do uso de mapas.

Rose (2003) afirma que, embora autores contemporâneos tenham entrado em um consenso de que a Geografia é uma disciplina visual, pouco se pensou no que exatamente seria esse visual. Para Rose (2001; 2003), é preciso negar o *status* de verdade que as imagens mantêm, principalmente na exposição do conhecimento geográfico. Senão um *status*, ao menos causam um “efeito verdade” (NOVAES, 2011). A autora se propõe a pensar em como essas imagens criam visibilidades disciplinares²⁴, evidenciando aspectos e apagando e excluindo outros, de certa forma retomando sua preocupação com o apagamento já aqui citado (ROSE, 1995). Para a geógrafa, as questões de poder e performance deveriam ser centrais na pesquisa sobre as visualidades na Geografia.

Driver (2003) e Ryan (2003) responderam à autora britânica afirmando que a preocupação para com a visualidade está presente na disciplina. Não somente a partir da institucionalização da Geografia como campo científico, mas também na produção de outros saberes e conhecimentos geográficos anteriores ou coexistentes com a Geografia acadêmica. Ryan (2003) contestou a apresentação da imagem como verdade na exposição acadêmica. Para ele, a imagem pode ser um dos recursos retóricos de aula para a legitimação do conhecimento, mas nunca analisada separadamente de todo um conjunto de práticas e performances que acompanham as aulas e apresentações acadêmicas. Assim, retomar a discussão de imagem como verdade ou imitação seria retroceder em avanços na área. Todos concordaram que há necessidade de se realizarem mais estudos empíricos para acompanhar a discussão teórica sobre o assunto e que o aspecto de poder e autoridade devem estar presentes nesses estudos.

Tanto na consideração de que as imagens sejam legítimas fontes de conhecimento quanto perigosos instrumentos e artefatos de dominação, é preciso reconhecer que a Geografia não só usou as imagens como instrumentos de análise, como fez a análise das imagens como instrumento. A partir de nossa leitura, conseguimos pensar em três abordagens possíveis para a análise das imagens pela Geografia, as quais a nosso ver se caracterizam pelas perguntas feitas pelo geógrafo às imagens.

A primeira pergunta seria inquirir sobre **o quê de geográfico a imagem contém**. Seria o que Gomes e Berdoulay (2018) chamam de uma orientação que

²⁴ *Disciplinary visualities*, no original. Tradução livre.

se pergunta sobre a possibilidade de encontrar nas imagens um conteúdo geográfico. Trata-se de estudos que se dirigem a variados tipos de imagens, pinturas, desenhos, fotografias, filmes, vídeos, mapas, cartogramas e até textos, e neles se busca conhecer o potencial pedagógico ou comunicacional para a Geografia contido nesses meios gráficos. (GOMES; BERDOULAY, 2018, p. 358)

Verifica-se um encontro de dois conhecimentos diferentes e procura-se na imagem algo que se reconheça como Geografia. Nessa forma de perguntar, a contribuição que a imagem pode trazer é uma exemplificação de um conhecimento geográfico já adquirido. O conhecimento já foi construído anteriormente, sem precisar da observação, e é só validado e exemplificado pela imagem. É o que Novaes (2011) chama de um uso “para contar”, no qual as imagens têm o papel de representações que corroboram a fala do expositor. É a abordagem mais comum que Geografia faz das imagens, visando à transmissão do conhecimento geográfico.

A segunda abordagem se caracterizaria pela pergunta “**o que o autor quer nos mostrar (ou esconder) com essa imagem?**”. Nela, a imagem é considerada um veículo, do qual se quer, por vezes, uma leitura quase que textual. Reconhece-se que a imagem é construída, não é uma “realidade” e, portanto, contém uma narrativa intencional do autor. Cabe ao geógrafo, através de diferentes métodos, juntar as pistas que o autor deixou por sobre a imagem e reconstruir o sentido oculto na mesma. Novaes (2013) demonstra que os geógrafos adotaram métodos da História da Arte para esse tipo de análise. Envolveria principalmente os conceitos de iconografia e iconologia, disseminados por Panofsky, que sofisticariam a análise por considerar não só a imagem em si, mas a história e a cultura na qual ela estava imiscuída para interpretar seus valores simbólicos. Novaes (2013) adverte para dois grandes problemas que permeiam obras com esses métodos de análise: o problema da circularidade e da não consideração da participação do observador.

Alpers (1983) afirma que a ideia da imagem como texto se popularizou no período da Renascença, a partir de uma dita cultura visual renascentista do sul europeu. Cheias de simbolismos e alegorias, as pinturas italianas da época deveriam ser interpretadas a partir da “iconologia” de Cesare Ripa (NOVAES, 2013), para se entender o sentido original que o autor queria transmitir com a imagem. Para leigos, as cenas não fariam sentido, criando duas categorias de espectadores: os que não entendem o que o autor quer transmitir e os que entendem, pois detêm a chave para sua decifração.

O que a crítica contemporânea aponta é que, não somente o autor insere suas alegorias, mas também realiza diversas escolhas ao criar sua imagem: ângulo, composição, quais objetos evidenciar, cor, escala etc. Essa seletividade, esse processo de inclusão e exclusão, é analisado

através de uma articulação de práticas sociais, significados e, principalmente, para alguns geógrafos como Rose (2003), relações de poder. A partir da análise, o geógrafo poderia descobrir a real intenção do autor ao exibir a imagem, podendo reconhecer os significados ocultos e denunciar os aparentes falseamentos e naturalizações.

A essa abordagem, Novaes (2011) chama de “para descobrir”.

Já quando um antropólogo mostra a foto de uma mão cheia de calos para discutir os significados do trabalho com um grupo de camponeses, ou quando um geógrafo analisa um mapa imperial como um símbolo de poder e apropriação territorial, essas imagens são necessariamente "interpretadas", utilizadas "para descobrir" as seletividades envolvidas no seu processo de produção e difusão. (NOVAES, 2011, p. 13).

Por fim, resta-nos a terceira abordagem, representada pela pergunta “**o que a imagem nos faz ver?**”. Ela deriva da ideia de que as imagens são criadas para podermos pensar a partir delas. Não exemplificam nem ilustram um pensamento: elas *são* o pensamento organizado, que só pode existir e ser apresentado quando inscrito. A imagem, portanto, é um “conjunto, coerente e organizado, mas as conclusões que podemos tirar não estão fechadas em uma ‘narrativa’ preestabelecida” (GOMES, 2017, p. 41). Ela nos permite ver e pensar algo inédito, algo novo. É baseada na “cultura visual” da pintura dos Países Baixos que Alpers (1983) apresenta. A imagem não mais contém uma narrativa, mas é aberta à interpretação. Ao propor uma nova forma de olhar, seja de um ponto de vista ou com uma composição diferente, ela possibilita um novo conhecimento.

É uma abordagem semelhante à tomada por Marc Brosseau (1996), em sua tese de doutorado *Des romans-géographes*²⁵. Brosseau chama os livros que estudou de “romances geógrafos”, em contraposição aos romances geográficos, pois trata esses livros como sujeitos dotados de uma geografia própria. A ideia central é evitar interpretar os livros a partir da Geografia ou reconhecer neles algo de geográfico, o que se assemelharia a nossa primeira abordagem. É evitar buscar nos livros a confirmação das hipóteses, mas apreender quais hipóteses os livros sugerem. Os livros seriam portadores de sua própria Geografia, e o diálogo com o pesquisador não deveria levá-lo a se reconhecer no livro, mas a aprender a partir dele. Assim, não faria sentido perguntar ao autor do romance ou entender sua mensagem, pois o que interessa não é sua opinião dele a Geografia ou mesmo sobre a geografia do seu livro. O que interessa é como o livro manifesta a geografia em sua especificidade. Não se quer entender a Geografia no livro, mas a geografia do livro.

²⁵ Romances-geógrafos, tradução livre.

Nessa abordagem, a imagem adquire um status não apenas representacional, mas existe, ela mesma, como pensamento e análise. Não mais se exemplifica um pensamento com imagens, mas se cria possibilidades, correlações espaciais. Gomes (2017) ressalta o papel fundamental das imagens, quando afirma que

[o] desenho que se exprime sob uma forma material é a tradução de uma ordem mental, responsável por estabelecer princípios e relações que serão como um guia para a consecução do desenho. Assim, o resultado da aplicação dessas relações e desses princípios, traduzidos graficamente, só será conhecido uma vez que o desenho seja feito. Nesse sentido, a imagem “faz aparecer”. Ela não é a simples ilustração da ideia abstrata da ordem, como um objeto secundário e completamente previsível. A imagem é portadora de sentidos próprios, os quais aparecem exclusivamente quando princípios e relações abstratas se exprimem graficamente. Como já dito, desenhamos para pensar. (p. 66)

A partir da nossa exposição, consideramos que, para nossa pesquisa, a terceira abordagem seria a mais indicada. Considerar as imagens não só como produtos geográficos, mas como produtores de Geografia, permite-nos escapar dos problemas apontados por Novaes (2013), já que, como Brosseau, não iremos usar as imagens para confirmação de nossas hipóteses, mas como sujeitos de uma geograficidade própria. Também não cairemos no perigo da discussão sobre representação e real, nem dos possíveis significados ocultos inseridos por um geógrafo dissimulado, pois nossa questão não privilegia a opinião do autor sobre sua obra ou a imaginável mensagem, mas justamente a capacidade da própria em criar, pois permite uma nova forma de olhar.

De forma alguma a abordagem pretende estabelecer uma verdade sobre a análise da imagem. Pelo contrário, a validade da nossa escolha se dá justamente por admitir diferentes caminhos para a interpretação da nossa categoria de análise. Mais, a abordagem preconiza justamente que as imagens são abertas à interpretação e, por isso, instrumentos usados para pensar. Como afirmam Gomes e Berdoulay, “[a] força das imagens está na distância que conseguimos obter através delas, no potencial de reflexividade que elas nos oferecem” (GOMES; BERDOULAY, 2018, p. 367).

Essa abordagem pareceu atender nossas expectativas quanto às críticas e sugestões propostas por Lia Machado (2000), Lamêgo (2013) e Moraes (2000). Para cumprir uma das funções do pensamento geográfico, a de denunciar, ou ao menos sacudir, os mitos da disciplina, faz-se necessário que nossa análise não seja autorreferenciada, isto é, queira ver no

nosso objeto de estudo o que já foi visto ou o que foi pensado anteriormente. Temos de considerar o processo de análise não como comprovação dos nossos conhecimentos, mas, como Brosseau sugere, como criação de novos conhecimentos a partir do diálogo de diferentes geografias: a da nossa posição como geógrafo e a geografia da imagem.

Obviamente, nossa pesquisa não é a primeira na Geografia a tratar de imagens produzidas sobre a cidade do Rio de Janeiro, uma cidade tão importante e com imagens que possuem uma diversidade que interessa a muitos pesquisadores. Encontramos diversos trabalhos cuja proposta principal é a discussão sobre a produção de imagens da capital carioca, inclusive no campo de ciência geográfica. O estudo das imagens produzidas passa, normalmente, por duas linhas: a de denúncia das intenções dos formadores de tipos específicos de imagens da cidade e a de reconhecimento da polissemia na formação de imagens sobre a cidade, com uma tentativa de reconhecê-las. Ambas usam o conceito de paisagem para pensar essa produção de imagens.

A primeira linha reconhece que as imagens produzidas e veiculadas sobre a cidade carregam uma intencionalidade. Cabe ao pesquisador reconhecer nessas imagens os interesses dos produtores das mesmas, sejam elas produzidas pelas forças hegemônicas, caso em que o pesquisador deveria denunciá-las, ou pelas classes dominadas, devendo o pesquisador vocalizá-las. É uma interpretação que se assemelha às contribuições de Cosgrove ([1989] 2012) quanto a sua conceituação dos diferentes tipos de paisagem: as paisagens da cultura dominante, as paisagens alternativas, as paisagens residuais, as paisagens emergentes e as paisagens excluídas. Também podemos reconhecer uma similaridade com as propostas de Rose (2001; 2003) para o estudo das imagens, focando nas questões de poder, como discutido no capítulo anterior de nossa dissertação. Um exemplo de trabalho que coincidiria com essa linha seria a obra de Elicher (2014) sobre a necessidade e utilidade da produção de uma nova estética imagética sobre a área portuária carioca para a legitimação e implantação do projeto “Porto Maravilha”.

A segunda linha, por sua vez, reconhece que os lugares da cidade e inclusive ela mesma engendram diversas possibilidades de produções de imagens. Também usam do conceito de paisagem para relacionar esses lugares às imagens produzidas. Há um emprego recorrente dos conceitos divulgados pela chamada Geografia Cultural, principalmente no que tange ao aumento da importância do indivíduo e à tentativa de outras formas de apreensão do espaço através de outros sentidos, como o olfato e o som, caminhando para uma dita Geografia humanista. Outra vez, o trabalho de Cosgrove ([1989] 2012) é lembrado, principalmente na ideia de leitura das paisagens através de seu significado simbólico. Nesses

trabalhos, se procura desvendar a polissemia dos lugares através das diferentes imagens produzidas sobre eles. Podemos incluir nessa linha o trabalho de Godoy (2011), que tenta identificar, com auxílio da cartografia e da navegação virtual, o olhar da comunidade sobre o centro do Rio de Janeiro.

Mas nenhuma das duas linhas nos pareceu se aproximar de nossa proposta de abordagem. Não especificamente por relacionarem imagem a paisagem, mas pelo direcionamento de suas perguntas. Tanto na primeira linha quanto na segunda, os questionamentos se dirigem mais a quem produziu as imagens, seja para desvendar suas intenções, no primeiro caso, seja para reconhecer as multiplicidades de produções dependendo do produtor, no segundo caso.

Entretanto, outra linha nos pareceu útil no tratamento das imagens. Alfano (2016), em sua dissertação sobre a modernidade expressa na Avenida Rio Branco, então Avenida Central, vai buscar nas imagens suas respostas. Mesmo que continue relacionando a imagem ao conceito da paisagem, as perguntas não se dirigem ao discurso ou às intenções por detrás da construção de uma imagem, mas às próprias imagens produzidas, no caso, fotografias. A autora discorre longamente sobre as formas de análise da imagem, mencionando a semiótica e a iconologia, mas escolhe uma abordagem geográfica, a partir dos conceitos de Gomes (2013). Assim, a abordagem da pesquisadora se aproxima da que almejamos realizar.

Um problema se colocou, contudo, ao tentarmos adaptar o método proposto por Alfano (2016): a geógrafa analisou 55 fotos, número totalmente diferente das mais de mil imagens reunidas no nosso banco de dados. Com quase 20 vezes mais o número de imagens, seria impossível realizar o exame executado pela pesquisadora, preenchendo uma longa ficha sobre cada uma. A solução encontrada foi não usar o método em si, mas adotar a mesma perspectiva: uma análise geográfica que se baseasse nos conceitos propostos por Gomes (2013). E quais seriam esses eles? O ponto de vista, a composição e a exposição.

O **ponto de vista** indica um lugar determinado. É a partir dele que se pode observar algo, fisicamente ou metaforicamente. Ele dita o que se pode ver; estabelece a distância, o ângulo e a direção entre o observador e o observado. Muda-se de ponto de vista, muda-se o que se vê. A partir de sua posição, o olhar pode privilegiar formas geométricas ou metafóricas, criando diferentes visualidades. Esse jogo de posições é estabelecido pela escolha de onde se vê, pela escolha do ponto de vista (GOMES, 2013).

A **composição** é entendida como uma combinação que produz algo novo, a partir do jogo de posições dos dados juntos estruturalmente. É com base na verificação de padrões de dispersão de elementos em uma estrutura de um conjunto que se entende sua ordem espacial,

o lugar relativo de cada elemento contribuindo para gerar essa espacialidade. Isso faz com que não seja suficiente entender os dados singularmente, mas compreender que, se produzem outro sentido quando em um conjunto estruturado, é devido também às suas posições relativas na composição desse conjunto (GOMES, 2013).

Finalmente, a **exposição**. Para o autor, é uma expressão também definida pela situação espacial. Pensar a exposição é pensar a criação e a existência de espaços que legitimam a visibilidade dos fenômenos. As implicações indicadas são de que a classificação do que ver, ao mesmo tempo, cria uma do que não ver. Assim, a exposição cria, ou legitima, a visualização e a atenção dada a certo fenômeno ou objeto (GOMES, 2013).

Baseados nesses três conceitos, construímos as perguntas às imagens e suas subsequentes categorias de análise. O que nos interessaria numa imagem? Primeiro, antes de tudo, seria que **tipo** de imagem ela é: uma foto, um mapa, um desenho, dentre outros. Cada tipo de imagem estabelece pontos de vista específicos e composições diferenciada, sendo, por si só, meios de exposição discrepantes. Depois, interessamo-nos sobre o **conteúdo** apresentado pela imagem, os espaços e tempos aos quais ela faz referência, os pontos de vista que privilegia, os elementos que a compõem e como se exhibe esse conteúdo. Por fim, considerando que a imagem não pode ser entendida à parte das outras presentes no texto, ou do próprio texto, já que são uma composição, o **conjunto de imagens** foi estudado.

É claro que, mesmo pensadas de forma separada inicialmente, essas dimensões são articuladas, pois dizem respeito ao mesmo conjunto estruturado, a imagem. Então, por mais que possam ser separados preliminarmente na pesquisa, suas interrelações não são passíveis de esquecimento; inclusive, são também o que define a própria imagem. A seguir, discutiremos mais profundamente cada dimensão de análise, apontando como se deu tanto o processo de construção da dita dimensão, quanto os instrumentos criados para a realização da pesquisa.

Se muitos gêneros pictóricos podem estar sobre o guarda-chuva da palavra “imagens”, ainda assim eles têm características diferentes. A divisão de imagens por categorias a partir do material em que são feitas, exibidas ou de seu processo de produção é normal tanto no cotidiano e no senso comum quanto nas pesquisas sobre elas. Não temos a ambição nem o estofado necessário para realizar aqui uma discussão sobre as diferenciações das imagens realizadas pelos mais variados estudos ou pelos diversos campos da ciência. Pretendemos apenas explicar como criamos as nossas categorias de tipos de imagens, a partir dos conceitos propostos por Gomes (2013) e do contato com o nosso material empírico.

Foram identificados onze tipos de imagens diferentes: tabelas, gráficos, desenhos, charges, fotos, montagens, documentos, plantas, mapas, retratos e croquis. Algumas categorias podem parecer já estabelecidas, como fotos e mapas, assim como outras podem gerar surpresa, seja por inicialmente parecerem muito díspares em relação às outras, como tabelas e gráficos, ou, pelo contrário, muito semelhantes, como desenhos e charges.

As fotos são uma categoria de imagem bastante debatida nas ciências. Seu caráter técnico de registro passa uma ideia de prova irrefutável de que algo foi exatamente o que apresentado pela imagem. Alfano (2016) diz que a fotografia foi interpretada de diferentes modos, desde uma mimese do real até uma transformação do real ou traços dele. Rose (2003) critica o discurso de realidade atrelado aos slides, o que Ryan (2003) demonstra ser, na verdade, uma crítica à assunção da fotografia como testemunho do real. Há na foto, portanto, um sentido de veracidade, mesmo que se reconheça hoje em dia não ser propriamente o real. Consideramos como fotos as imagens obtidas através de aparelhos fotográficos ou daguerreotipo, com exceção dos retratos e documentos, que ganharam categoria própria.

Outro gênero pictórico que goza de grande legitimidade, segundo Novaes (2005), é o mapa. Seja por se adequar a uma rígida estrutura de representação e apresentação, seja por, com sua prática, legitimar e possibilitar discursos e ações por parte dos poderes hegemônicos, a cartografia e o mapa também carregam uma aura de verdade e realidade como imagens. Essa visão recebeu diversas críticas, como a obra de Monmonier (1991) ou a própria dissertação de Novaes (2005), mas a legitimidade do mapa, assim como suas especificidades técnicas que interferem nas dimensões analisadas, o justificam como um “tipo”.

Semelhantes aos mapas, os croquis e as plantas têm para nós uma linguagem própria suficiente para criarmos uma categoria específica para cada. Os croquis são representações de lugares e espaços existentes sem a necessidade do rigor cartográfico, possibilitando uma apresentação mais esquemática. Já as plantas são projetos e planos desenhados. Ou seja: são desenhos não do que existe, mas do que se planeja construir. É mais que sabido que nem tudo que se projeta ou planeja se concretiza; na maioria das vezes, mesmo quando isso ocorre, no processo de construção ou materialização há ajustes que modificam o plano original. Essas duas categorias, seja por terem menor rigor - os croquis - ou por não terem uma correlação com o que existe, mas possivelmente virá a existir - as plantas -, adquirem uma menor conotação de realidade ou verdade que os mapas.

Sobre a categoria de desenhos agrupamos as pinturas, gravuras e litografias. Por mais diferentes que sejam as técnicas ou instrumentos utilizados, as formas pictóricas agregam uma coerência, principalmente no quesito de exposição, o que tornou possível a construção da

categoria. Não entraremos na discussão sobre a proximidade para com o real da pintura, a gravura ou a litografia em comparação com a foto, por exemplo, mas o desenho sempre possibilitou o registro de imaginações e invenções, tornando sua autoria e sua influência visíveis e reconhecidas de forma mais imediata.

As charges, por mais que também sejam desenhos, formam uma categoria à parte. Os elementos em sua composição e exposição são bastante particulares e, durante a pesquisa, percebemos que perder esse dado, da imagem ser uma charge e não um desenho, uma pintura ou uma litografia, seria prejudicial em nossa análise. Outra categoria que ganhou relevância ao longo da pesquisa foram os retratos. Inicialmente classificados ou como desenhos ou como fotos, dependendo do caso, verificou-se que os retratos exercem um papel singular, principalmente no que tange ao conjunto imagético das obras. Conclui-se que os retratos eram mais parecidos entre si do que com o resto das fotos ou desenhos, estabelecendo-se com isso a respectiva categoria.

Tabelas, gráficos e documentos podem parecer estranhos no primeiro momento. Qualquer imagem em si poderia ser um documento a ser analisado. Mas a nossa categoria de documentos corresponde aos registros imagéticos de propagandas, capas de livros, assinaturas, notícias etc. As tabelas e gráficos são importantes instrumentos utilizados pelos geógrafos e aparecem regularmente nos trabalhos estudados. Mesmo não sendo possível analisá-los da mesma maneira que uma foto, por exemplo, ainda revelam características de composição e exposição significativas para a nossa pesquisa. Apesar de parecerem semelhantes, o gráfico e a tabela têm diferenças representacionais que, mais uma vez, nos fizeram optar por considerá-los como categorias separadas.

Finalmente, incluímos a categoria de montagem, que se refere às imagens compostas de duas ou mais imagens menores. Essa composição de imagens formando uma nova gera um significado diferente do que a simples soma do significado individual de cada imagem, por vezes multiplicando os pontos de vista ou elementos, ou mesmo mantendo o ponto de vista, mas levando em consideração imagens produzidas em contextos temporais e espaciais diferentes. As montagens podem ser feitas tanto com tipos de imagens iguais, como uma sequência de fotos, quanto com uma junção de tipos diferentes, como mapas e fotografias, por exemplo.

Cabe aqui reiterarmos que a nomenclatura e a definição das categorias foram fundamentadas em nossa base conceitual e empírica. Não se deve estranhar, portanto, que haja uma diferença no enquadramento das imagens nos “tipos” pelas obras e no nosso enquadramento. Imagens nomeadas como plantas foram analisadas como mapas, por

exemplo. Apesar de respeitarmos a autonomia do autor em relação à sua obra, insistimos que nossas perguntas e questões nesta dissertação não são sobre a opinião do geógrafo com relação às imagens em sua pesquisa, mas dirigidas às próprias imagens.

A outra dimensão de análise considerada é o **conteúdo**. Essa parece ser a dimensão mais privilegiada nos estudos sobre a imagem. Como já discutido neste capítulo, existem diversas metodologias de análise das imagens, e muitas delas priorizam a apreensão do conteúdo, como a Iconografia e a Iconologia (NOVAES, 2013). A leitura do conteúdo das imagens, através da decifração dos símbolos e da disposição dos mesmos, exigiria um profundo conhecimento da linguagem de sinais e revelaria o verdadeiro sentido contido na imagem. Essa é mais uma ponte na leitura da paisagem como imagem, como o texto de Cosgrove ([1989]2012) sugere, ao apontar que a paisagem pode ser lida a partir dos seus símbolos, que são produto da apropriação e da transformação do meio ambiente pelo homem.

Por mais que não tenha essa abordagem da identificação e decodificação simbólica, e sim uma abordagem geográfica, acreditamos que Alfano (2016) também privilegia o conteúdo em sua dissertação, com sua metodologia de descrição densa das fotografias a partir das categorias do conceito de *cenário* (GOMES, 2008). Apesar de não ser possível realizar essa mesma análise para nossa pesquisa, a importância do conteúdo se mantém em nossa perspectiva.

Uma análise geográfica deve se perguntar, ao olhar para a imagem e pensar seu conteúdo, o que se pode ver. A descrição realizada como resposta, contudo, não é aleatória. É arrazoada em conceitos que nos permitam tanto nomear o que vemos quanto efetuar comparações e reflexões mais abstratas sobre o que é visto. Nossa descrição se deu principalmente a partir das reflexões sobre o ponto de vista exposto, os elementos que compõem a imagem, como ela foi exibida e os espaços e tempos aos quais ela faz referência.

O ponto de vista da imagem indica a posição que o autor tomou ao realizá-la, tanto física quanto metaforicamente. Ao tomar essa posição, o autor condiciona as relações espaciais presentes entre os elementos da imagem. Essa posição permite-nos ver e deixar de ver. De forma diferente, portanto, traz um conteúdo diferente a cada posição tomada. Da mesma forma, a consideração dos elementos que compõem a imagem é essencial para compreendê-la. Não só a descrição dos elementos eles mesmos, mas também da sua disposição por sobre o espaço da imagem.

A forma de exibição da imagem, e aqui estamos pensando no nosso caso, principalmente nas legendas e referências, pode mudar sobremaneira a apreensão do conteúdo da imagem. Um dos principais focos de nossa descrição foram as fontes da imagem, seja dos

dados necessários para produzi-la, seja da imagem ela mesma. O tempo e o espaço aos quais a imagem faz referência também foram considerados na nossa análise. As épocas expostas, assim como os lugares, alteram expressivamente seu conteúdo.

A última dimensão analisada foi a relação entre as imagens de um mesmo trabalho, ou do **conjunto de imagens** da obra. Essa dimensão se baseia na ideia de que os significados de uma imagem mudam dependendo não só do conjunto no qual ela está inserida, mas também de sua posição relativa nesse conjunto. Pensar na imagem e em suas relações com outras nos permitirá estudar não só o que elas em si apresentam, mas como, quando organizadas em um conjunto estruturado, como em um dos trabalhos estudados, as imagens potencializam seus efeitos e geram novos significados.

As observações sobre essa dimensão levaram em conta primeiramente a diversidade de tipos e conteúdos das imagens. Tentamos perceber e apontar um padrão nesse quesito, indicando ou uma diversidade grande ou uma homogeneidade, ou ainda um balanceamento, e as possíveis consequências dessas distribuições. A diversidade, ou não, de tipos e conteúdos em uma obra é também responsável pela apresentação que a dita obra realiza.

Outra observação importante é sobre a ordem de apresentação das imagens. Essa ordem de apresentação é escolhida pelo autor do trabalho analisado e influencia diretamente em sua compreensão. Mesmo que a intenção por detrás das escolhas do autor da obra não nos interesse na presente dissertação, os possíveis efeitos da ordem de apresentação têm de ser considerados em nossa pesquisa.

As fontes das imagens também foram um aspecto destacado em nossa descrição. Imagens com fontes diferentes ou uma homogeneidade de fontes alteram a maneira de entender seu conjunto. Uma repetição não só de imagens, mas de conjuntos de imagens, ou pelo menos um compartilhamento de fontes, pode mudar as considerações realizadas por sobre o conjunto em questão.

É sempre interessante lembrar que, se pregamos pela autonomia da imagem em relação à intenção de seu autor, ou ao texto em que está inserida, é inegável que sua articulação não se dá somente com outras imagens, mas também justamente com o dito texto. Por isso, os jogos entre a posição das imagens e os textos que as referenciam também foram observados e descritos.

A obtenção das imagens foi feita a partir das obras analisadas. Os recortes em relação aos trabalhos escolhidos já foram discutidos anteriormente, então não se faz necessário rediscuti-los. Porém, é importante notar que nossa escolha não teve como corte a existência ou não de imagens no corpo do trabalho. Isso se deu porque queríamos verificar se a nossa

constatação de que os trabalhos do passado se utilizam frequentemente de imagens era verdadeira. Assim, há textos escolhidos, poucos, que não contam com imagem alguma. Entretanto, como que para compensar, há textos que têm imagens de sobra. No total, a partir de 76 trabalhos e 71 fichas, foram identificadas e analisadas 1105 imagens.

Ao contrário das fichas sobre os trabalhos, a quantidade massiva de imagens impediu que realizássemos uma ficha de análise individual. Para dar suporte a nossa análise, além do aporte que as fichas sobre os trabalhos nos deram, fizemos um “caderno de leitura”²⁶, no qual cada imagem foi identificada com informações como tipo, local e tempo a que fazia referência, ano da produção da imagem e fontes utilizadas, seja dos dados, seja de obtenção da própria imagem.

²⁶ O “caderno de leitura” conta com 109 páginas, sendo inviável anexá-lo à presente dissertação.

4 OS TRABALHOS

Retomando o capítulo anterior, nosso primeiro passo para a análise foi a caracterização das obras a partir dos dados obtidos na leitura e do preenchimento dos nossos instrumentos de pesquisa, principalmente o caderno de leitura e as fichas de análise. Essa aproximação se baseia principalmente nas considerações de Paul Claval (2013); a partir das nossas próprias questões originais sobre os trabalhos, relatadas na introdução, realizamos a investigação.

O autor argumenta sobre a importância de evidenciar os contextos nos quais as obras foram publicadas para melhor compreendê-las. Assim, apoiados nas reflexões do geógrafo francês, tentou-se caracterizar inicialmente as obras a partir do seu local e ano de publicação, assim como seu formato. Para entender a produção dos geógrafos sobre o passado da cidade do Rio de Janeiro, não basta somente analisar os contextos em que se realizaram as publicações, mas também estudar as próprias obras e suas características. Assim, analisamos o conteúdo a partir das categorias de fontes, referências de autores e obras, períodos e locais escolhidos, escalas adotadas, temas, conceitos e palavras-chave.

É sempre interessante lembrar que os nossos recortes limitam a base empírica que será observada. Então, qualquer quantitativo exibido se refere às 76 obras, apresentadas em 71 fichas. Não temos a pretensão de totalidade, então todas as nossas afirmações e considerações devem sempre passar pela consciência do leitor de qual universo estamos trabalhando. Portanto, é melhor não considerar os números de forma absoluta, mas como indicativos de tendências gerais que podem ser observadas.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHOS

A espacialização do local de publicação é um dado essencial para entender os contextos espaciais nos quais as obras se inserem. É a partir desse dado que vemos os locais de exposição da produção do conhecimento e seu respectivo padrão de distribuição. Lugares de concentração da editoração podem não significar exatamente onde se produz conhecimento, mas definitivamente informam sobre onde ele é discutido e os lugares originais de sua difusão. Mesmo atualmente, em que há maior facilidade técnica na publicação em locais mais distantes, seria ingênuo assumir uma homogeneidade na distribuição espacial das publicações.

Pelo contrário, o que os nossos dados mostram (ver tabela 1) é que há uma concentração espacial considerável nos locais de publicação dos trabalhos estudados. A cidade do Rio de Janeiro agrega 83% dessas obras; com a adição da cidade de Niterói, a região metropolitana do Rio de Janeiro concentra 90% da produção total. Tirando São Paulo, com 4%, podemos afirmar que os trabalhos sobre o passado da capital carioca são exibidos inicialmente na e pela própria cidade. É importante notar também a pouca relevância de trabalhos publicados originalmente fora do Brasil, havendo somente uma obra editada primeiramente no estrangeiro.

Tabela 1 – Locais de publicação dos trabalhos

Local (cidades)	Trabalhos	Percentual
Rio de Janeiro	59	83%
Niterói	5	7%
São Paulo	4	6%
Brasília	1	1,33%
Barcelona	1	1,33%
s.l.	1	1,33%
TOTAL	71	100%

Fonte: Elaboração própria.

Esses dados poderiam indicar um interesse quase exclusivamente regional dos geógrafos pelo passado da cidade do Rio de Janeiro. Para se pensar e pesquisar a capital, há de se publicar e discutir na própria, tornando-a o epicentro que dita a discussão. Os pesquisadores que estudaram o passado da cidade encontram nela o lugar do diálogo e a exposição inicial dos seus resultados. Essa constatação poderia levar alguns a pensar que a “superconcentração” espacial das publicações se deva a certa irrelevância das pesquisas em âmbito nacional para não mencionar a escala mundial. Não é o que acreditamos, contudo.

O padrão espacial pode ser explicado por uma correlação entre local pesquisado, local de pesquisa e o local de publicação. Embora essa hipótese necessite de maiores explorações para ser confirmada, há indícios que seja uma causalidade possível²⁷. Ao examinarmos as fontes de diversos trabalhos, muitas se utilizaram de dados obtidos em instituições, privadas ou públicas, presentes na cidade, como o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro ou o

²⁷ A nosso ver, um estudo mais aprofundado sobre a relação entre local de pesquisado, local de pesquisa e local de publicação seria interessante para a História do Pensamento Geográfico brasileiro, possibilitando comparações.

Instituto Moreira Salles. Essas instituições de memória são essenciais na obtenção de dados para a pesquisa do passado, como lembra Abreu (1998) a partir de Nora (1984). E, mais uma vez, por mais avançadas que sejam as técnicas de transmissão de dados e parte considerável do acervo esteja digitalizada, muitos arquivos ainda só são disponibilizados fisicamente. O pesquisador se dirige ao Rio de Janeiro para realizar sua investigação. Isso faz com que locais de pesquisa na própria cidade sejam escolhidos preferencialmente para sua realização.

Concomitantemente, há uma evidente relação, talvez maior do que a primeira, entre esses locais de pesquisa e os locais de publicação, sendo os trabalhos editados muitas vezes nas próprias instituições dedicadas à pesquisa, como universidades e institutos. Se não publicadas pelos mesmos lugares em que se pesquisa, uma concentração desses locais de pesquisa parece atrair outros interessados para a edição. O que faz sentido, já que um dos principais públicos-alvo das publicações são os próprios cientistas, sediados nas ditas instituições de pesquisa.

Por fim, é interessante pensar que, ao se integrar a uma dessas instituições, a presença física do pesquisador na cidade-sede o leva a participar do cotidiano urbano local. Essa presença pode vir a estimular interesses e questionamentos sobre a cidade, aumentando o número de pesquisas e publicações sobre ela. Ao mesmo tempo, é natural que o próprio local estudado tenha um público com maior interesse, não necessariamente acadêmico, sobre os fenômenos que ali ocorrem, tornando-o ideal para publicar essas pesquisas. Essas relações, portanto, se retroalimentam, aumentando significativamente o peso da escolha da publicação ser na cidade.

Cabe lembrar que, embora o local de publicação possa nos auxiliar a entender o contexto espacial da obra, trata-se um dado que não diz muito sobre a influência do trabalho no campo científico. É o ponto de origem, não o final. Ainda mais se considerarmos, como é o caso, apenas a publicação original. Há publicações no estrangeiro, principalmente artigos, que são baseadas em obras pretéritas publicadas no Rio de Janeiro, e isso explica em parte a quase insignificância de outros países como locais de publicação exibida aqui, mais do que a possível “irrelevância” do material analisado. É o caso específico de Parisse, por exemplo, que, mesmo publicando sua tese em 1970 na França (PARISSE, 1970), publicou-a antes no Brasil (PARISSE, 1969).

Outra explicação coerente é a constatação de que nossos recortes para a escolha dos trabalhos privilegiaram pesquisas publicadas na cidade, seja por escolher uma revista científica editada na capital carioca, a *Revista Brasileira de Geografia*, ou pela quantidade de programas de pós-graduação em Geografia na cidade e consequente seleção de dissertações e

teses publicadas. Logo, nossos recortes acabam por majorar essa disparidade na distribuição espacial dos locais de publicação.

Como discutido no capítulo anterior, também foram priorizados alguns formatos de publicação em detrimento de outras. Além de excluir palestras, trabalhos publicados em anais em eventos, a escolha da revista supracitada e do banco de dissertações e teses garantiu uma maior presença de artigos, dissertações e teses, como pode ser visto na tabela 2.

Tabela 2 – Obras analisadas por formato

Formato	Quantidade Absoluta	Quantidade proporcional
Artigos de jornais	1	1,5%
Artigo	16	23%
Capítulos	2	3%
Livros	4	5,5%
Dissertações	40	56%
Teses	8	11%
TOTAL	71	100%

Fonte: Elaboração a partir de base de dados própria.

Os artigos de jornais correspondem às cinco publicações de Backheuser no *Jornal do Brasil* e depois transcritas em várias edições do *Boletim Geografia*, compondo a série “Geografias Cariocas”, enquanto os capítulos são pertencentes a livros científicos. Podemos perceber uma grande concentração de dissertações, compondo mais da metade dos trabalhos, o que provavelmente diz mais sobre nossos recortes e sobre nossa base do que necessariamente sobre a produção geral dos geógrafos sobre o passado do Rio de Janeiro.

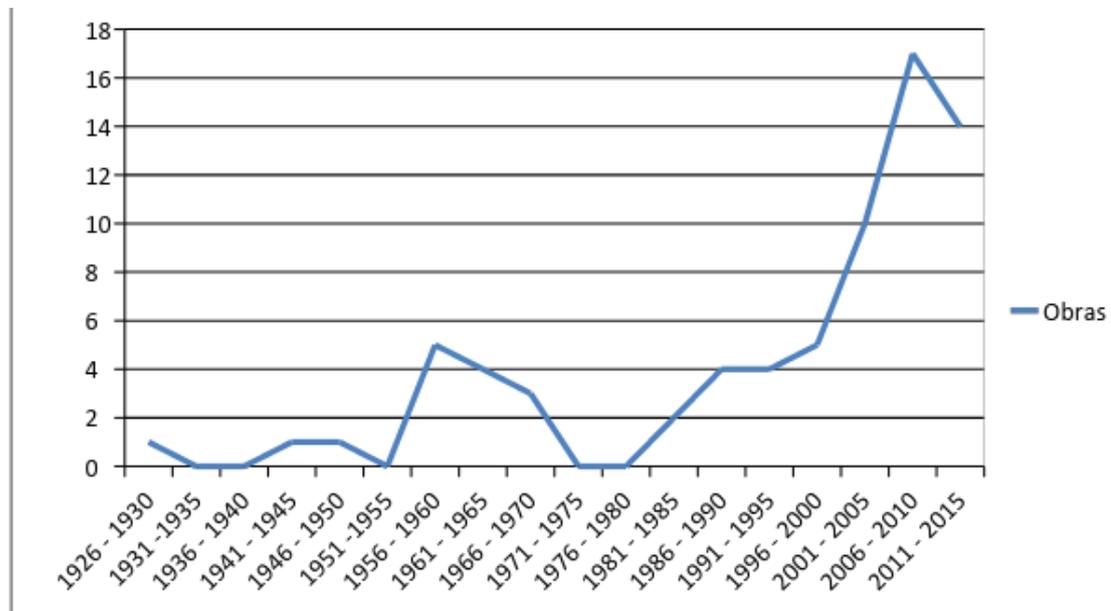
E quem seriam esses geógrafos? Mesmo estando mais preocupados com a obra em si e suas imagens do que com os autores propriamente, os pesquisadores de certa forma ajudam a caracterizar sua respectiva produção. Em nossa base empírica, há poucos autores recorrentes, com exceção de Maurício Abreu e Lysia Bernardes, com seis obras cada. De novo, isso parece se dever mais aos nossos recortes do que exatamente uma desistência dos pesquisadores do campo em produzir mais do que um material. Assim, não seria a partir desse dado que poderíamos sugerir a relevância ou não de um autor para o campo.

Quanto à nacionalidade dos geógrafos, quase todos os autores são brasileiros, com honrosas exceções como Lucien Parisse. Tendo em mente a recomendação de Rose (1995) sobre o apagamento feminino na produção geográfica, embora não tenha sido uma das nossas

preocupações ou critérios na hora de eleger os trabalhos, verificamos que a proporção de obras de autoras em relação à de autores é bem semelhante, pendendo inclusive para as publicações de geógrafas. Em nossa base empírica, portanto, há uma maior representação feminina que masculina.

Assim como a espacialização dos locais de edição, avaliar a distribuição temporal das obras a partir do ano de sua publicação também nos auxilia a pensar o contexto em que a respectiva pesquisa foi realizada. Por isso, elaboramos um gráfico em que as obras ficassem dispostas em função dessa variável (gráfico 1). Se na distribuição espacial há uma concentração em uma cidade, o Rio de Janeiro, a distribuição temporal aponta para outra constituição, exigindo outra reflexão.

Gráfico 1 – Obras analisadas por ano de publicação



Fonte: Elaboração a partir de base de dados própria.

A primeira constatação, por mais óbvia que seja, pode trazer uma novidade para as discussões sobre os estudos de Geografia do Passado no Brasil: existem trabalhos que tratam do passado das cidades anteriores à chegada da “Geografia Histórica” e seus conceitos às terras brasileiras. De fato, o primeiro trabalho que consta de nossa base, o livro de Delgado de Carvalho (1990[1926]) data de 1926, ou seja, anterior inclusive à institucionalização da Geografia como curso universitário no Rio de Janeiro, ou mesmo no Brasil (MACHADO, M., 2000).

Delgado de Carvalho e Everardo Backheuser, outro autor que faz parte de nossa base, tiveram grande responsabilidade na institucionalização da Geografia como campo científico,

em todos os níveis da educação, criando materiais didáticos e implantando, como dito, o curso universitário (MACHADO, M., 2000). Podemos dizer, portanto, que o interesse do geógrafo sobre o passado das cidades no Brasil esteve manifesto desde os primórdios da criação das instituições universitárias do campo.

Claro que esse interesse não se comportou de forma idêntica durante a extensão temporal de publicação dos trabalhos selecionados (1926 – 2015). O gráfico mostra fortes discontinuidades, com períodos de aumento de interesse e outros em que nenhum trabalho foi publicado. Mais uma vez, é necessário frisar que nossa base não tem a pretensão de totalidade; então, não podemos considerar os números apresentados de forma absoluta, como se nenhuma produção sobre o passado do Rio de Janeiro tivesse sido publicada na década de setenta, por exemplo. Mas podemos entender a contribuição do gráfico a partir de suas orientações.

Baseados no gráfico, podemos observar que, a partir da metade da década de cinquenta até o início dos anos sessenta, houve um crescimento no número de publicações, que se reduziu ao longo da década e acabou por ser nulo nos anos setenta. A partir da década de oitenta, entretanto, o número de trabalhos passou a aumentar, até atingir seu pico no segundo quinquênio da década de 2000, apresentando pequena queda nos anos recentes. O que poderia explicar essas mudanças? O contexto espacial e histórico do tempo “presente” da produção pode nos auxiliar a responder à questão, segundo Claval (2013).

O crescimento significativo de publicações a partir de 1955 criou um primeiro “bolsão” de produção. No editorial que inicia o livro *Aspectos da Geografia Carioca*, publicado pelo Conselho Nacional de Geografia, os organizadores Aziz Ab'Saber e Nilo Bernardes (AGB/Rio, 1962) apontam algumas razões para esse repentino aumento de interesse. Primeiro, eles justificam a atenção errática de antes, ao afirmarem que, sendo capital nacional, os geógrafos cariocas tinham como seu campo de interesse o Brasil inteiro, não se dedicando muito à cidade ela mesma. Outra razão para a pouca quantidade de trabalho anterior teria sido as preferências pessoais dos mestres estrangeiros, como Pierre Deffontaines ou Francis Ruellan, que preteriram a escala intraurbana e o Rio de Janeiro como campo em favor de pesquisas regionais sobre a distribuição de cidades ou privilegiando aspectos físicos.

Esse quadro começa a mudar a partir 1956, com a realização do XVIII Congresso Internacional da União Geográfica Internacional (UGI) no Rio de Janeiro. Além do campo realizado na cidade, o Congresso estimulou o contato dos geógrafos com grandes nomes da Geografia Mundial e suas obras, como Max Sorre, Pierre George, Jean Tricart e Michel Rochefort. O congresso também é citado por Abreu (1994) como momento pivô de mudança

nas pesquisas urbanas brasileiras²⁸. Novos conceitos, novas visões, novas escalas e novos objetos de estudo ganharam importância.

Outra razão que Ab'Saber e Bernardes apontam para o aumento das publicações são os problemas urbanos da capital federal, que parecem crescer na mesma proporção. Questões sobre moradia, políticas habitacionais, transporte público, segregação de funções urbanas, crescimento da periferia, consolidação do subúrbio, metropolização e planejamento intraurbano começam a fazer parte da vida cotidiana dos geógrafos cariocas, aumentando seu interesse sobre tais temas.

A última razão evidenciada pelos autores foi a realização de um curso, também intitulado “Aspectos da Geografia Carioca”, em 1958, quatro anos antes do lançamento do livro, portanto. O curso atraiu diversos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, como historiadores, sociólogos, engenheiros e arquitetos. A cidade foi discutida a partir de novas descobertas, novas metodologias, novos pontos de vista. O que tinha sido estabelecido em obras anteriores foi reconsiderado. O livro mencionado, inclusive, é resultado de produções textuais realizadas a partir do curso supracitado.

Afora as razões apontadas pelo livro, acreditamos que a própria situação da cidade do Rio de Janeiro possa ter influenciado esse aumento de produção. Em 1965, comemoraram-se os 400 anos de fundação da cidade, e datas simbólicas como essa aumentam significativamente o interesse pela sua história. Isso pode explicar, se não mais pesquisas sobre o passado da cidade, ao menos uma maior facilidade em publicar resultados.

Outra explicação possível seria a perda do status de capital do país em 1960 e a subsequente criação do estado da Guanabara. Isso fez com que se originasse uma necessidade de revisão da história da cidade, agora sob o prisma de ex-capital, e de um novo estado, a Guanabara. Aliada aos novos conceitos e autores, a produção desse momento também responde a uma demanda da sociedade por uma contribuição para a criação da história e do passado desse novo estado. Esse aspecto didático é evidente quando lemos obras como as de Magalhães (1966^a; 1966b)²⁹, compêndios do que fora produzido no período para compor o

²⁸ Para maiores referências e informações sobre o congresso em si, ver EVANGELISTA, Helio de Araujo. O XVIII Congresso Internacional da União Geográfica Internacional – UGI (Rio de Janeiro, 1956). **Revista Geopaisagem (on line)**, Niterói: UFF, v. 3, n. 5, jan/jun 2004. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/Congresso1956.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

²⁹ As obras de Magalhães não foram analisadas em nossa dissertação porque são compêndios dos trabalhos produzidos por outros geógrafos, pouco modificando ou acrescentando ao trabalho anterior. Assim, considerou-se um material de divulgação, não entrando em nossos recortes. Cf. MAGALHÃES, José César de. A função portuária, fator de expansão da cidade e seus problemas atuais. In: **Curso de Férias para Professores**. Rio de Janeiro, 1966a.; e MAGALHÃES, José César de. O sítio e a posição do Rio de Janeiro: a formação da metrópole. In: **Curso de Férias para Professores**. Rio de Janeiro, 1966b.

material do *Curso de Férias para Professores*. Aliás, é importante lembrar que o trabalho mais antigo em nossa base empírica, *História da Cidade do Rio de Janeiro* também foi escrito para embasar as professoras nas aulas sobre a história da cidade no ensino primário (DELGADO DE CARVALHO, 1990[1926]).

Mais do que criar uma história para esse novo estado da federação, o aumento no número de pesquisas pode indicar uma verdadeira procura por seu papel, visto que acabara de perder seu posto de capital da República. Pensar as funções que a cidade exerceu no passado também seria uma maneira de pensar a reinserção do Rio de Janeiro no cenário nacional.

Depois dos ativos anos 60, há uma brusca redução na produção de trabalhos sobre o passado da cidade. A década de 70 é um verdadeiro deserto de publicações, que só voltam a surgir em 1984. Assim como o contexto histórico e espacial nos permite pensar sobre o aumento da produção, também nos possibilita inferir sobre o porquê desse vazio de publicações na década. A nosso ver, a explicação pode passar por três argumentos principais: a Geografia da época está menos interessada no passado, menos interessada na escala intraurbana e/ou menos interessada no Rio de Janeiro.

Abreu (1994) sugere em seu artigo que a década de 70 marca a incorporação da dita “Geografia Quantitativa” nos estudos urbanos brasileiros. Embora relativamente cético a quão realmente se tenham adotado os conceitos e teorias do exterior ou se “revolucionado” o modo de se fazer geografia no país³⁰, o geógrafo aponta que as preocupações para com a cidade se modificaram. Houve uma mudança nas questões sobre a cidade, privilegiando no momento conceitos como padrões espaciais, locais, socioeconômicos ou de interação.

O pesquisador brasileiro continua, afirmando que “[...] foi em direção aos estudos interurbanos que os novos ‘geógrafos quantitativos’ prioritariamente se deslocaram.” (ABREU, 1994, p. 47). A escala intraurbana, portanto, perdeu o fascínio adquirido anteriormente. Da mesma forma, os processos estudados, embora considerassem o tempo como um fator importante em seus esquemas teóricos, não pensavam o mesmo da História ou do passado. O presente, de fato, parece ganhar mais relevância nos estudos da época.

Toda a demanda didática de uma história da cidade que a fundação do novo estado da Guanabara exigiu parece ter sido atendida pela produção dos anos sessenta. Ou, pelo menos, não foram os geógrafos que se voltaram para ela na década posterior. Esse acúmulo anterior, somado com a mudança de foco dos geógrafos, parece ter minado o interesse do campo

³⁰ “Em outras palavras, importou-se um novo discurso, mas, na maioria das vezes, continuou-se a trabalhar essencialmente da mesma maneira como se fazia antes” (ABREU, 1994, p. 50).

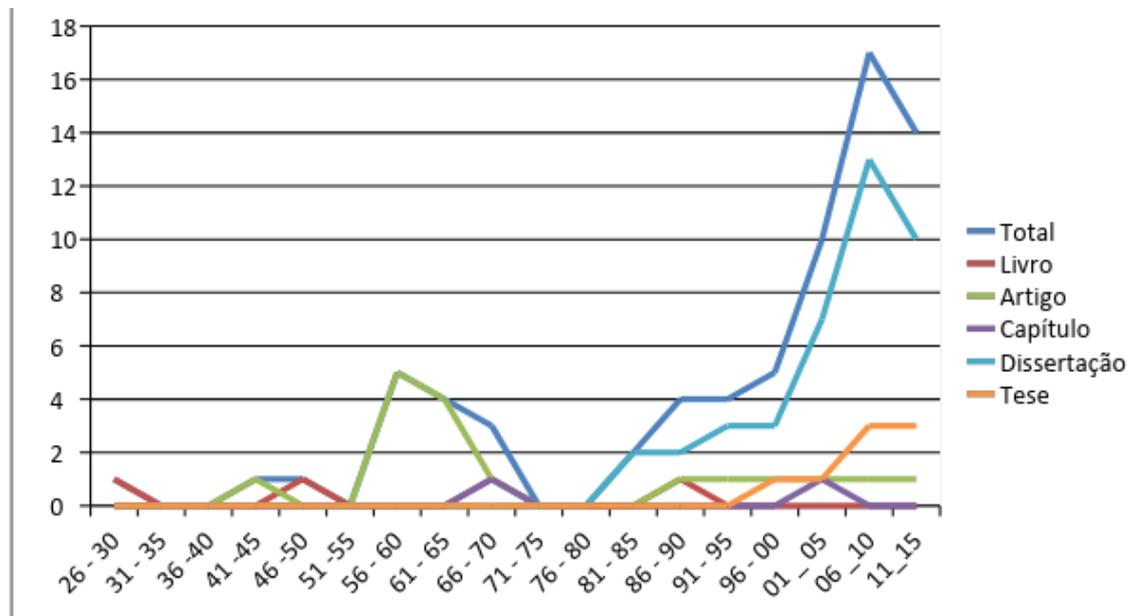
científico em relação ao Rio de Janeiro. Houve, portanto, uma verdadeira ressaca, sentida com a perda da capital.

A partir da década de 80, contudo, aumentam significativamente as publicações sobre o passado da cidade. Esse crescimento se mantém até o final da primeira década dos anos 2000, com o primeiro quinquênio da década de 2010 apresentando uma ligeira queda. A explosão de trabalhos se deu a partir do ano 2000, dobrando o número de trabalhos do quinquênio anterior. A expansão expressiva de material indica um maior interesse absoluto sobre o passado do Rio de Janeiro. Porém, como não temos um comparativo, não podemos afirmar que aumentou o interesse do geógrafo para com o passado em relação ao primeiro “boom”. O que parece ocorrer nos últimos anos é uma estabilização de uma produção consolidada de pesquisas sobre o passado da capital carioca.

Uma das leituras que podemos fazer desse aumento é a de que ele é uma evidência do que Abreu (1998) afirma sobre o aumento do fascínio da sociedade contemporânea pela memória das cidades, como discutido no primeiro capítulo. Outra leitura é a de que, passada a “Geografia Quantitativa”, o passado voltou a ser interessante para o geógrafo. Outras visões de geografia que incentivam o olhar sobre o tempo pretérito foram adotadas, como a Geografia Histórica, marcada pelos já citados artigos de Abreu (1998; 2000), o que sem dúvida alguma explica também esse aumento significativo no número de obras.

Sempre é interessante, porém, questionar nossas hipóteses e conclusões e considerar o efeito de nossas escolhas na formação de nossa base empírica. Outra razão para esse crescimento, ou mesmo para o vazio de publicações, poderia se dever mais às nossas escolhas do que a uma necessária falta, ou excesso, de edições. De fato, nossa seleção privilegia a *Revista Brasileira de Geografia*, que foi perdendo importância ao longo dos anos, tendo seu pico de relevância justamente nos anos em que observamos o primeiro *boom* de trabalhos. Posteriormente, o crescimento das obras pode ser também explicado pela criação dos programas de Pós-Graduação em Geografia na UFRJ (1972), na UFF (1999) e na UERJ (2002). Como nosso recorte abarca dissertações e teses publicadas em programas brasileiros, a criação desses programas e a implementação de cursos de mestrado e, posteriormente, doutorado, aumenta não só o total de publicações, como a chance de uma participação crescente na nossa dissertação (ver gráfico 2).

Gráfico 2 – Obras analisadas por ano de publicação e formato



Fonte: Elaboração a partir de base de dados própria.

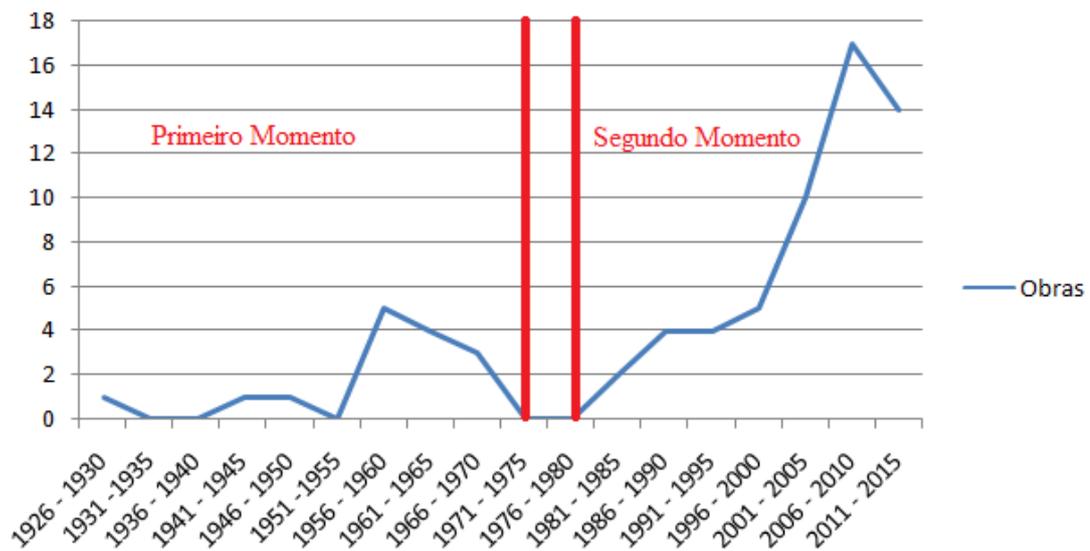
Mas nossos dados não vieram de uma fonte única; pelo contrário, como discutimos no terceiro capítulo. Logo, acreditamos que, por mais que nossos recortes possam ter majorado ou diminuído certas orientações, nosso gráfico inicial apresenta de forma satisfatória as tendências que nortearam a distribuição de publicações de obras geográficas sobre o passado da cidade do Rio de Janeiro.

Encarando dessa forma, conseguimos dividir a extensão temporal estudada em períodos com base nas tendências verificadas no gráfico. A periodização realizada se apoiou nas considerações teóricas de Wishart (2004) e Corrêa (2011) e no exemplo prático de Sousa (2015), em seu estudo sobre as salas de cinema na cidade do Rio de Janeiro. É válido lembrar que os períodos não necessariamente precisam ter a mesma duração temporal. A periodização evita o recorte que abstrai o pesquisado, o empírico. O reconhecimento da artificialidade do recorte não o torna menos válido, pelo contrário. É reconhecendo que há uma intenção e justificando a ação que se diminui a arbitrariedade de recortes convencionais, como por décadas ou séculos.

A tendência apontada e verificada foi o crescimento de número de trabalhos e o seu declínio posterior, sendo recortados dois períodos principais, aos quais chamamos de “primeiro e segundo momento”, assim como um período de um “vazio” de produção. Desse modo, separamos a extensão temporal em três períodos (gráfico 3). O primeiro *boom*, ou o

“primeiro momento”, vai de 1926 até 1969. O período de “vazio”, quase que uma “década perdida”, vai de 1971 até 1980. Finalmente, temos o segundo *boom*, ou “segundo momento”, de 1981 até 2015. Um observador poderia apontar outro momento, com os três trabalhos publicados antes da década de cinquenta. Entretanto, como não se verificou um crescimento significativo de obras e depois um decréscimo acentuado, resolvemos incorporar essas três publicações no primeiro momento. Ressaltamos que nossa periodização, como instrumento de análise, quis salientar o processo de crescimento e declínio de produção, a fim de separar as obras de acordo com cada pico. Diferentes recortes podem ser aplicados ao gráfico, gerando diferentes reflexões.

Gráfico 3 – Obras analisadas por ano de publicação



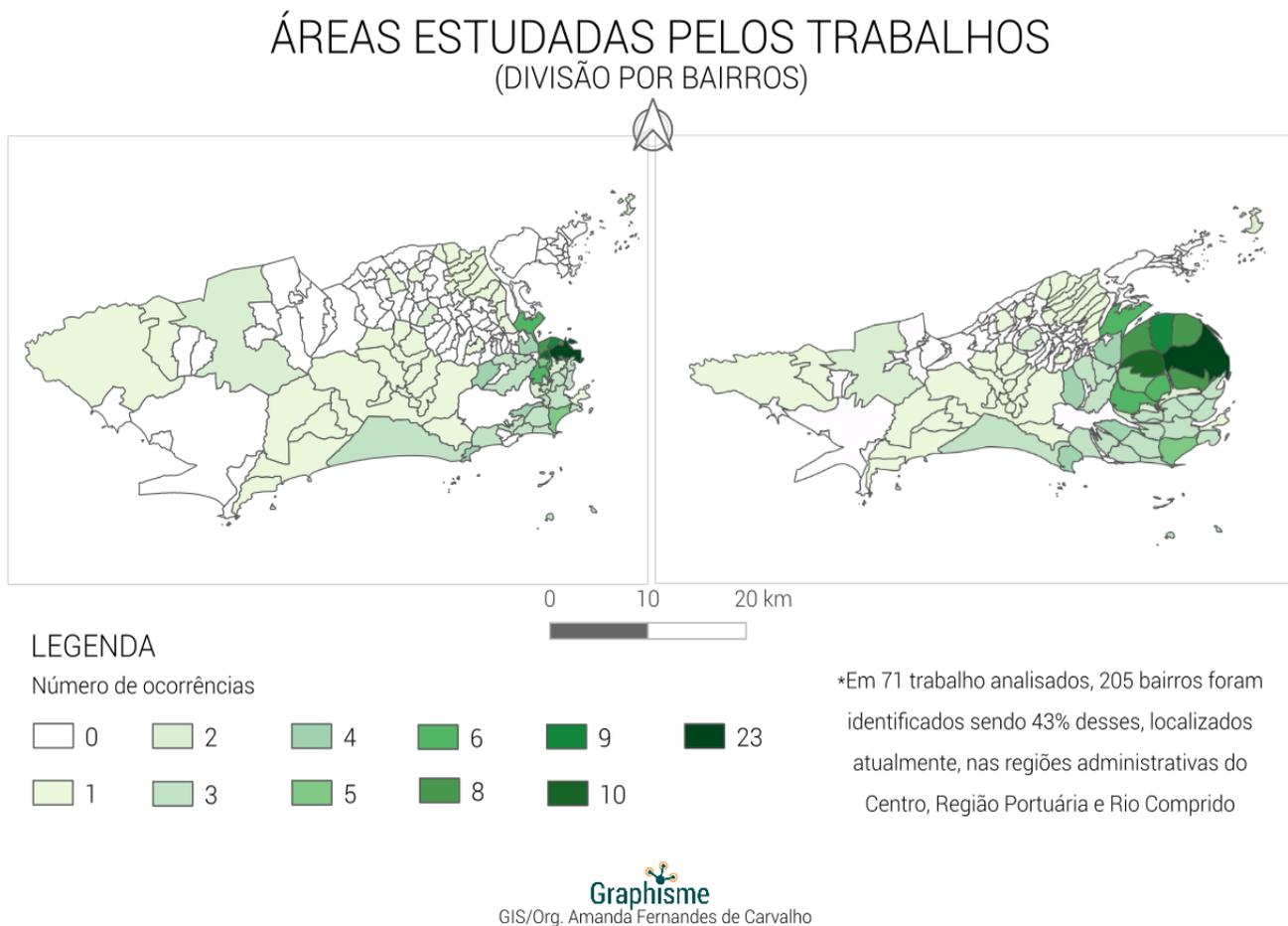
Fonte: Elaboração própria.

4.2 O CONTEÚDO DOS TRABALHOS

Ao examinar o conteúdo das obras selecionadas, uma das primeiras análises que fizemos foi espacializar os locais pesquisados. Um problema encontrado é que, embora todos os trabalhos fizessem referência a um espaço da cidade, nem sempre ele era passível de localização exata. Muitos trabalhos utilizam-se de categorias espaciais gerais, como “a cidade”, ou “a área central”, sem exatamente delimitar onde seriam esses locais. Por isso, para podermos ter uma dimensão visual dos espaços estudados, aproximamos todas as indicações para o que hoje seriam os bairros atuais e fizemos um mapa para apresentar visualmente esses dados (mapa 1). Os trabalhos que falavam da “cidade” não foram computados, para não

contaminar a proporção de interesse em locais específicos. Para observarmos melhor a disparidade das escolhas de espaços para pesquisa, criamos um mapa de anamorfose, cuja distorção se daria justamente pela diferença no número de obras que versam sobre cada bairro.

Mapa 1 – Áreas estudadas pelos trabalhos (divisão por bairros)



Elaboração: Amanda Fernandes de Carvalho, GRAPHISME. Fonte: base de dados própria.

O mapa nos mostra uma concentração nos bairros do atual centro da cidade, principalmente nas regiões administrativas do Centro, Região Portuária e Rio Comprido. O resto da cidade, com exceção da Zona Sul e alguns bairros na Zona Norte, é pouco trabalhado individualmente. Podemos entender a desproporção de obras que abordem o centro: é onde se localiza o núcleo primitivo da cidade e onde, por muito tempo, se concentravam as freguesias urbanas, sendo o resto do espaço da cidade composto de áreas rurais e esparsamente povoado. Mas a maior relevância relativa dada aos bairros da Zona Sul carioca indicam uma preferência

pela zona, em detrimento do resto da cidade, como denunciado em alguns trabalhos (DUARTE, 2001). É impressionante notar algumas áreas que denotam uma ocupação expressiva, tanto no número de pessoas quanto na longevidade, como a Ilha do Governador e seus 17 bairros, não terem sido objeto de estudo particular.

Assim como os locais, há escalas que foram mais adotadas que outras. Apesar de termos escolhido como recorte a cidade, as obras que falam sobre o passado do Rio não têm uma escala única, pelo contrário. Os fenômenos estudados têm escalas diversas, alguns inclusive mais de uma escala. Para propósitos de análise, consideramos seis escalas diferentes. O **lugar**, escala que se refere a locais como um largo. A escala do **intrabairro**, maior do que um lugar apenas, mas não o suficientemente abrangente para conter o bairro. O próprio **bairro**, categoria espacial peculiar no caso do Rio de Janeiro, como debateremos posteriormente, é uma escala. A **zona** se refere tanto a categorias nativas como “Zona Portuária”, quanto qualquer estudo sobre um fenômeno que inclui mais de um bairro. A escala da **cidade** é a que compreende não só a área da cidade inteira, mas a cidade como uma unidade. Por fim, mesmo que outras áreas não sejam nosso foco, há trabalhos que estudam fenômenos maiores do que a cidade do Rio de Janeiro, mas, mesmo assim, pensam a cidade no passado e, por isso, foram incluídos na escala de **supracidade** (quadro 1).

Quadro 1 – Quantidade de trabalhos por escala

Escala	Lugar	Intrabairro	Bairro	Zona	Cidade	Supracidade
Trabalhos	4	3	14	20	26	4

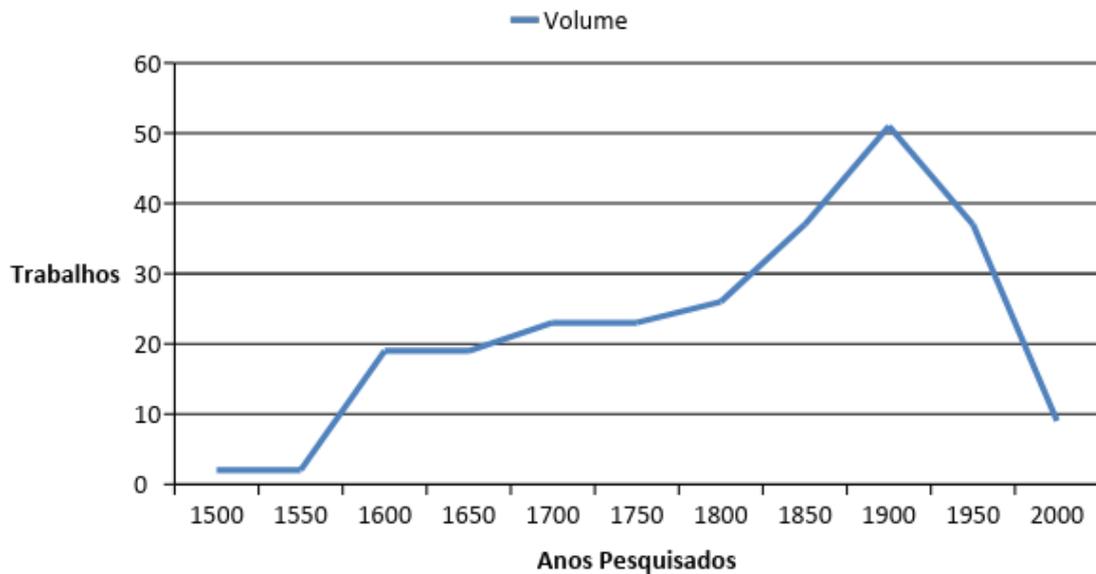
Fonte: Elaboração a partir de base de dados própria.

O que podemos ver com a imagem é uma concentração de usos das escalas da cidade, da zona e do bairro, com as outras sendo marginalmente empregadas. Percebemos também, em nossa análise, uma mudança ao longo dos anos: as primeiras obras priorizaram quase totalmente a escala da cidade, com poucas utilizando a escala de zona, e as outras mal aparecendo. A escala do bairro, portanto, só vai ganhar relevância com o “segundo momento”. O período posterior apresenta maior diversidade escalar no tratamento do espaço da cidade.

Uma das principais questões que nortearam nossa pesquisa era saber se haveria períodos privilegiados pelos estudos geográficos. Para tentar chegar a uma conclusão sobre a pergunta, criamos uma tabela onde foi plotada a extensão temporal de cada trabalho, assim

como suas datas iniciais e finais. Assim, conseguimos obter a quantidade de trabalhos que estudavam a cidade por ano, descobrindo sobre quais anos os geógrafos mais produziram (gráfico 4).

Gráfico 4 – Trabalhos por anos estudados



Fonte: Elaboração a partir de base de dados própria.

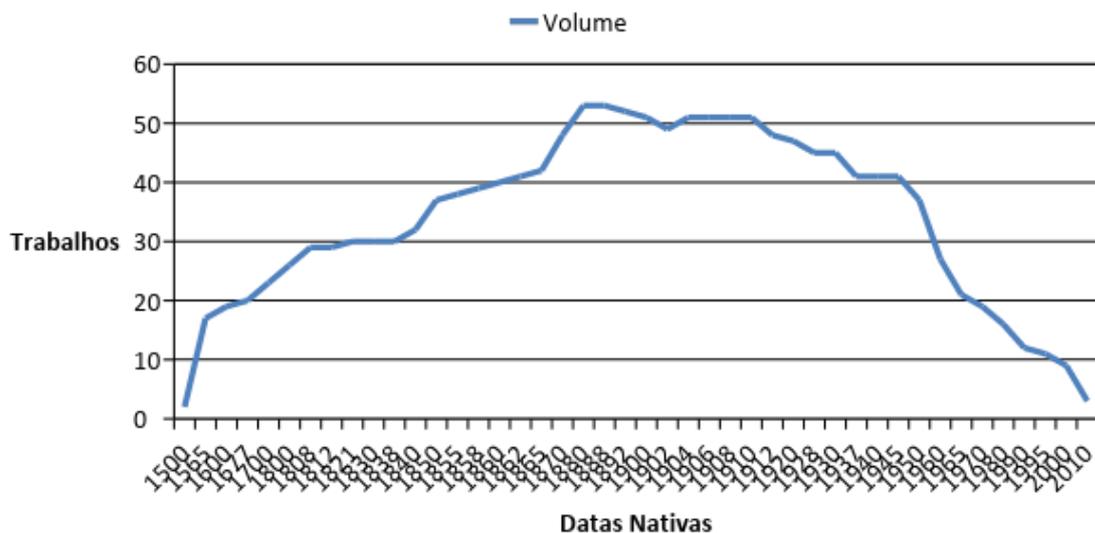
Podemos observar que, desde a fundação da cidade (1565), há uma tendência de crescimento de relevância nos anos estudados. Especialmente com o início do século XIX, a quantidade de obras que abordam esse tempo aumenta, chegando ao seu apogeu no início do século seguinte, para, a partir da data, declinar vertiginosamente. O gráfico nos permite afirmar que os anos privilegiados no estudo geográfico sobre a capital carioca seriam principalmente o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. De forma semelhante, a imagem nos mostra que há poucas obras sobre os primeiros anos da cidade, no século XVI. O declínio a partir dos anos 1900 pode ser facilmente explicado: como nossa base empírica se inicia em 1926, conforme se avança no século XX, cada vez menos obras podem tratar os anos como efetivamente passado.

A forma de apresentação do gráfico, porém, pode mascarar nossos dados. A partir da leitura das obras, encontrou-se uma divergência entre a imagem e o pesquisado: a aparente homogeneidade que caracteriza os séculos intermediários (XVII até as décadas iniciais do século XIX) no gráfico não foram tratadas da mesma maneira nos textos. Embora diversos trabalhos afirmem pesquisar uma extensão temporal determinada, o trabalho realizado de fato

se concentra sobre um recorte temporal menor do que o originalmente declarado. Assim, nosso gráfico poderia passar uma falsa impressão sobre os anos de interesse dos geógrafos.

Para balizar melhor nossa análise, construímos outro gráfico (gráfico 5), que também apresenta a quantidade de trabalhos por anos estudados. A diferença é que o eixo horizontal não é mais uma linha do tempo marcando cada cinquenta anos, com a distância entre os pontos representando espacialmente a diferença de anos, logo equânime. Para realizar o gráfico 5, selecionamos datas significativas nativas e as usamos como marcadores no eixo das abscissas. Consideramos como datas significativas as datas iniciais e finais de cada estudo. Quanto menor a diferença de anos entre os pontos plotados no eixo horizontal, maior o número de obras e mais significativo é o período apresentado.

Gráfico 5 – Trabalhos por anos estudados – Datas significativas nativas



Fonte: Elaboração própria

Esse gráfico indica com maior correção os pontos de discordância que tínhamos com o anterior. A existência de menos datas significativas nos três primeiros séculos mostra que, por mais que haja trabalhos que, em teoria, falem sobre esses anos, poucos são os que os tratam como objeto primário de investigação. Ao mesmo tempo, o gráfico exhibe com maior precisão os anos de maior interesse, como, por exemplo, 1870 e 1888. A partir da diferença no eixo horizontal, em relação ao gráfico anterior, podemos inferir que o intervalo entre 1900 e 1912, não só foi analisado por muito mais obras, como teve um interesse semelhante aos trezentos

anos iniciais. A disparidade de interesse fica mais evidente ao combinarmos as análises dos dois gráficos, assim como a preferência por certos períodos.

Apesar de sabermos, a partir dos gráficos, os anos com mais obras e de maior interesse, foi preciso avaliar não só as datas iniciais e finais, mas as periodizações para conseguirmos de fato encontrar os períodos mais escolhidos pelos geógrafos (Quadro 2). Isso porque saber os anos de maior interesse nos permitiria traçar nossas periodizações, que não seriam necessariamente iguais às dos pesquisadores. É importante frisar que o que estamos querendo mostrar e entender com o quadro são os recortes específicos, ano de início e final de cada período.

Quadro 2 – Períodos estudados mais recorrentes

Períodos	1565 – 1600	1808 – 1821	1870 -1902	1902 – 1906
Obras	3	4	4	4

Elaboração própria. Fonte: base de dados própria.

Os períodos de 1808 até 1821 e o de 1902 até 1906 já são reconhecidos e consolidados na historiografia carioca. O primeiro se trata do período em que D. João VI permanece na cidade, conhecido como Período Joanino. O segundo, por sua vez, se trata do Período Passos, período no qual o prefeito e engenheiro Pereira Passos governou a cidade. Os outros dois períodos são mais peculiares e menos evidentes. No período que data de 1565 até 1600, até podemos entender seu ano inicial, data da primeira fundação da cidade pelos portugueses. Mas 1600 não parece ter sido um ano especialmente relevante na historiografia carioca para ser uma data de fim. No penúltimo período, acontece o inverso. Podemos entender a data de término, 1902, ano em que Pereira Passos assume a prefeitura, mas, o ano de 1870 não carrega nenhum acontecimento específico para ser o ano de início.

Como então entender esses períodos? Como os autores justificaram seus recortes epistemológicos? Foi pensando nessas perguntas que nos debruçamos sobre as razões apresentadas pelos pesquisadores para suas escolhas. A resposta nem sempre foi fácil de achar. Muitas vezes, inclusive, é inexistente: o autor não parece incomodado em realizar sua seleção arbitrariamente, sem considerações sobre o ato. Os trabalhos que indicam o porquê da escolha tanto do recorte temporal quanto do recorte espacial exibem uma diversidade grande em seus procedimentos.

Os casos mais evidentes são aqueles no qual o recorte temporal é realizado a partir do acontecimento do fenômeno. Se a pesquisa se dispõe a estudar o Período Joanino, como nos

casos de Martins e Abreu (2001) e Frias (2013), faz sentido terem como ano inicial de estudo o ano da chegada da família real e como ano final a volta de D. João para Portugal (1808 – 1821). Um exemplo adicional é a dissertação de Damas (2008) sobre a criação e consolidação dos Distritos Industriais cariocas: seu ano de início é o ano de criação dos distritos.

Outras obras, como a de Damasceno (1993), sobre os discursos médicos e os miasmas, justificam sua extensão temporal a partir da disponibilidade das fontes consultadas. No caso da geógrafa brasileira, sua fonte era a revista da Academia Imperial de Medicina, posteriormente Academia Nacional de Medicina. Esse motivo também pode ser observado na dissertação de Figueiredo (2008), que usa mapas antigos para analisar as mudanças no centro do Rio. Os censos também são grandes responsáveis por estabelecer as datas ou de início ou de fim dos trabalhos.

Mas a maior parte das justificativas para a escolha dos anos para se realizar as periodizações são as mudanças que o fenômeno estudado apresenta. Sob esse guarda-chuva, encontramos diferentes visões sobre o que seria exatamente uma mudança e qual parte do fenômeno mudaria para se realizar um novo recorte. Há trabalhos que priorizam as mudanças espaciais dos fenômenos, como os que tratam sobre a evolução da cidade e dividem os períodos a partir de seu crescimento. Também há obras que se voltam para as modificações ocorridas na materialidade dos espaços escolhidos, ou os que periodizam balizados pela mudança do lugar do fenômeno, como a dissertação sobre os lugares de prostituição no Rio de Janeiro (SILVA, 2000), assim como a obra de Guimarães (2008) sobre os locais privilegiados do carnaval carioca.

Outros tipos de mudança frequentemente utilizados são os que definem os períodos pela função do espaço escolhido, variando da periodização a partir da função política exercida pela cidade (DELGADO DE CARVALHO, 1990[1926]; CASTRO, 1965), até as diversas funções urbanas que o espaço escolhido desempenha (BERNARDES, 1957). A cada mudança significativa de função, inicia-se um novo período. Por fim, há os trabalhos que usam outras “mudanças” para justificar sua periodização, como a mudança nos meios de transporte, nas visões sobre o lugar, na composição social dos moradores locais, dentre outras.

Em relação aos recortes espaciais, contudo, parece haver uma diferença. A escolha do espaço a ser estudado quase não é justificada, talvez por se pensar evidente. Se estou analisando o Largo da Carioca (MARCIAL, 2008) ou o bairro de São Cristóvão (STROHAECKER, 1989), pode parecer perceptível e natural que meu recorte espacial seja ambos os lugares, respectivamente. Nesses casos, a justificativa de escolha normalmente se

concentra mais sobre a importância do estudo ou da pesquisa do que sobre o local propriamente dito.

O processo de criação de categorias espaciais, contudo, é mais debatido. Assim, por mais que não se discuta a escolha do bairro do Caju (ALVES, 2007) ou de Madureira (DUARTE, 2001) ou mesmo o subúrbio (FERNANDES, 1995), é presente a reflexão sobre as categorias como bairros, zona suburbana, área central, zona periférica da área central, zona portuária, etc. Como as divisões na cidade do Rio de Janeiro são múltiplas, é interessante notar que, da mesma maneira que há uma repetição de períodos, há uma repetição de categorias espaciais. Não é como se cada pesquisador criasse a sua, mas utilizasse, se não o recorte, a maneira de recortar de outros. Logo, mesmo já tendo respondido às questões iniciais sobre os anos e os espaços privilegiados, a constatação de que haveria um padrão de repetição de recortes temporais e espaciais nos levou a nos aprofundar a investigação.

No caso dos recortes espaciais, as categorias que mais apresentam repetição são as categorias de bairro, área central – que também aparece como simplesmente centro –, subúrbio, subcentros e freguesias. Os bairros muitas vezes são analisados quase como se fossem naturais e tangíveis, sem demandarem discussão. Mas quando o conceito é debatido, ele o é baseado em Soares (1959), que pensa o bairro a partir da contribuição de Tricart e da realidade do Rio de Janeiro. A pesquisadora é a maior referência para a discussão sobre essa categoria espacial, e tão significativa foi sua contribuição que, quando se deu a reorganização da divisão espacial oficial da cidade do Rio de Janeiro, com o decreto nº 3158, de 23 de julho de 1981, foi usado como base conceitual o seu trabalho sobre bairro³¹.

O subúrbio também é uma categoria que ganhou bastante relevância a partir da geógrafa brasileira. Os trabalhos que fazem referência a esse recorte espacial debatem sobretudo com seu texto de 1968 (SOARES, 1968) e sua visão sobre a particularidade dos subúrbios cariocas, principalmente em comparação a como os pesquisadores estrangeiros propunham para seus respectivos países. Outra referência que aparece sobre o subúrbio, embora em menor quantidade, é a dissertação de Fernandes (1995), que aprofunda o estudo conceitual do recorte e rejeita, em partes, a imagem de pesquisadores anteriores sobre a categoria.

As freguesias e os subcentros são menos utilizados que os outros recortes, mas também aparecem de forma padronizada. Discutidos em trabalhos que datam do meio do século XIX ou antes, os autores normalmente realizam uma apresentação do recorte balizados

³¹ Cf. PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Bairros do Município do Rio de Janeiro**. Prefeitura do Rio de Janeiro, 1981.

nas contribuições de Noronha Santos (1965), Lobo (1978), Abreu (1987) e Friedman (1999). Os subcentros também são discutidos a partir do texto de Soares (1968), embora as considerações de Duarte (1971) sejam igualmente uma referência. Os trabalhos que usam essa categoria aparecem principalmente no “segundo momento”, da década de 80 em diante.

O Centro é, como vimos, o espaço relativamente mais estudado da cidade do Rio de Janeiro. Assim, não é de se espantar que a área central, assim como a zona periférica da área central, sejam duas categorias espaciais frequentemente trabalhadas nas obras. Mas, ao contrário dos outros recortes, não há autores que monopolizem a discussão sobre o Centro. Por ser um termo amplamente utilizado, inclusive no cotidiano, a categoria parece apresentar menor padronização nas formas como aparece nas pesquisas. Também diferente dos outros recortes, não é possível observar uma data aproximada tanto do início de seu uso pelos pesquisadores quanto para que época da cidade ela é aplicada. A categoria espacial é usada inclusive em obras que tratam de época quando a cidade era basicamente o próprio centro. Apesar de não haver uma padronização, conseguimos observar que há, em uma parcela dos trabalhos, menções a conceitos de Duarte (1967) e Soares (1968). Pesquisas mais recentes passam a fazer referência a Motta (2001) igualmente.

Em relação às periodizações, é mais difícil observar um padrão generalizado. Isso porque na maioria das vezes não é feita uma referência direta a uma obra ou a um autor específico, ao contrário das discussões sobre as categorias espaciais. Mesmo assim, a partir das nossas análises sobre os anos e os períodos mais estudados, conseguimos perceber certas orientações.

A mais impressionante é a repetida ocorrência do ano de 1870. Ao contrário de outros anos, como 1888, abolição da escravidão; 1889, início da República; 1902, início do Período Passos, o ano não guarda nenhuma particularidade histórica que, a nosso ver, justificasse esse padrão. Nem mesmo o censo poderia explicar essa escolha, pois o mais próximo é datado de 1872. Percebemos, contudo, que a maioria dos trabalhos que usava a data citava o trabalho de Abreu (1987), o que nos levou a pensar que a consolidação desse ano, e do período que vai de 1870 a 1902, se deva principalmente às reflexões do geógrafo carioca. Ele caracteriza esse período pela expansão urbana devido à chegada de meios de transporte como o bonde e o trem, além da entrada do capital nacional e estrangeiro na cidade, produzindo-a para se tornar um local de reprodução. Seriam os anos de transição de uma cidade colonial para uma cidade capitalista. Não por acaso, trata-se justamente do período mais estudado pelos geógrafos.

O caminho para encontrarmos as respostas às perguntas anteriores foi debruçarmo-nos sobre as citações nos textos. Com efeito, nossas conclusões já demonstram o potencial de seu

estudo. Como já dito, tratar das citações como Bunge (1961) e Barcelos (2010) seria inexequível nesta dissertação. Mas não negamos a importância do estudo das obras e autores referenciados para melhor entender o que foi produzido sobre o passado da cidade.

Por isso, anotamos todos os autores e obras referenciados pelas pesquisas analisadas em nosso caderno de leitura. Para tornar o dado mais tratável, classificamo-nos por quantidade de vezes que foram citados, preenchendo na ficha os cinco autores e os cinco trabalhos mais citados em cada texto pesquisado. Faz-se necessário lembrar que excluimos as autocitações do banco de referências. Para analisarmos nosso resultado, usamos uma técnica de “nuvem de *tags*”, onde os nomes dos autores têm tamanho proporcional ao número de vezes que aparecem, permitindo que visualizássemos o conjunto de citações de forma ordenada. A primeira imagem produzida (figura 1) mostra imediatamente a relevância de certos autores em detrimento de outros para as produções analisadas.

O geógrafo Maurício de Abreu é, sem dúvidas, o autor com maior número de citações, com quase o triplo do segundo mais citado, o historiador Jaime Benchimol. Podemos observar também nomes como Noronha Santos, as geógrafas Lysia Bernardes e Maria Terezinha de Segadas Soares e do geógrafo Alberto Lamego. Outros historiadores que saltam aos olhos são Sérgio Lamarão e Eulália Lobo. A imagem nos ajuda a dimensionar a importância dos autores para a produção estudada. Podemos ver que a gama de citados é bastante variada, com profissionais de diversas áreas da ciência e de épocas distintas, mas também que discutir a produção sobre o passado do Rio de Janeiro pelos geógrafos passa necessariamente por discutir sobre Maurício de Abreu. A disparidade deste para com o resto dos autores é grande, mesmo não tendo sido computada nenhuma autocitação.

A segunda figura, por sua vez, mostra a importância que ganhou Abreu nas obras estudadas. Essa segunda imagem revela que as referências anteriores são pouco utilizadas. Com a exceção de Noronha Santos, o resto dos autores quase não é significativamente citado nas obras posteriores. É interessante apontar que autores do “primeiro momento” são citados na produção do segundo, indicando certo diálogo “intergeracional”, como Lysia Bernardes. Também é interessante a citação a Soares, já que, embora tenha contribuído nas discussões sobre as categorias espaciais, concentrou suas pesquisas sobre o presente da cidade em si, em detrimento do passado, ao menos como o consideramos nesta dissertação. Essa referência demonstra que as antigas pesquisas geográficas que tratavam de seu presente, como as de Soares e de Duarte, acabam servindo como fonte para obras mais recentes para estudos do passado, lembrando da frase de Darby (1953, p. 6), de que toda a Geografia é uma geografia histórica, atual ou potencial.

Figura 2 – Nuvem de *tags* de autores citados, primeiro



Fonte: Elaboração a partir de base de dados própria, com uso do *software* Wordcloud@.

Figura 4 – Nuvem de *tags* de obras citadas



Fonte: Elaboração a partir de base de dados própria, com uso do *software* Wordcloud®.

A imagem é muito similar à figura das citações aos autores, o que demonstra a concentração de citações em obras específicas. Ela mostra que, apesar de outras obras citadas de Abreu (1986; 1978; 1992), é o seu livro, *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, de 1987, que marca a produção geográfica sobre o passado da cidade do Rio de Janeiro. É interessante notar que Benchimol, embora sua obra sobre o Período Passos seja a segunda mais citada (BENCHIMOL, 1982), só aparece com uma obra de referência, assim como Lobo (1978). Ao contrário, Bernardes é citada por dois textos, de 1961 e de 1962.

Duas obras que ganham maior relevância são a de Sérgio Lamarão (1991) sobre as mudanças ocorridas no porto do Rio de Janeiro e a de Parisse (1969) sobre as favelas cariocas dos anos 40 até 60. São obras que, ao contrário da de Abreu, que abarca a cidade, se concentram sobre um tema específico, como uma área (o porto) ou uma forma habitacional (a favela). Da mesma maneira, o trabalho de Benchimol é uma referência a um período. Outra obra que aparece quase como um cânone temático é o trabalho de Noronha Santos (1934) sobre os transportes na capital carioca.

Ao realizarmos a divisão pelos períodos de produção, observamos que não havia uma diferença significativa entre o que foi apresentado sobre os autores e as imagens produzidas. Poucos autores têm mais de uma obra referenciada, e os destaques que apareceram no quadro geral de trabalhos citados se repetem. É importante perceber que a obra de Noronha Santos continua sendo a única, junto com seu autor, a ser citada em ambos os períodos com relevância sugestiva.

Se os autores e trabalhos mais citados podem indicar as obras que mais influenciaram as pesquisas, ou a partir de quem se discute o passado da cidade carioca, para entendermos mais sobre o conteúdo em si dos trabalhos, foi preciso também organizar os temas, as palavras-chave e os principais conceitos de cada período. Com isso, queremos entender qual era o interesse do geógrafo ao olhar o passado da cidade, sobre o que falava e baseado em que conceitos. Como palavras-chave, anotamos somente as indicadas pelo próprio pesquisador. Já os temas e os conceitos foram identificados por nós, na leitura dos trabalhos, com o preenchimento da ficha respectiva.

Já prevendo uma grande diferença entre os períodos, realizamos primeiramente as imagens para cada um dos nossos recortes temporais (figuras 5 e 6). O resultado é que conseguimos visualizar perfeitamente, principalmente no primeiro período, as principais preocupações e temas que mobilizaram os geógrafos na análise do passado.

As palavras que saltam aos olhos ao vermos a imagem correspondente ao primeiro período são *evolução, função, expansão, sítio, posição, situação, meio e relação homem/natureza*. Isso corresponde ao que, como visto no primeiro capítulo, Abreu (1994, p. 23) indica serem as primeiras questões que os geógrafos brasileiros faziam sobre a cidade, baseadas principalmente na obra metodológica de Monbeig (1943), *O estudo geográfico das cidades*: uma adaptação dos estudos vidalianos franceses sobre as cidades, as chamadas monografias urbanas. Também chama a atenção a ideia sobre a oposição do homem e da natureza, assim como a relação entre o homem e seu meio.

Figura 6 – Nuvem de *tags* de conceitos, palavras-chave e temas – Segundo momento



Fonte

: Elaboração a partir de base de dados própria, com uso do *software* Wordcloud®.

A última parte dos trabalhos analisados se constituiu justamente das fontes consultadas. Um dos maiores cuidados que os pesquisadores devem tomar ao estudar o passado, como discutido nos capítulos 2 e 3, é em relação às fontes empregadas. Além de ter a premissa de não as considerar neutras, hoje em dia, o pesquisador é incentivado a usar o máximo possível de fontes primárias, em detrimento das fontes secundárias. A fonte primária, por mais que também não seja neutra, é um material de estudo menos modificado do que sua interpretação numa fonte secundária.

Para entender o uso das fontes pelos trabalhos, anotamos seus tipos em nosso caderno de leitura e posteriormente na ficha de cada obra, para, mais uma vez, criamos um quadro para visualizar os dados obtidos (quadro 3). Classificamos as obras segundo a preponderância dos tipos de fontes, primárias ou secundárias. Quando a diferença era pouca, classificamo-nas como mistas.

Quadro 3 – Quantidade de trabalhos segundo suas fontes

Fontes	Primeiro Momento	%	Segundo Momento	%	Total	%
Primárias	1	6,7	8	14,3	9	12,7
Mistas	4	26,6	25	44,6	29	40,8
Secundárias	9	60	23	41,1	32	45
N.s.a.	1	6,7	0	0	1	1,5
Total	15	100	56	100	71	100

Fonte: Elaboração a partir de base de dados própria.

Podemos observar que a produção no primeiro período foi caracterizada pelo uso de fontes secundárias, sendo poucas as obras que trabalharam com fontes primárias. Já no segundo momento, o uso de fontes primárias cresce, passando de 50%, quando somamos as pesquisas que se utilizaram majoritariamente de fontes primárias com as que usaram de forma mista. Mas é importante frisar que o uso quase que puro de fontes secundárias ainda continua expressivo nesse segundo período. Outro aspecto notável é que, mesmo que se tenham usado fontes primárias no momento original, sua diversidade não era grande. O que nos leva a outra pergunta: quais são as fontes mais usadas?

Os almanaques, tanto edições do *Almanaque Laemmert*, quanto o *Almanaque Suburbano*, são usados de forma constante, principalmente quando os trabalhos pesquisam sobre atividades produtivas. Outra fonte frequente das obras analisadas é a hemerografia da época. Jornais, revistas ou periódicos são comumente usados como documentos, e isso inclui os anúncios e as cartas dos leitores, assim como revistas científicas. Os mapas e as plantas históricos também são fontes habituais, assim como relatos de viajantes estrangeiros que visitaram a cidade. Por fim, mas não menos importante, existe uma enormidade de documentos oficiais de instituições dos mais diferentes governos, principalmente das instituições de memória da cidade, como o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro³².

4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Podemos tecer algumas observações a partir das nossas análises sobre os trabalhos escolhidos para compor nossa base empírica. A primeira é que há uma grande concentração espacial nos locais originais de publicação das obras que tratam do passado do Rio de Janeiro:

³² Para uma maior referência sobre as fontes e a historiografia do Rio de Janeiro, ver LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Historiografia do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 30, p. 42-65, jan./dez. 1995.

a própria cidade. Se depois elas são editadas em outros lugares, ou neles chegam por meio de transmissão e compartilhamento de informação, é na capital carioca que originalmente as pesquisas são expostas e discutidas.

Essa homogeneidade não é verificável quando tratamos do ano de publicação, contudo. Percebemos que há uma diferença nas tendências de edição. Após análise dessa distribuição ao longo dos anos, percebemos que houve grande descontinuidade nas publicações, na década de 70, criando dois bolsões de produção. Para fins de análise, realizamos uma periodização das obras em dois momentos.

Ao examinarmos as obras em seu conteúdo, baseados nas categorias de análise do segundo capítulo e nas perguntas do primeiro, percebemos que os dois períodos diferem praticamente em tudo: citam pessoas diferentes, têm escalas diferentes, obras diferentes, temas e conceitos diferentes e até mesmo peso diferente no uso de fontes primárias e secundárias. A partir das nossas análises, conseguimos traçar um quadro de cada período.

Os geógrafos do primeiro momento seguiam metodologicamente a proposta de Monbeig, levando em consideração os seis pontos principais: o sítio, a posição, a evolução histórica, a fisionomia e estrutura, as funções urbanas e o raio de ação da cidade (ABREU, 1994, p. 27), tanto que são citados como conceitos e interesses quase que todos os pontos destacados acima. Poderíamos dizer que realizavam verdadeiras “monografias urbanas”. Mas seria reducionista acreditar que os trabalhos tinham uma visão única ou semelhante sobre como olhar e o que ver no passado do Rio de Janeiro.

Se, de fato, a influência francesa de Monbeig pode ser vista devido à presença dos pontos aludidos, seria um erro considerar que foi a única na produção sobre o passado carioca no período, pois a preocupação para com o sítio e posição também eram características da escola alemã (ABREU, 1994; VASCONCELOS, 1998b). Podemos encontrar referências à Antropogeografia de Ratzel nas obras, principalmente nos artigos de Backheuser. A partir dos anos 60, autores como Max Sorre e Tricart também aparecem como referência. Isso tudo sem esquecer das contribuições peculiares de Delgado de Carvalho. O que era o Rio Antigo para os autores, portanto, não tinha uma definição só, mas existem alguns pontos concordantes.

Baseados na leitura, vemos que há uma grande recorrência de menções da relação natureza/homem ou de considerações sobre o meio. Elas também surgem como temas significantes em nossa análise. Geógrafos como Ruellan e Lamego, interessados principalmente nas características físicas do sítio carioca são citados recorrentemente. A ideia do embate entre o homem e o sítio do Rio de Janeiro é reiterada. O homem conquista cada

palmo de solo, arrasando morros, aterrando e drenando mangues e lagoas, uma luta constante contra a mata, contra a montanha, o paul e o mar, como chegam a afirmar. Os avanços físicos sobre esse terreno hostil inclusive servem como marcas de periodizações realizadas por essas obras.

As obras desse momento utilizam-se de fontes quase sempre secundárias. E, se há fontes primárias, são pouco diversas e não são quase criticadas, o autor as tomando como verdade. Os períodos escolhidos são longos, normalmente traçando uma evolução completa desde a fundação da cidade até o presente da pesquisa. Claro que há exceções nessas duas constatações; estamos aqui falando em linhas gerais.

O segundo momento, por sua vez, apresenta uma diversidade maior quanto à visão sobre o passado da cidade. Com menor peso para reflexões sobre os aspectos físicos, excetuando-se, de novo, alguns trabalhos, os temas que mobilizam os geógrafos desse momento posterior refletem a abertura que a Geografia demonstrou nos últimos anos. Embora alguns temas tenham preponderância, principalmente a crise habitacional e a segregação residencial, é grande a pluralidade tanto temática quanto metodológica.

Maurício Abreu e seu livro *Evolução Urbana do Rio de Janeiro* são quase que onipresentes nas obras desse momento. Outros autores, inclusive do primeiro período, ganham relevância, em detrimento dos autores citados no momento anterior. Noronha Santos, entretanto, continuou a ser relevante no novo cenário. Percebemos que algumas obras se tornaram referência segundo seu tema, sua área de pesquisa ou o período pesquisado. A obra de Abreu parece reunir esses três quesitos.

Nesse período, as categorias espaciais ganham maior relevância, e discussões sobre o bairro, a área central, o subcentro, o subúrbio, a periferia e as zonas conseguem espaço. Assim como é mais recorrente o uso de períodos iguais, principalmente baseados em periodizações mais consagradas na historiografia (Período Joanino, Período Passos etc.) ou em periodizações de outras obras, como a de Abreu (1987).

Quanto às fontes utilizadas, o segundo momento exibe uma porcentagem maior de obras que utilizam fontes primárias, seja de forma preponderante ou mista. Há, em alguns trabalhos, uma maior preocupação para com o uso das fontes, questionando-as e considerando-as como fragmentos não neutros, embora não seja uma regra nas obras analisadas. Os períodos escolhidos não necessariamente traçam uma evolução de um lugar, ou fenômeno, até o presente, por vezes se contentando com um “presente de então”.

Talvez a diferença entre esses dois períodos explique em parte as críticas de Abreu (2000) sobre a pesquisa de Geografia e passado. Conforme o autor critica:

É certo que, pelo menos no que diz respeito às cidades, existem inúmeros trabalhos que discutem as "origens" e a "evolução histórica" de diversos núcleos urbanos do país [...]. Todavia, o que invariavelmente se pretendeu com essa análise foi traçar a evolução (no mais das vezes, morfológica) de uma "cidade atual", conformando-se os autores ao preceito de que só deveriam retroceder ao passado para buscar ali a compreensão do presente. É só nos últimos anos que essa regra vem sendo violada, dando origem a trabalhos que, embora informados pelo presente, estão interessados no entendimento do próprio passado. (ABREU, 2000, p. 18)

Se pensarmos que ele escreveu o artigo já no segundo momento, depois de mais de uma década sem trabalhos publicados sobre o passado do Rio, entende-se quando ele afirma que só nos últimos anos que a “regra” de não estudar o presente teria sido violada. Apesar de não concordarmos com tal “regra” ou “lei”, como discutido anteriormente, conseguimos concordar com alguns pontos afirmados. De fato, a maioria dos trabalhos do primeiro momento que tratava do passado do Rio de Janeiro buscava entender as origens e a evolução da cidade até chegar ao presente.

Mas, mesmo sendo criticadas pelo desejo de traçar uma evolução ou mesmo de realizar uma geografia de “bomba de nêutrons”, por se importar quase que exclusivamente com a forma de usar fontes secundárias, as obras do primeiro momento entram em nossa dissertação. Apesar de diferentes em ambos os períodos, geógrafos apresentaram imagens ao discutir o passado da cidade do Rio de Janeiro. E são elas e suas formas de apresentação que serão analisadas no próximo capítulo.

5 AS IMAGENS

Após realizada a análise dos trabalhos dos geógrafos, resta examinar as imagens dessas obras para pensarmos sua contribuição para a produção geográfica do passado. Apesar de examinadas de forma independente, as considerações que tecemos sobre as pesquisas selecionadas também balizaram nossas interpretações de suas imagens. Justifica-se porque, mesmo as figuras tendo autonomia em relação aos textos, nossas questões dizem respeito também à produção, sendo impossível desconsiderar nossas conclusões prévias.

Este capítulo começará com as nossas considerações sobre o nosso banco de imagens retiradas dos trabalhos escolhidos. Depois, apresentaremos nossa análise das imagens a partir de três grandes grupos: a imagem como registro do que restou, a imagem como registro do que era e a imagem como organização de dados do passado. Finalmente, iremos considerar a interação desses diferentes grupos, assim como os textos que os acompanham, para pensar como se deu a produção de imagens para estudar o passado carioca e sua importância nesse processo.

5.1 O BANCO DE IMAGENS

Apesar de termos observado a presença constante das imagens, não partimos do princípio de que eram necessárias para análise dos trabalhos. Ou seja, não recortamos os trabalhos escolhidos baseados na existência, ou não, de imagens. Isso para verificarmos se nossa hipótese de sua importância era verdadeira ou não. Os resultados confirmaram que o uso de imagens é sim recorrente: de todas as obras estudadas, apenas cinco (7%) não tinham imagem alguma.

Alguns poderiam pensar que, conforme os anos se passam, a reprodução gráfica é mais fácil, então as obras sem imagem devem se concentrar em nosso primeiro momento. Nossos dados, no entanto, apontam que não: apenas uma das cinco obras sem imagem faz parte do grupo mais antigo, mantendo-se uma proporção semelhante, quase irrelevante, ao longo dos anos de publicação. Podemos afirmar que as imagens sempre estiveram presentes e de forma significativa. O único recorte em que a proporção difere é quanto ao tipo de texto. Os trabalhos em forma de artigos são os que mais concentram obras sem imagem. As dissertações, teses e livros, por sua vez, sempre possuem uma. Isso pode ser explicado pela exigência de tamanho máximo de texto de certas revistas para publicação de artigos.

Foram selecionadas mil cento e cinco imagens nos trabalhos analisados. Anotamos em nosso caderno de leitura o nome da imagem, tipo, o autor, o trabalho onde está presente e a fonte, seja de onde foi tirada, sejam dos dados necessários para sua elaboração. Em ordem de ocorrência, os tipos de imagem em nosso banco são: fotos, mapas, tabelas, desenhos, montagens, croquis, gráficos, documentos, charges, plantas e retratos.

É importante lembrar que certos tipos de imagem, apresentados no terceiro capítulo, só aparecem quando há uma disponibilidade técnica que o permita, obviamente: não vemos fotos anteriores à chegada da fotografia em terras cariocas. Logo, explica-se a ausência de alguns tipos em certos períodos. Mas isso não explica a preferência por outros na atualidade – há uma clara preferência por fotos e mapas. As fotos correspondem a quase metade da nossa base de imagens. Essa concentração poderia passar uma impressão de uma quase onipresença de fotos nos trabalhos, mas não é isso o que se verifica: por mais que as fotos sejam preferências até em números relativos e presença por trabalho, há obras, como as de Elicher (2017) e Oliveira (2013) que apresentam mais de cinquenta fotos cada, causando esse desbalanceamento.

Fizemos a média de imagens por obra, assim como encontramos a mediana e a moda. Mas o tamanho diferenciado dos trabalhos, assim como seus objetivos (afinal são meios de exposição distintos), fizeram com que esses números não tivessem muita utilidade na análise, por serem muito díspares. Da mesma forma, a média de imagens por página não contribuiu em absoluto para nossa pesquisa. Não só os textos são formas diferentes de trabalho, como a discrepância do número de imagens de trabalhos do mesmo tipo é muito grande para se chegar a conclusões a partir de média, mediana e moda.

Notamos que, além de serem constantes, as imagens são recorrentes. É frequente o uso de imagens iguais em diferentes trabalhos, inclusive. Isso acontece principalmente nas tabelas, citadas de trabalhos anteriores. As tabelas que mais aparecem se referem a dados populacionais levantados por Lobo (1978) e a dados sobre transportes disponibilizados por Noronha Santos (1934). Essas tabelas são referenciadas às vezes por *apud* à obra de Abreu (1987) (documento 1), outras vezes referenciadas sem o devido *apud*.

Documento 1 – Tabela recorrente nos trabalhos

TABELA 3.2
DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM CORTIÇOS, SEGUNDO AS FREGUESIAS URBANAS DO RIO DE JANEIRO (1868)

Freguesias Urbanas	População da freguesia (1870)	População que mora em cortiços (1868)	% da população que mora em cortiços	Participação da população de cortiços da freguesia na população total dos cortiços
Candelária	9.239	—	—	—
São José	20.220	2.022	10	9
Santa Rita	23.810	2.763	12	13
Sacramento	24.429	693	3	3
Glória	18.624	2.376	13	11
Santana	32.686	6.458	20	29
Santo Antônio	17.427	3.558	20	16
Espírito Santo	10.796	1.918	18	9
Engenho Velho	13.195	769	6	4
Lagoa	11.304	733	6	3
São Cristóvão	9.272	639	7	3
Total	191.002	21.929	11	100

Fonte: LOBO, Eulália Maria Lahrmejer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro, vol. 1, páginas 360 e 440.

Fonte: Abreu (1987)

Mas a repetição também ocorre com outras imagens, usualmente relacionadas a períodos específicos: as pinturas de Leandro Joaquim (ca.1739 – ca.1798) para falar do Rio de Janeiro como capital do Vice-Reinado; as pinturas de Debret (1768 – 1848) para se referir ao Período Joanino; as litografias de Rugendas (1802 – 1858) representando a recém-capital do Império Brasileiro; as caricaturas de jornais para falar sobre o Rio de Janeiro dos anos 1870 até 1930; e as fotos de Augusto Malta (1864 - 1957) e Marc Ferrez (1843 – 1923) para retratar as mudanças ocorridas na Era dos Melhoramentos (posteriormente renomeada de Era das Demolições). Há, definitivamente, imagens que são icônicas para cada período.

Essas repetições são ou citadas diretamente de seu acervo nas instituições de memória correspondente ou por *apud* de obras anteriores. O interessante é perceber que não apenas as imagens são citadas, mas as observações que as acompanham, em legendas ou no texto, também são repetidas. Por exemplo, ao mostrar-se a tela Lagoa do Boqueirão (*circa* 1785) de Leandro Joaquim, informa-se que ela logo foi aterrada e transformada no Passeio Público. O que se quer citar ou fazer referência, portanto, não é só a imagem em si, mas o sentido que ela pode provocar no leitor.

Se estivéssemos analisando a produção do passado a partir de outra abordagem, poderíamos nos perguntar o que os autores queriam quando reproduziram as imagens e os textos. Mas nesta dissertação estamos preocupados em perguntar às próprias imagens que

sentido elas provocam e, se reproduzidas, qual o novo sentido que adquirem. Esse sentido é observado no diálogo entre pesquisador e imagem enquanto sujeito dotado de uma geografia própria.

5.2 OS GRUPOS DE IMAGENS

A intenção inicial desta pesquisa era utilizar-nos da nossa análise dos textos, exposta no último capítulo, para poder entender melhor a contribuição específica das imagens apresentadas pelos geógrafos em seus estudos sobre o passado da cidade. Mas depois do exame do material reunido, percebemos que essa opção restringiria a autonomia das próprias imagens de se explicarem de forma independente, mesmo que articuladas com o texto. Ao olhar para essa produção gráfica pelas lentes da análise anterior correríamos o risco não só de perder o ineditismo que as imagens poderiam vir a trazer, mas também de reiterar o que já foi dito e concluído, usando a imagem como um dado de exemplificação e confirmação, algo que já explicitamos querer evitar.

De fato, ao localizar a análise das imagens como algo posterior à análise geral dos trabalhos e dos textos, é preciso se precaver para não acabar caindo numa tautologia estéril. As próprias categorias analíticas utilizadas para entender os trabalhos a partir de uma abordagem mais tradicional das investigações sobre a história do pensamento geográfico, como as periodizações realizadas, devem ser repensadas quanto a sua capacidade explicativa, não podendo se tornar camisas de força.

Ao mesmo tempo, é necessário sempre insistir que a independência das imagens é relativa: elas se articulam com os textos para formar uma apresentação final realizada pelo cientista. O exame realizado anteriormente, apesar da nossa atenção para evitar um condicionamento, nos auxiliou a pensar justamente nessa articulação entre o texto e imagem para formar a obra final. Assim, quando existentes, foram realizadas considerações sobre possíveis conexões entre as duas formas de abordagem.

O método que adotamos evita os problemas que Novaes (2013) aponta como frequentes nos estudos das imagens, como a circularidade, uma vez que consideramos a outra ponta do diálogo enquanto sujeito, e não um espelho, e a “não consideração” da participação do observador, pois, quando proponho o diálogo, faço-o a partir de um ponto de vista específico que reconheço não ser o único. Nessa perspectiva, concordamos com Alfano (2016), quando afirma que:

Consequentemente, um texto sobre uma imagem será sempre um texto e não o texto, já que cada pesquisador, de mesma área ou de áreas diferentes, jamais produzirá uma reflexão semelhante ou extrairá os mesmos significados que outro. (ALFANO, 2016, p. 49)

Apesar de reconhecer que existem múltiplas possibilidades de diálogo para com o corpo de imagens escolhidos, isso não significa que seja tudo possível na construção da análise e nos seus resultados. Quando dizemos que a imagem possibilita inúmeras conclusões - inclusive algumas que o próprio autor da imagem não anteviu - e, por isso, é uma materialidade de significado não fechado e potente produtora de novos sentidos, isso não quer dizer que se pode produzir quaisquer sentidos a partir dessa materialidade. O que se pode ver, apesar de variar segundo a abordagem, ainda é limitado pelas próprias imagens e pela construção e delimitação da forma como se vê. Logo, na abordagem que propomos, é imprescindível explicitar o lugar de onde nós olharemos, assim como a construção do corpo observado, o que foi realizado no terceiro capítulo desta dissertação.

O diálogo para com as imagens, balizado por nossos apontamentos, evidenciou que a maneira de entender a produção científica é diferente quando se escolhe a análise dos produtos gráficos como abordagem para entender esses trabalhos. Agrupá-los por momentos e periodizações e examinar as obras ordenadas por suas datas de publicação não fez sentido ao examinarmos as imagens de nossa base. Foi necessário então criar categorias que conseguissem organizar melhor os nossos dados e nos permitissem uma melhor visualização e verificação do conjunto.

A partir das nossas dimensões *tipo*, *conteúdo* e *conjunto* e tendo como abordagem a proposta por Gomes (2013) de análise geográfica através das ideias de ponto de vista, composição e exposição, conseguimos observar três sentidos gerais nas imagens da produção geográfica sobre o passado da cidade do Rio de Janeiro: a imagem como registro do que restou, a imagem como registro do que era e a imagem como organização de dados do passado.

5.2.1 A imagem como registro do que restou

Um sentido recorrente que podemos observar nas imagens selecionadas é de um registro do passado que restou no presente. Essas imagens, majoritariamente fotos, mostram formas no presente que sobreviveram do passado, exibidas tanto para se falar do passado que representam quanto para se discutir o estado, usualmente malconservado, da estrutura

apresentada. É comum que essas fotos sejam tiradas pelo próprio autor em idas a campo (documento 2). Também é frequente a comparação com o entorno, às vezes presente na própria foto, que usualmente é de uma época mais recente, aumentando a impressão de deslocamento da construção exibida.

Falar do passado a partir do presente, o que essas imagens fazem, não é algo inusitado ou novo. Se o método “regressivo-progressivo” de Lefebvre se popularizou nas Ciências Sociais brasileiras, principalmente nos estudos urbanos, podemos encontrar essa abordagem do passado em autores como o historiador Marc Bloch e até mesmo geógrafos brasileiros como Aroldo Azevedo (1956), com seu artigo “Vilas e cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva”, e mesmo nas considerações didáticas de Delgado de Carvalho (1990[1926]) sobre o papel dos monumentos.

Documento 2 – Exemplos de imagens como registro do que restou



Figura 43. Igreja evangélica no antigo prédio da escola, localizada na praça central do IAPC de Olaria.
Fonte: Autora, março/2013.



Figuras 42: Largo da Prainha em estado parcial de abandono, mesmo depois de iniciadas as obras do Porto Maravilha. Fonte: Acervo Pessoal. Setembro, 2013.

Na legenda, há menção à função antiga do prédio, no primeiro caso, e ao estado da estrutura, no segundo. Ambas as fotos foram tiradas pelas autoras, em ida a campo. Fontes: Oliveira (2014) e Elicher (2014).

Essa seria uma via de análise do passado batizada por Corrêa de “herança” (CORRÊA, 2016), na qual, devido ao espaço ser um acúmulo de formas criadas em diferentes tempos, ao se estudar essas formas pretéritas no presente, consegue-se entender melhor o passado. Para o geógrafo, é importante entender o que permitiu a permanência da forma na paisagem, a partir de três possíveis processos: a inércia, na qual a forma mantém seus significados e funções; a ressignificação, quando mantém apenas sua função e, finalmente, a refuncionalização, mantendo-se somente a forma, mas ganhando nova função e, por consequência, novos significados.

Podemos correlacionar essa categoria de imagens com o conceito de traço proposto por Lepetit (2001[1995], p. 80-85). O traço são formas resultantes de ritmos de evolução diferentes do atual, que também podem ser suprimidos ou refuncionalizados. É impossível não nos lembrarmos do conceito de rugosidade proposto por Santos (2004[1978], p. 259; 1996, p. 92). As rugosidades são formas, espaço construído, que ficam do tempo pretérito, resultantes do processo de supressão, acumulação e superposição, uma cristalização do passado. Essas formas se apresentam no presente e, por serem criadas em tempos espaciais anteriores, ainda exprimem uma lógica espacial pretérita, podendo, por isso, ser estudadas para se entender o passado.

Ao verificarmos as imagens que correspondem a esse sentido, a imagem como registro do que restou, percebemos que a maioria delas tem como ponto de vista o de um observador

transeunte, que passa pela fachada do prédio e olha para ele a partir da rua. A construção costuma estar no centro e ser o foco da imagem, em sua maioria fotos. A posição do observador, assim como o uso de fotos, nos faz ler a imagem como uma tentativa de levar ao leitor a experiência de visualização da “rugosidade”, assim como seu entorno imediato. Mesmo sendo uma figura do presente, pelo menos do presente no qual o pesquisador e sua obra se inserem, o que se exhibe não é somente aquilo que a forma agora é, mas também o que era, evidenciando o fato nas legendas e nos textos que se referem à imagem nos trabalhos analisados.

Podemos pensar em outras consequências do ponto de vista adotado e da composição escolhida, como a centralização do prédio e o entorno, que pode ou ser novo, tornando a forma díspar e deslocada, ou compor com a forma escolhida, caracterizando todo um conjunto de “rugosidades”. A consequência mais gritante é a semelhança entre a forma de exibição da foto e os trabalhos de campo realizados para fins didáticos. Da mesma maneira, o professor e os alunos se colocam na posição de transeuntes e olham para a(s) rugosidade(s), comparando-a(s) ao seu entorno. E, igualmente, a discussão que a visão da forma provoca não é somente sobre seu presente estado, mas sobre o que ela era. A partir da forma atual, do que restou, discutem-se as lógicas espaciais pretéritas.

Esse caráter didático da exibição da imagem é destacado por Delgado de Carvalho (1990[1926]) quando, em seu livro para as professoras de ensino primário, afirma:

É pois, de grande valor didático que venha a ser preliminarmente dados aos alunos um apanhado histórico cujos elementos principais, locais, monumentos e vestígios, estão ainda às nossas vistas, ao alcance de nossos sentidos e podem muito mais facilmente impressionar jovens imaginações, do que outras narrações, cujos quadros necessitam de um esforço do espírito para a sua reconstituição. (DELGADO DE CARVALHO, 1990[1926], p. 19)

Um exemplo concreto no caso da cidade do Rio de Janeiro são os campos escolares que param para olhar a Igreja da Candelária, no Centro da cidade. Primeiro, a grande diferença entre os altos prédios do entorno e a forma exibida. Depois, o professor ou guia chama atenção para onde a igreja está orientada: para o mar, não para a avenida Presidente Vargas. Isso porque, quando foi construída, a avenida não existia ainda, então a lógica espacial que baliza a construção não é a mesma da atual, sendo o mar mais importante para compreensão do sentido da igreja. A partir dessa constatação, tenta-se recuperar, com o auxílio de outras imagens, como gravuras, pinturas, ou mesmo através do próprio discurso do guia, como seria aquele lugar no passado.

É curioso que algumas dessas imagens como registro do que restou, produzidas para certas pesquisas, tenham sido posteriormente aproveitadas como imagens como registro do que era. Ou seja: retoma mais uma vez o que Darby (1953, p. 6) afirmou, de que toda a geografia é uma geografia histórica, atual ou potencial. Se, para os produtores da imagem original, ela apresentava uma rugosidade existente em seu presente, para os pesquisadores mais recentes, ela já é enquadrada como um registro do que era. Um exemplo que temos nos trabalhos são as fotografias da avenida Beira Mar na década de 1920, usadas como “presente” por Delgado de Carvalho e depois como “passado” pelos outros pesquisadores, principalmente os que publicaram depois da construção do Aterro do Flamengo. Outro exemplo é a construção da avenida Presidente Vargas, tratada como “presente” por Lamego (1948) e como “passado” pelos trabalhos do segundo momento.

Mais do que somente apresentar o passado a partir da exibição de um resquício no presente, a imagem como registro do que ficou também expõe a visão do próprio pesquisador sobre como discutir esse passado. Se a leitura do texto que acompanha a imagem normalmente explicita os métodos da pesquisa, a imagem afirma ela mesma diversas ideias. Antes de tudo, afirma que o estudo das rugosidades permite pensar o passado. A forma é um acesso a uma lógica espaço-temporal que não existe mais, e há algo de excepcional em visualizar essa rugosidade como ela se encontra hoje, diferente de exibir imagens do próprio passado: mostrar o que está no presente garante um acesso diferenciado ao que se era. Por fim, elege a materialidade como um (às vezes o) elemento essencial para o estudo do tempo ido. Falar sobre o passado de um lugar é falar sobre suas construções históricas: prédios governamentais, igrejas, mercados, escolas etc.

Essa concepção de acesso ao passado pela forma material pretérita que resiste no presente, avalizada pelas imagens expostas nos trabalhos dos geógrafos, gera discussões interessantes. Se a forma do presente é a, ou uma das, chave(s) para o passado, faz-se necessário preservar essas rugosidades, sob o risco de estarmos apagando a história das cidades e da sociedade, ao derrubar ou modificar sobremaneira tais formas. Toda a ideia de patrimônio, conservação e preservação também perpassa essa concepção, ou pelo menos a discute. Assim como justifica a ida a campo com propósito didático: faz-se necessário exibir as ditas formas aos alunos. Ao mesmo tempo, se a história e a memória estão nas construções, para se apagar algo de que não se quer lembrar, é necessário destruir sua materialidade, o que eleva a discussão sobre qual construção se deve preservar e qual se deve demolir a um nível de qual(is) história(s) se quer manter ou criar, e qual(is) história(s) se quer esquecer.

5.2.2 A imagem como registro do que era

Um dos principais sentidos expressos pelas imagens exibidas pelos geógrafos nos trabalhos sobre o passado é ser um registro do que era. Diferencia-se do grupo anterior por serem imagens produzidas não pelo pesquisador, nem no tempo presente da realização da pesquisa, mas no próprio tempo pretérito, por terceiros. Assim, são consideradas, por vezes, documentos históricos, fontes de informação. Estão em maior quantidade do que as imagens do grupo anterior e apresentam inegavelmente maior diversidade de tipos do que a anteriormente observada, não tendo um tipo predominante.

Também não se apresentam a partir de um ponto de vista hegemônico, nem uma composição padrão com elementos dominantes. Pelo contrário, a variedade dessas propriedades é o que caracteriza esse grupo de imagens. O que as une, como dito, é a produção da imagem por terceiros e em um tempo anterior à pesquisa, já considerado passado. Ela serve, portanto, para podermos visualizar algo que não pode ser mais observado. Em muitas das vezes que aparecem, essas imagens são expostas atreladas ao texto com uma função descritiva: servem para demonstrar graficamente o que se está dizendo em palavras corridas, como forma de provar e exemplificar a narrativa de passado apresentada pelo geógrafo.

Isso é particularmente recorrente no que tange às mudanças materiais no espaço, como a construção ou destruição de prédios, vias, praças, dentre outras estruturas (documento 3). Ao se falar da construção em tal ano de tal edifício, exhibe-se dele uma imagem antiga, ou mesmo uma sucessão de fotos: do canteiro de obras até o prédio estar pronto. Na exposição da imagem, os autores tecem usualmente considerações sobre o que pode ser visto nela, correlacionando-a ao que foi dito, privilegiando certas características dos prédios, como materiais, formas arquitetônicas específicas etc. Assim, uma figura do que pareceria ser um prédio ordinário, como um barracão de favela, é exposta, e, em sua legenda, ou no texto que faz referência a ela, pontua-se o material com que é feito o barracão, o ambiente no qual ele está inserido, a precariedade etc. A imagem ali apresenta não aquele barracão, mas “o” barracão, está apresentando um modelo gráfico, toda uma categoria habitacional característica do passado do lugar pesquisado.

Documento 3 – Imagens como registro da construção da materialidade

Figura 42: Vista parcial da construção do Estádio do Maracanã (1949)



Fonte: ERMAKOFF, 2010, p. 164

Figura 43: Construção do Estádio do Maracanã (1949)



Fonte: Acervo do MIS/RJ.

As fotos nos apresentam os momentos de construção do edifício, a partir de dois pontos de vista diferentes. Fonte: Molina, 2013.

O apego à materialidade é tanto que, por vezes, exibe-se o prédio ao falar da instituição que o ocupa. Fala-se da criação de uma organização e mostra-se o lugar onde foi ou é alocado, como se apresentar o prédio fosse correspondente a apresentar a instituição que a ocupa. O prédio ganha, por metonímia, o sentido de ser a própria instituição. Em alguns casos, a imagem do edifício nem é da mesma época que se constituiu a instituição, ou não é seu local original. É interessante que se dê preferência às fotos como tipo para esses casos de “provas”, o que reforça a ideia da foto como portadora de uma visualidade mais legítima e “verdadeira”.

Algumas vezes, as construções são apresentadas a partir de mais de um ponto de vista, usualmente com um registro de sua fachada e outro visto de cima, mostrando seus arredores. Essas montagens apresentam não só o prédio em questão, mas sua situação geográfica. Nesses casos, há sempre uma comparação entre o prédio e seu entorno, seja evidenciando a disparidade entre um e outro ou a sincronicidade na lógica espacial dominante na produção de ambos. Essa sucessão de imagens permite que se entenda a relação entre o edifício, seus prédios vizinhos e seu entorno imediato, acentuando homogeneidades ou disparidades, dependendo do caso exibido.

A sucessão de figuras não precisa ser necessariamente sobre a mesma forma de diferentes pontos de vista. Muitas vezes, há um conjunto de imagens de diversos edifícios diferentes, mas de um mesmo período ou de uma mesma forma em períodos diferentes. O conjunto age de maneira a criar um sentido de unidade espaço-temporal entre as formas exibidas, uma unidade sincrônica, ou de mudança de uma forma ao longo do tempo, uma unidade diacrônica.

As unidades sincrônicas são construídas normalmente por imagens do mesmo tipo, como desenhos ou fotos, que apresentam diferentes estruturas ou mesmo comportamentos que o autor considera como um recorte temporal fechado. Note-se que esse recorte temporal não tem necessariamente um critério cronológico, estando muito mais atrelado às periodizações realizadas pelo autor do que a uma separação igual dos anos. Assim, há obras que situam as construções coloniais em um mesmo período, outras que consideram as construções da época do Rio como capital do Vice-Reinado diferentes da época anterior.

Um tipo de imagem importante para a consolidação desses períodos sincrônicos são os mapas antigos. Eles dão a dimensão da extensão da cidade no momento escolhido, além de situarem relativamente as outras imagens, criando um laço que corrobora a unidade sincrônica construída. Os mapas históricos permitem a visualização do todo, mesmo que a pesquisa se concentre em um determinado local que não a cidade inteira, servindo para entender as articulações entre os fragmentos expostos. O caráter documental histórico e o tipo de imagem que é o mapa garantem legitimidade em sua exposição. Mas, a não ser que se encontrem novos documentos em acervos antes inexplorados, há um número finito e conhecido de mapas, que têm suas datas definidas. Isso pode limitar a capacidade de unidade e apresentação do período, dependendo dos anos definidos pela pesquisa e dos mapas disponíveis.

A unidade diacrônica, por sua vez, se concentra sobre a apresentação de imagens de um mesmo lugar, mostrando as mudanças que ali ocorrem e pontuando-as nos textos que acompanham essa exibição. São normalmente utilizados diferentes tipos ao longo dos anos, principalmente se o recorte temporal escolhido é extenso. Essa profusão de tipos é justificada pelo que discutimos anteriormente: há uma temporalidade técnica que limita a disponibilidade de certos tipos em épocas remotas. Então, a composição da unidade diacrônica, assim como os mapas históricos, é limitada pelo acervo existente de imagens.

É interessante notar, contudo, que o conjunto de imagens que compõe essa sucessão, por mais que transmita um sentido de mudança, não deixa de exibir uma mudança pausada. A imagem, por ser estática, não é uma apresentação gráfica do processo em si, mas das consequências espacializadas dos processos que ali ocorreram no intervalo de tempo entre

uma imagem e a próxima. Ou seja: por mais que se pretenda uma análise diacrônica, as descrições textuais e exibições gráficas do que muda e do que permanece são a partir de imagens que apresentam instantes sincrônicos. O que essas imagens mostram, portanto, é que o que está sendo realizado é uma abordagem sincrônica-diacrônica³³.

Embora essa conclusão possa gerar mais calor do que luz, acreditamos ser uma observação importante. Se entendermos as imagens como dotadas de uma geografia própria e autônoma em seu conteúdo, tanto das intencionalidades do autor quanto dos textos que as acompanham, apesar de articulada para com ambos, sua apresentação é estática, por mais que técnicas possam sugerir movimentos. Essa rigidez sincrônica não exclui de forma alguma as diferentes temporalidades dos objetos; ao contrário, elas estão expressas e contidas nos elementos de sua composição. As imagens, portanto, se assemelham mais à ideia proposta por Santos (1996), discutida em nosso segundo capítulo, do que a uma abordagem que privilegie a diacronia. Elas mostram a coerência simultaneamente espacial e temporal de um mesmo momento, uma coexistência de diferentes objetos e suas respectivas temporalidades díspares em um conjunto espacialmente estruturado sincrônico.

Os diferentes pontos de vista que marcam esse conjunto de imagens, as que consideramos como registro do que era, são indicações de como o geógrafo vê a cidade. Podemos notar que, principalmente em trabalhos que pesquisaram sobre períodos mais recentes da cidade e, portanto, tinham mais disponibilidade e diversidade de registros imagéticos da época, a escolha de figuras que partiam de pontos de vista específicos sinaliza modos diferentes de se observar a cidade.

É constante o uso de desenhos para apresentar o contraste entre a natureza exuberante e a cidade do Rio de Janeiro. Na maioria das vezes, esses desenhos aparecem com a natureza em primeiro plano e a cidade em plano de fundo. O constante caso de amor e ódio entre o homem e a natureza na cidade, como discutimos no capítulo anterior, é um tema recorrente na historiografia carioca. O ponto de vista dos morros também é utilizado para mostrar a cidade em si, pontilhada de igrejas no meio das casas coloniais da época. Esse ponto de vista foi apontado por Gomes (2015) como um lugar privilegiado e estabilizado para se olhar o Rio de Janeiro, em seu artigo sobre os mirantes da capital carioca.

Outro ponto de vista que fornece indícios da visão do geógrafo sobre a cidade é a visão panorâmica (documento 4). As imagens com esse ponto de vista, quase em sua totalidade fotos, valorizam a grande extensão construída. Situando-se entre projeções

³³ Repetindo nota anterior, para maior discussão sobre recortes sincrônicos e diacrônicos, ver Estaville Jr. (1996), Alves (2011) e Silva (2012).

ortogonais e longas *plongées*, essas imagens possibilitam tanto a observação dos padrões de distribuição dos prédios, a simetria ou não das ruas, quanto informações sobre os próprios edifícios, como aparência geral, tamanho etc. Tais imagens aparecem em ocasiões em que se deseja apresentar um recorte espacial grande ou demonstrando um padrão construtivo de ordenamento homogêneo, muito usado para apresentar novas incorporações imobiliárias e loteamentos, ou quando se quer mostrar uma heterogeneidade, revelando a proximidade espacial e convivência de formas distintas em um mesmo momento sincrônico. Esse tipo de visão, que, de novo, privilegia o material e o construído, foi muito utilizado para se pensar as formas e as funções da cidade, no primeiro momento, assim como as novas incorporações de bairros planejados no segundo.

Documento 4 – Visão panorâmica, ou “cyclópica”



Foto do autor. Fonte: Abreu (1987)

As imagens que registram o que era, como dito, podem ser consideradas também documentos históricos, fontes dotadas de conteúdos a serem analisados. Assim, podemos notar uma diferença no tratamento das fontes quando examinamos esse grupo de figuras. No primeiro momento, esse conjunto de imagens era praticamente todo oriundo de pinturas e

mapas históricos ou de imagens produzidas por órgãos governamentais. Em que pese aos custos de instrumentos e às capacidades técnicas necessárias para a produção de imagens, é surpreendente o número de imagens de acervos de diferentes instituições governamentais.

Nos trabalhos do segundo momento há presença de imagens com fontes mais variadas, principalmente de jornais e revistas. De fato, é bem maior a quantidade de imagens retiradas desses veículos nos trabalhos do segundo momento. A pluralidade de fontes aumentou a diversidade de abordagens e de visões sobre a própria cidade. Outras imagens mostravam uma cidade bem diferente da que era exibida antes. Diferentes tipos de imagem, como a caricatura, passaram a entrar nos trabalhos, revelando visões conflituosas sobre o “passado oficial”. Mudanças, como o nome de “Era dos Melhoramentos” para “Era das Demolições”, são consequência direta disso. Propagandas, cartões postais, fotos em acervos particulares só posteriormente disponibilizadas a público... diversas imagens das mais diferentes fontes marcaram o segundo momento.

Muito dessa diferença reside no fato de que, no primeiro momento, os próprios geógrafos eram usualmente membros dessas instituições governamentais de pesquisa. Alguns deles, como Backheuser, inclusive subsidiaram o governo para realizar intervenções urbanas, no caso citado, principalmente na Baixada da Guanabara e na Baixada Fluminense. A participação nesses órgãos permitia obter, por exemplo, fotos aéreas para enxergar de outro ponto de vista a cidade estudada. Finalmente, é importante frisar que o segundo momento balizou suas observações, mesmo que em forma de crítica, nos trabalhos publicados no período anterior, utilizando-se, inclusive, intensamente das imagens e dados produzidos pelos primeiros.

Faz-se necessária neste momento do texto uma breve consideração. Não se quer aqui, de forma alguma, realizar uma anacrônica caça às bruxas, em um denunciamento tosco e incoerente, exigindo dos autores que tivessem posições, preocupações e práticas incompatíveis a seu contexto de produção científica. Nem é nosso intento realizar qualquer julgamento moral sobre as pesquisas realizadas, indicando, assoberbados, qual a forma verdadeira, mais justa, ou moralmente mais correta como se deve olhar o passado da cidade.

O fato é que o uso de uma maior diversidade de fontes indica uma visão diferenciada sobre como podemos pensar o passado. A discussão sobre as fontes, como vimos no terceiro e no quarto capítulo, é uma das principais questões quando se pensa o passado e como podemos estudá-lo. São elas que nos dão os fragmentos necessários para tentar reconstituir o “quebra-cabeça” do tempo ido, para usar os termos de Abreu (2006). Então, mudando-se as fontes,

mudam-se as peças disponíveis; conseqüentemente, muda-se a imagem final do quebra-cabeça.

5.2.3 A imagem como organização de dados do passado

Finalmente, o terceiro grupo: as imagens como organização de dados do passado. Esse grupo é caracterizado por imagens produzidas no presente, ao contrário do segundo grupo, mas que se referem diretamente ao passado, ao contrário do primeiro grupo, que o faz de forma indireta. São, na maioria das vezes, instrumentos criados para poder pensar sobre o passado ou justificar as narrativas dos geógrafos sobre ele.

As imagens mais evidentes desse grupo são as tabelas e gráficos. Pode parecer estranho considerarmos esses dois tipos como figuras para análise, mas, como discutido mais profundamente no capítulo três, sendo dispositivos gráficos espacialmente estruturados e ordenados, também correspondem à nossa definição de imagem. O uso de tabelas está presente em grande parte dos trabalhos examinados, sendo um dos tipos de imagem mais comuns. Elas normalmente exibem dados, principalmente relacionados à população, por uma categoria espacial determinada – freguesia, bairro etc. – e tempo (documento 1).

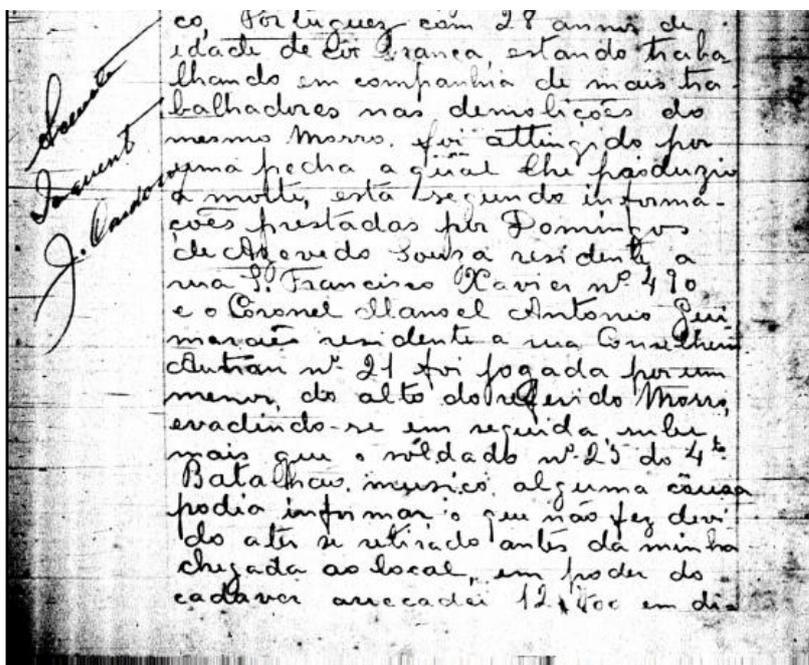
A principal diferença entre as tabelas e gráficos é que aquelas exibem os dados de forma segmentada, enquanto estes permitem uma comparação visual agregada entre tais dados. Essa possibilidade de visualização conjunta permite uma interpretação diferenciada. Informações como a evolução de ocorrências de um fenômeno ao longo do tempo (como o aumento da população) ou a comparação de quantidades entre dois ou mais lugares (como a distribuição da população por divisão espacial), quando em forma de gráficos, nos permitem observar imediatamente as tendências de aumento ou diminuição ao longo do tempo, primeiro caso, ou a concentração em algum lugar, no segundo caso. Ambas as imagens são utilizadas tanto para se pensar o passado como também para atestar a veracidade da narrativa do geógrafo.

É interessante pensar que, com a análise das tabelas e gráficos, conseguimos entender como o pesquisador cria suas categorias de agregação dos dados: os anos específicos, as categorias espaciais, os períodos, os grupos sociais etc. Essas imagens nos informam quais os elementos o pesquisador considera relevantes para entender o passado, seja a população, o número de passageiros, o número de edifícios, a quantidade de investimento, o número de estabelecimentos etc. Mais do que isso, esses tipos de imagens nos revelam também a origem

dos dados, indicando as fontes preferenciais usadas para compreender e estudar o passado, como os censos, os almanaques e projetos governamentais ou privados. A própria repetição de dados de outros trabalhos específicos também nos indica sua relevância para discussão historiográfica da cidade, como os dados reunidos por Noronha Santos (1934), Eulália Lobo (1975) e Abreu (1987).

Outra recorrência do uso de imagens como apresentações gráficas que confirmam o que foi escrito é a exibição de documentos, que formam um tipo específico de imagens: são registros feitos pelo autor da pesquisa, normalmente fotos, de outros materiais gráficos. E são usados como provas de veracidade das afirmações. Se falo, por exemplo, que os jornais protestam contra o crescimento das favelas, logo exibo uma imagem na qual os jornais mostram em suas manchetes protestos e insatisfação para com as construções. Também aparecem para mostrar graficamente uma fonte específica (documento 5). Ao afirmar a importância de algum texto, livro, registro, manuscrito, carta etc., faz-se quase necessário expor ao leitor a imagem desse registro.

Documento 5 – Exibição de fonte



Documento 2 – Boletim de ocorrência n. 00816. Registra a morte de um operário do desmorte.

Fonte: Livro de ocorrências pertencentes ao Distrito de São José (1921).
Fundação Casa Rui Barbosa..

Fonte: Barros (2005)

Porém, um dos instrumentos gráficos mais utilizados para pensar o passado da cidade pelos geógrafos é o mapa. Ele permite a espacialização de dados e uma visualização de um

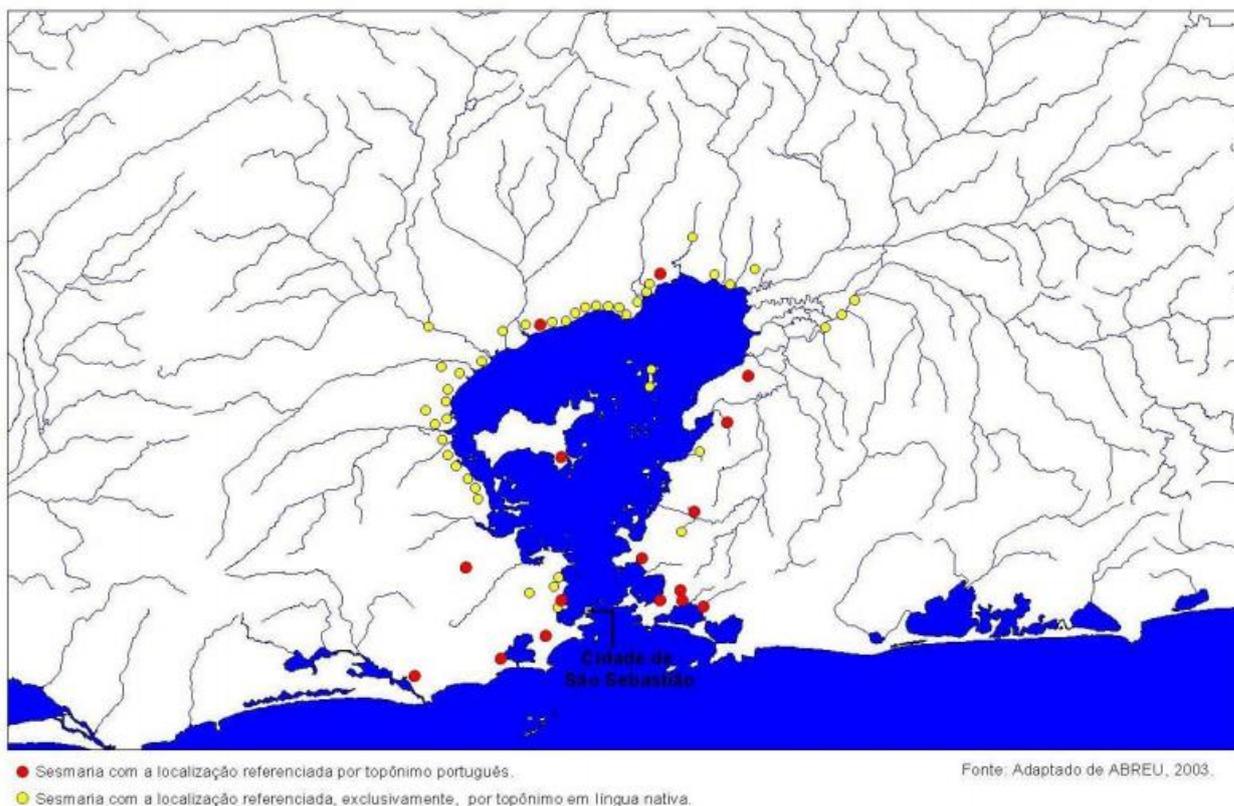
tempo sincrônico do passado, mas, ao contrário do mapa histórico, é o próprio autor que produz, ou manda produzir, o mapa. Por isso, apesar dessa imagem não ter o mesmo valor documental, ela não tem uma limitação de datas, podendo ser criada e recriada, a critério e gosto do pesquisador. O uso de mapas criados no presente se verifica nos dois momentos estipulados da produção geográfica sobre o passado carioca. Assim como os mapas históricos, esses mapas garantem uma unidade sincrônica do tempo ao trabalhar, identificar e dispor os elementos estudados em um mesmo plano, tornando possível, através de suas posições relativas - tanto entre eles quanto à cidade em si -, estabelecer correlações espaciais e pensar no ordenamento espacial para o período e o fenômeno estudados.

A capacidade do mapa de organizar dados em um mesmo plano sincrônico não pode ser subestimada. Os dados obtidos por fontes, não neutras, portam incorreções e são muitas vezes conflitantes entre si. A espacialização dos dados permite trabalhar com fontes e, aplicando devidas correções quanto à posição, toponímia ou mesmo agregando informações de fontes diferentes, possibilita criar uma imagem que origine novas visões e entendimentos sobre o passado. O trabalho de Abreu (2006) consegue, através de fontes díspares espacializadas, juntar peças diferentes para finalmente conseguir montar seu “quebra-cabeça” e observar a distribuição de engenhos de açúcar no Rio de Janeiro, tornando visível a importância dessa produção nos primórdios da cidade, algo por vezes negligenciado e pouco debatido na historiografia carioca.

Além de engendrar novas visões e considerações por sobre o passado, os mapas são uma materialidade que permite ser retrabalhada e comparada. Como um dispositivo visual, o acréscimo ou a supressão de elementos, ou mesmo sua reorganização, possibilita estabelecer novas correlações entre os lugares e enxergar novos ordenamentos espaciais. O mapa se torna um instrumento a ser usado por outros pesquisadores na confecção de suas próprias imagens (documento 6). Transforma-se, com isso, ele mesmo em referência, e sua influência de proposição de como ver o passado não pode ser ignorada.

Documento 6 – Adaptação e alteração de mapa

Capitania do Rio de Janeiro - Distribuição de Sesmarias (1565-1566)



Atentar à fonte: “Adaptado de ABREU, 2003”. Fonte: Chaves, R (2008).

O método de criação de imagens a partir de modificações de figuras originais é um recurso bastante utilizado, e não se aplica somente a imagens produzidas por outros geógrafos, mas também a figuras documentais. Diversos mapas históricos servem como base para novas imagens, sendo modificados com inclusão ou realce de elementos, o mesmo acontecendo com fotos antigas. Outra modificação realizada é a sobreposição de imagens. Sobrepõe-se um mapa histórico a outro, e, assim, evidenciam-se tanto as diferenças efetivas em períodos distintos quanto as diferenças cartográficas, como projeção, por exemplo.

As imagens, como organização de dados do passado para se pensar, facilitam a criação de períodos sincrônicos, permitindo ao pesquisador montar o “quebra-cabeça” ao situar no mesmo plano os elementos que compõem a figura. Não há de se diminuir a importância desse método, pois, se o passado é um país estrangeiro, impossível de se conhecer plenamente, como lembra Lowental (2015), a espacialização sincrônica permite inferir as peças que faltam para completar a imagem final, através de observações da lógica espacial que parece presidir

sobre o todo e da relatividade situacional dos elementos. Obviamente, a sugestão de peças não se pretende como verdade absoluta, mas como possibilidade. A potência de produção de sentido desse método pode ser verificada nos “mapas conjecturais” apresentados por Abreu (2005; 2010): o autor apresenta três possibilidades sobre como seria a cidade em seus primeiros anos de existência, ainda contida no Morro do Castelo.

O deslocamento para um ponto de vista imaginário para tentar obter uma possível imagem é uma prática consolidada na Geografia. Segundo Gomes (2017), Ptolomeu já afirmava que, se ver era saber, era preciso estabelecer regras matemáticas para tornar a terra observável em um plano. O geógrafo consegue, com o uso das regras projetivas, visualizar o espaço desejado a partir de pontos de vista inacessíveis. O que os mapas conjecturais fazem é, além de projetar o ponto de vista para locais fisicamente inacessíveis, recuar a vista para períodos do passado. O que se apresenta como imagem é algo que não existe mais e de que não se tem registro visual, mas o que poderia ser, a partir das regras projetivas.

Esse recuo de visão é utilizado não somente para fabricar mapas. Diversas imagens, como desenhos e croquis, são criadas a partir de fontes históricas, construindo figuras que servem de objeto de análise ou de materialidade visual para o que é discutido nos textos. A possibilidade de escolha de ponto de vista faz com que conjuntos de imagens diacrônicos, por exemplo, possam ser apresentados a partir do mesmo ponto de vista, aumentando a capacidade das imagens em transmitir as permanências e as diferenças do lugar ao longo do tempo estudado.

O processo de projeção de pontos de vista, não só no espaço, mas no tempo, escancara as visões do autor sobre o passado. Para “transportar” o lugar de onde se vê, o geógrafo explicita o espaço que se deseja ver, assim como a época escolhida. É necessário justificar a seleção dos elementos apresentados, exibindo fontes que fundamentem não só os elementos eles mesmos, mas sua disposição espacial sobre o plano sincrônico. Só assim o pesquisador pode tentar entender a geograficidade da imagem incompleta, e, a partir desta, sugerir elementos que possivelmente completem o “quebra-cabeça” do passado.

5.3 A PRODUÇÃO DE IMAGENS NA APRESENTAÇÃO DE PASSADOS

A divisão das imagens de nossa base nesses três grupos se deu por uma questão metodológica, a fim de possibilitar a nossa análise das imagens selecionadas. Muitas vezes, as obras continham montagens de figuras de diferentes grupos, imagens que registram o que era junto com imagens que registram o que restou, por exemplo (documento 7). As possibilidades

são quase infinitas, e uma simples alteração, como a mudança na ordem de apresentação das imagens, pode modificar completamente o sentido que elas apresentam ao leitor.

Como dissemos anteriormente, as imagens, por mais que sujeitas de geograficidade próprias, se articulam não somente com as outras figuras da obra em um conjunto de imagens, mas também com o texto dos trabalhos, para, em uma composição, apresentar o passado ao leitor. Para conseguirmos entender o papel das figuras na produção sobre o tempo pretérito, é necessário investigar melhor essa relação entre texto e imagem.

Documento 7 – Uso de imagens de diferentes grupos em montagem

Figura 16: Cine Teatro Rex, ontem e hoje



Fonte: Acima, disponível em <<https://cinemagia.wordpress.com/2013/06/10/cinemas-antigos-cine-rex-centro-ri/>> Acesso em 13/12/2014, sem data. Abaixo, pesquisa de campo, 06/12/2014.

d
a pesquisadora em manter o ponto de vista para tirar sua foto. Fonte: Sousa (2015)

Novaes (2013) aponta que certos estudiosos das imagens se utilizaram de um método de análise que examinava a figura e pretendia interpretá-la como um texto. Há também o famoso ditado de que uma imagem vale mais do que mil palavras. Acreditamos, como aparece em nossa epígrafe, que as imagens portam mais sentidos do que o que pode ser descrito. Não só comportam uma infinidade de significados, mas aportam à produção outra lógica de conhecimento. Então, uma interpretação da imagem como um texto seria reduzir sua capacidade explicativa e construtiva.

Em outra via, há aqueles que interpretam os textos como imagem. Deixando as discussões sobre estudos linguísticos e caligráficos para pesquisas e pesquisadores com interesse para tal, o que nos interessa nesta dissertação é a capacidade do texto, como descrição, de criar no leitor uma imagem mental. Gomes (2017) mostra que os textos de Humboldt e Vidal de La Blache apresentavam uma forma de descrição arrazoada que, até por escolhas léxicas, remetia à descrição de uma imagem, quase como se o autor estivesse criando

ou descrevendo uma pintura à medida que falava sobre o espaço visto. Como se quisesse, através das palavras, que o leitor conseguisse visualizar o que autor ele mesmo via.

Tomando como exemplo um dos trabalhos estudados, somos convidados por Backheuser (1946) a acompanhar a trajetória de um sesmeiro que galga as ladeiras do Morro do Castelo, ou São Januário, no século XVII. A partir desse ponto de vista, descreve o que poderia ser observado pelo homem, olhando por todas as direções para entender o cenário da época colonial. Era uma observação que não só descrevia o espaço visto, mas causava um deleite pela contemplação do panorama fluminense. O ato de ver e entender causaria prazer não só ao “homem rude colonial”, mas a nós, que estamos, através dos olhos do dito homem e das palavras do dito geógrafo, vendo esse panorama.

Na verdade, estamos criando essa imagem em nossa cabeça, a partir da descrição generosa de Backheuser. Montes que já não existem, vegetação que foi substituída, pauis hoje aterrados e drenados, mar que recuou ante os sucessivos “ganhos” de espaço pelo homem. Todos os elementos descritos pelo geógrafo são imaginados pelo leitor, que não só identifica e nomeia esses elementos, mas, de novo a partir da orientação de Backheuser, os distribui ordenadamente por sobre o plano de sua imaginação, qual morro fica à esquerda, qual é mais próximo do ponto de observação, que lagoa se situa entre quais morros. O geógrafo nos dá um ponto de vista e orientações relativas entre esse ponto e os elementos descritos, assim como a posição relativa entre esses últimos.

O texto de Backheuser é um exemplo de palavras que provocam no leitor uma imagem através da qual ele pode observar esse tempo que já foi. Assim como os mapas conjecturais de Abreu (2010), o geógrafo procura criar uma figura que permita não só a confirmação, mas a própria apresentação do passado para o outro. Para o geógrafo pensar e discutir o passado, ele precisa de uma imagem deste. Mais do que isso, ele precisa construir essa imagem, e esse é um dos objetivos de sua pesquisa. Gomes (2017) aponta que o raciocínio geográfico se utiliza de imagens para se constituir e se apresentar aos outros.

De fato, podemos traçar uma relação direta entre as pesquisas dos geógrafos sobre o passado do Rio de Janeiro e a criação de uma imagem. Para poder pensar o passado, o pesquisador precisa estabelecer seu ponto de vista conceitual. Qual método vai adotar para construção desse passado, se o retrospectivo-progressivo, se o sincrônico, ou sincrônico-diacrônico, dentre outros. Suas considerações sobre o que melhor apresenta o passado vão condicionar os elementos que escolhe. Então, as categorias espaciais, a fonte de seus dados ou o que ele considera relevante, vão alterar as formas presentes, assim como sua disposição sobre o plano de apresentação.

Suas periodizações e seu recorte espacial serão as bordas da imagem, o que define os limites do que a figura irá apresentar, assim como os limites sobre onde e quando a pesquisa irá tratar. O texto e as imagens são elementos que, dispostos por sobre a imagem, criam as correlações espaciais relativas que, em composição e ao serem observados, vão gerar os sentidos que a imagem possibilita. Assim, consideramos que as próprias obras estudadas podem ser interpretadas como uma imagem. Ao realizar uma pesquisa sobre o passado do Rio de Janeiro, o geógrafo está criando uma visão sobre a história carioca.

Como Delgado de Carvalho (1990[1926]) afirma, a criação de imagens seria a forma de poder apresentar a historiografia carioca para os alunos:

Também devem formar o fundo do quadro as grandes preocupações políticas do tempo que tiveram repercussão sobre a segurança e os destinos dos habitantes do Rio: defesa contra o inimigo, política exterior, ideias da metrópole, monumentos nacionais etc...

Cada vez que pode um pensamento ou um acontecimento ficar ligado a um monumento histórico, é do dever do mestre procurar evocar nas jovens imaginações o quadro histórico que centralizou. É na interpretação dessas páginas de pedra e de ferro que se gravam mais profundamente na memória os acontecimentos que tiveram real alcance. (DELGADO DE CARVALHO, 1990[1926], p. 21)

Evidentemente, essas imagens do passado são construídas pelo pesquisador de diferentes maneiras, como podemos observar em nossa dissertação. Cada autor escolhe sua maneira de ver o passado e falar sobre ele. As evidências dessa escolha podem ser observadas nos conceitos indicados, nos períodos escolhidos, nas fontes usadas, nas categorias espaciais mencionadas e nas obras citadas. Mas nossa pesquisa mostra que a análise das imagens desses trabalhos também nos dá uma significativa contribuição para entender essa maneira de ver.

Com as imagens, também podemos ver as fontes, expostas nos documentos e nas legendas, observar quais pontos de vistas privilegiados, quais tipos aparecem mais, quais períodos são exibidos nas figuras, quais categorias espaciais, sociais e periodizações expressas nas tabelas e gráficos. Mas as imagens contribuem mais do que apenas revelar o que o texto também indica.

As figuras permitem entendermos se a chave do conhecimento do passado para o autor está nas fotos de construções, nos retratos de figuras políticas importantes ou nas litografias que mostram os costumes da época. Evidenciam a mudança no tratamento de fontes, ao incluir categorias como caricaturas. Permitem a descoberta da sincronia temporal com os mapas históricos ou mesmo com mapas feitos pelo próprio pesquisador. Ou então na mistura de imagens, destacando-se as mudanças ao longo do tempo de um lugar, ou do conjunto de prédios que foram construídos ou demolidos em um mesmo recorte temporal.

Falar que existem tantas visões de passado quanto geógrafos, além de clichê, seria incorreto para com os nossos dados de pesquisa. Vimos que, por mais que as imagens possam ser incontáveis, existem padrões, seja das próprias imagens, seja dos recortes temporais, conceitos, citações, categorias espaciais, pontos de vista, elementos dos conjuntos, formas de exposição, dentre outros. Quando se fala de bairro no Rio de Janeiro, menciona-se Maria Therezinha Segadas Soares. Do porquê da localização e dos primórdios da ocupação, Lysia Bernardes. De Favelas, Lucien Parisse. E, quando se fala de passado e cidade do Rio de Janeiro, Maurício de Abreu.

Mais do que apenas referências para balizar as discussões, esses autores e suas respectivas obras têm um peso enorme para a historiografia carioca justamente por terem produzido visões sobre o passado que geraram imagens tão relevantes, quase que obrigatoriamente usadas nos trabalhos sobre a história do Rio de Janeiro. Nelas, o poder das imagens é revelado: até hoje são interpretadas de diferentes maneiras, gerando múltiplos significados e, sendo materializados, servem de fontes imagéticas para a produção de outras imagens, inclusive algumas que contestam parcialmente essas imagens.

É o caso de Fernandes (1995) que, em sua dissertação, discutiu sobre o que chamou de “rpto ideológico” da categoria espacial do subúrbio. Ele mostra que o entendimento de subúrbio baseado nos elementos ferrovia, fábrica, operários e popular seria inadequada para a segunda metade do século XIX, ao contrário do que as imagens estabilizadas anteriormente pelos geógrafos exibiam. O autor aponta que há registro de outras categorias sociais, da importância significativa do bonde como meio de transporte, e da quase inexistência de indústrias nessa localidade. Mas, mesmo contestando, é inegável a influência da imagem proposta por Soares na dissertação de Fernandes, o próprio autor dedicando sua obra à geógrafa.

Em um artigo sobre os mirantes do Rio de Janeiro, Gomes (2015) chama atenção para como eles conseguem estabilizar uma visão por sobre a cidade, favorecendo enquadramentos, a composição de elementos e sendo pontos de vista privilegiados. A partir de nossa pesquisa, podemos afirmar que as obras dos geógrafos são verdadeiros mirantes: elas também estabilizaram uma imagem do passado do Rio de Janeiro.

No caso dos mirantes, os dispositivos visuais que guiam o olhar são muretas, bancos, chegando até binóculos e tábuas de orientação, que marcam os elementos que se pode ver na paisagem. Já os trabalhos guiam o olhar através de seus recortes temporais, suas categorias espaciais, seus conceitos, suas citações, mas, principalmente, do conjunto de imagens que, articulado com o texto, compõe a paisagem do passado apresentada. E, como os pontos

turísticos cariocas, continuam a provocar fascínio e desejo de visitação, nem que seja são para tirar uma foto ou realizar uma pequena observa o.

Nossa pesquisa, portanto, descobriu uma contribui o da Geografia para a história do Rio: a cria o e estabiliza o de imagens do passado. A Geografia pode ser entendida como essa forma original de criar olhares sobre o mundo e inscrevê-los em imagens, verdadeiros sistemas de informa es geográficas, geradores de sentidos.   essa produ o que nos permite diferentes pontos de vista e escalas desse nosso passado construído, possibilitando analisá-lo das mais variadas maneiras e us -lo como fonte das mais inesperadas descobertas.

6 CONCLUSÃO

Nossa dissertação, por tentar se aventurar nas terras embrejadas entre a Geografia e a História, que ainda provocam confusão e discussão, tomou um cuidado especial em mostrar por que alguns caminhos que à primeira vista pareceriam firmes e convidativos foram inadequados e tiveram de ser descartados. As marcas não nos deixam negar que a estrada trilhada foi descoberta mais à base de tentativa e erro do que com a certeza de ter um caminho exato. As idas e voltas podem causar um pouco de estranheza em um trabalho do qual se espera a retidão e clareza, mas falou mais alto a possibilidade da descoberta e reinvenção diante de áreas em que as certezas são movediças e as estradas não são perenes.

O passado tem sido valorizado cada vez mais pela sociedade contemporânea e pelos acadêmicos, especialmente no que diz respeito à memória das cidades. Esse aumento de interesse também pode ser observado na Geografia, com um crescimento no número de trabalhos que têm suas preocupações centradas em um espaço que não existe mais no presente. Se há uma expansão nas publicações sobre o passado das cidades, nossa pesquisa mostrou que, diferente do que parte da literatura brasileira sobre o assunto afirma, existem trabalhos sobre o tema desde a institucionalização da Geografia no país. De fato, nossa investigação mostrou que, no caso do Rio de Janeiro, o primeiro trabalho sobre o passado capital carioca antecede a própria criação do curso universitário na cidade. O passado, por mais que recentemente tenha sido mais visitado pelos geógrafos, não parece ter sido proibido a eles.

Descobrimos que essas visitas ao passado carioca não foram igualmente distribuídas no tempo e conseguimos identificar dois grandes momentos de publicação de trabalhos. O primeiro iria até o final da década de 60 e o segundo começaria mais de dez anos depois, na década de 80. Esses dois momentos tiveram importância significativa na historiografia da cidade, e cada um exibiu características particulares quanto aos autores e obras mais citados, aos temas mais estudados, aos conceitos usados, aos períodos pesquisados e às escalas de análise adotadas.

O primeiro se caracterizaria pela citação de autores e obras tanto de uma geografia urbana, principalmente a francesa, quanto de contribuições de geógrafos físicos e seus estudos sobre o espaço do Rio de Janeiro. Os temas e conceitos recorrentes seriam a função, a posição, a situação, a expansão e a evolução da cidade. Também é recorrente a ideia de

embate entre o homem e a natureza carioca, que desafiaria a ocupação antrópica em cada momento possível. Os estudos se voltavam para uma longa extensão temporal, indo, normalmente, da fundação da cidade até o presente da obra realizada. A escala adotada era hegemonicamente a da cidade como um todo e as fontes usadas eram, em sua maioria, secundárias.

O segundo momento, por sua vez, citava como principais autores e obras os próprios geógrafos do primeiro período, além da figura quase onipresente de Maurício de Abreu. Percebemos que as citações a autores e obras indicavam referências específicas quanto ao tema, ao período ou ao local. A diversidade temática é uma marca desse momento, embora tenha havido um interesse considerável pela segregação urbana e a crise habitacional. Os conceitos usados também foram variados, desde os estudos sobre a descentralização que se valiam dos conceitos de centro, subcentro, até a citação do método regressivo-progressivo de Lefebvre, passando pela inegável contribuição da Geografia Histórica anglo-saxã e seus conceitos e metodologia. Nesse momento, os trabalhos não necessariamente traçavam uma evolução da fundação da cidade até o presente da pesquisa, havendo obras que se dedicavam a períodos específicos do passado, o chamado “presente de então”. Assim como a diversidade de períodos, há uma variedade no uso de escalas e categorias espaciais para a análise. Mas, por mais que o percentual de trabalhos baseados em fontes primárias tenha aumentado, o uso de fontes secundárias ainda está significativamente presente.

Se os dados para examinar os trabalhos foram inicialmente obtidos com o estudo dos textos, ao realizar a análise das imagens conseguimos obter um tipo diferente de informação sobre as obras. As figuras nos revelam os pontos de vista preferenciais para se olhar para esse passado, como a projeção ortogonal, a panorâmica, a que simula a ida a campo; os elementos que os autores consideram chave para compreendê-lo, como a materialidade que restou, a materialidade que era, as principais figuras históricas; fontes de onde o pesquisador coleta seus dados e as formas com que apresenta o passado, garantindo uma unidade sincrônica ou sincrônica-diacrônica ao trabalho.

A escolha da imagem, principalmente em nossa abordagem que a considera como sujeito dotado de geograficidade, contribuiu de forma diferente para o entendimento da produção geográfica sobre o passado do Rio de Janeiro. Isso nos leva a concluir que há uma autonomia nas imagens, e seu exame pode trazer novas informações a respeito das obras geográficas. As investigações mais tradicionais sobre a história do pensamento geográfico privilegiam a análise do texto. Mas foi somente através das imagens que conseguimos descobrir aspectos relevantes sobre os trabalhos estudados, dos quais destacamos dois: (I) a

importância da materialidade, principalmente dos edifícios, como chave essencial para entender e conceber o passado e (II) a repetição de imagens, conjunto de objetos ou pontos de vista que apresentam o mesmo período específico, tornando-os verdadeiros ícones, mostrando um imaginário compartilhado entre os pesquisadores, que não pode ser obtido através dos meios tradicionais de análise, como o estudo de fontes ou citações.

A articulação entre texto e grupo de imagens também nos permite entender melhor a crítica de Abreu (2000) sobre os trabalhos anteriores da Geografia que tratavam o passado da capital carioca. Vimos que as obras do primeiro momento, em sua maioria, realmente queriam traçar uma evolução do passado até o presente, usando majoritariamente fontes secundárias. Também vimos que sua crítica se dá após um período de inatividade nas publicações sobre o tema. A análise das imagens nos mostrou que, para esses geógrafos, as apresentações do passado passavam por mostrar através de fotos as formas, sejam as que restaram no presente da pesquisa, seja as que não existiam mais. Até as instituições eram apresentadas a partir da materialidade de suas sedes. Da mesma maneira, privilegiavam-se pontos de vista panorâmicos, visando entender a configuração urbana de ruas e blocos de edifícios ou fotos de fachadas de construções. Isso explica a crítica do geógrafo brasileiro a essa Geografia de “bomba de nêutrons”, preocupada quase que exclusivamente com a materialidade e a morfologia, mas que evitava recuperar e analisar outros aspectos do passado.

Mas a relação entre imagem e produção sobre a capital carioca em seu tempo pretérito é mais profunda. O que nossa pesquisa mostrou é que os geógrafos, para falar sobre o passado da cidade do Rio de Janeiro, articulam texto e imagem para produzir um panorama, ou uma grande imagem final, a partir da qual eles podem estudar e apresentar ao leitor o tempo pretérito. Gomes (2017) aponta que o pensamento geográfico se utiliza de imagens para se constituir e para se apresentar aos outros. Seja por meio de uma descrição arrazoada e densa, seja por imagens ou conjunto de figuras, o pesquisador tem a necessidade de mostrar para o leitor uma imagem do passado para que possa falar sobre ele.

Sobre o caráter de invenção da imagem, na discussão entre representação ou realidade, Gomes (2007) lembra que as imagens não espelham o mundo, mas o recriam. As imagens produzidas pelos geógrafos quando estudam o passado da cidade influenciam em como ela é pensada. Não só em pesquisas posteriores, mas também efetivas ações na realidade, como, por exemplo, a influência do trabalho de Soares (1958) sobre o reordenamento da capital carioca em 1981, na nova divisão por bairros.

A Geografia garante, ao se inscrever em uma imagem, uma enorme capacidade de gerar sentido nas três principais definições da palavra: sensação, orientação e significação.

Sensação porque o ordenamento espacial tem uma potencialidade estética, como lembra Gomes (2017), provoca um duplo prazer pela contemplação: o gozo da natureza e do reconhecimento das leis naturais pela observação racional das coisas. Esse prazer e apelo ao visual podem ser encontrados nos trabalhos, como o próprio texto descritivo de Backheuser (1946) exemplifica.

Orientação porque, ao criar essas imagens, o geógrafo faz opções significativas de formas de apresentação. Seja a escala, a iconografia, o ponto de vista, o método de projeção, o recorte ou quais serão os objetos apresentados, as escolhas feitas pelo autor da inscrição vão orientar o olhar do observador. A construção da imagem de forma alguma estabelece exatamente o *que* se deve concluir a partir da observação. Nisso ela difere de imagens representativas ou narrativas, mas ela, necessariamente, orienta e direciona *como* se olhar.

Por fim, podemos afirmar que a inscrição do pensamento em imagem produz significação, pois é justamente a partir da imagem que se pode analisar as relações entre os objetos ali expostos, seja em relação à sua situação, localização ou posição. Ela não exemplifica nem ilustra um pensamento, ela *é* o pensamento organizado, que só pode existir e ser apresentado quando inscrito. A criação e a análise de imagens, portanto, seria a habilidade mais singular do geógrafo. E é justamente essa habilidade que o geógrafo usa quando realiza e apresenta sua visita ao passado da cidade do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPKANRIO/Jorge Zahar, 1987, 156 p.

_____. **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Coleção Biblioteca Carioca, v. 21. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

_____. O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil: Evolução e Avaliação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Os caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p: 199-322

_____. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras**, Geografia I série, v. XIV, 1998, Universidade do Porto, Portugal.

_____. Construindo uma Geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **Geosp**, v. 7, p. 13-25, 2000.

_____. O Rio de Janeiro quinhentista: debates e armadilhas. **Rio Urbano: Revista da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**, v. 1, p. 42-51, 2002.

_____. (Org.). **Rio de Janeiro – Formas, Movimentos, Representações: Estudos de Geografia Histórica Carioca**. Rio de Janeiro, FAPERJ/CNPq, 2005a.

_____. Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião. Mapas Conjecturais do Rio de Janeiro do Século XVI. **Revista Cidades**, v. 2, n. 4, p. 189-220, 2005b.

_____. Um quebra cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII. **Scripta Nova - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona, v. X, n. 218 (32), ago. 2016. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-32.htm>> [ISSN: 1138-9788]. Acesso em: 19/03/2018

_____. **Geografia História do Rio de Janeiro: Bibliografia Seletiva**. Rio de Janeiro, 200[?]. Apostila física.

_____. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, v. 2 v., 420: e 484 p., 2010.

ALFANO, Mirelle de Castro. **Uma Avenida très belle chamada Modernidade**: progresso, monumentalidade e circulação nas fotografias do cenário urbano carioca do início do século XX. 2016. 120 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. **Atuação recente da incorporação imobiliária no município do Rio de Janeiro**: tendências espaciais vigentes e alternativas futuras. 1982. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

ALPERS, Svetlana. **The Art of describing**: Dutch Art in the Seventeenth Century. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

ALVES, Eliane Baptista. **O Bairro do Caju**: A Construção de uma periferia empobrecida. 2007. 138 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ALVES, Vitor de Araújo. A Geografia Histórica como Campo de Pesquisas: Definições, Tensões e Metodologias. **Cidades**, v. 8, n. 14, p. 623 – 643, 2011

AMENDOLA, Mônica. **Uma leitura geográfica dos planos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro**. 2002. 216 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

AZEVEDO, Aroldo. **Vilas e cidades do Brasil colonial**: ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo: FFLCH-USP, 1956

BACKHEUSER, Everardo. Crescimento da cidade do Rio de Janeiro. **Boletim Geográfico [do] IBGE, Rio de Janeiro**, v. 3, n. 29, p. 734-736, 1945a.

_____. Geografia carioca: aspectos geológicos no tempo colonial. **Boletim Geográfico [do] IBGE, Rio de Janeiro**, v. 3, n. 32, p. 1072-1074, 1945b.

_____. Geografia carioca: a população colonial da cidade. **Boletim Geográfico [do] IBGE, Rio de Janeiro**, v. 4, n. 37, p. 31-33, 1946c.

_____. Geografia carioca: o cenário físico no tempo colonial. **Boletim Geográfico [do] IBGE, Rio de Janeiro**, v. 3, n. 34, p. 1290-1292, 1946a.

_____. Geografia carioca: primeiras explorações econômicas. **Boletim Geográfico [do] IBGE**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 36, p. 1549-1551, 1946b.

_____. Geografia carioca: primeiros delineamentos urbanos. **Boletim Geográfico [do] IBGE**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 35, p. 1415-1417, 1946c.

_____. Geografia carioca: a Lagoa Rodrigo de Freitas. **Boletim Geográfico [do] IBGE**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 39, p. 284-291, 1946d.

BAKER, Alan R. H. **Geography and History - Bridging the Divide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BARCELLOS, Frederico Roza. **Espaço e Lugar: o olhar geográfico machadiano sobre o Rio de Janeiro do final do século XIX e início do século XX**. 2006. (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006

BARCELOS, Sâmea Silva de Melo. **A geografia urbana na Revista Brasileira de Geografia (1939-1995)**. 2010. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2010.

BARNETT, Clive. Awakening the Dead: Who Needs the History of Geography? **Transactions Of The Institute Of British Geographers**, v. 20, n. 4, p. 417-419, 1995. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/622971>

BARROS, José d'Assunção. História, Região e Espacialidade. **Revista de História Regional**, v. 10, n. 1, p. 95-129, 2005.

BASSIN, Mark.; BERDOULAY, Vincent.. La géographie historique: localiser le temps dans les espaces de la modernité. In: BENKO, G.; STROHMAYER, U. (Org.). **Horizons Géographiques**. Paris: Éditions Bréal. p. 292-338.

BEAUJAU-GARNIER, Jackeline. **Geografia urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian. 1997.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussman tropical**. 1982. 304 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Importância da posição como fator do desenvolvimento do Rio de Janeiro. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 175-196, 1959. Reproduzido em: BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti, SOARES, Maria Therezinha Segadas. Rio de Janeiro: cidade e região. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987. p. 21-36.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti; SOARES, Maria Therezinha de Segadas. **Rio de Janeiro: Cidade e Região**. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990[1987]. 160 p.

BLOCH, Marc. **Apologia a História: ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, [1949] 2001. 159 p.

BRAGA, Fernanda Figueiredo. **Relevo e drenagem do centro da cidade do Rio de Janeiro: enchentes e políticas públicas no passado e no presente**. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010

BROSSEAU, Marc. **Des Roman-Geographes**. Paris: L'harmatan, 1996. 246 p.

BRUNHES, Jean. **Human geography: an attempt at a positive classification, principles and examples**. Trad. I. C. LeCompte. London: Harrap, 1920[1910]. 648 p.

BRUNHES, Jean ; VALLAUX, Camille. **La Géographie de La Paix et de La Guerre sur Terre et sur Mer**. Paris: Alcan, 1921.

BUNGE, William. The structure of contemporary american geographic research. **The Professional Geographer**, v. 13, n. 3, p. 19-23, mai. 1961. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.0033-0124.1961.133_19.x>. Acesso em: 14 de Setembro 2017

BUTLIN, Robin. **Historical Geography: Through the gates of space and time**. London: E. Arnold, 1993.

CAMPOS, Andreilino. **O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal, segregação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro**. 2006. 392 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Origens e evolução da Geografia Histórica. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS**, Três Lagoas, v. 1, n. 23, p. 42-65, mai. 2016

CARNEIRO, Patrício A. S.; MATOS, Ralfo. Encontros e Desencontros entre Geografia e História e Tendências na Geografia Histórica Anglo-Saxã. **Espaço Aberto** (UFRJ), v. 2, p. 33-49, 2012.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; CORREA, R. L.; GOMES, P. C. C. (Org.). **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 114-140.

CASTRO, Therezinha de. Evolução política e crescimento da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 569-586, out./dez. 1965

CHOLLEY, André. **Guide de L'Étudiant en Géographie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1942. 231 p.

CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. Trad. Carlisle W. Baskin. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, [1933]1966.

CLAVAL, Paul. **Essai sur l'évolution de la géographie humaine**. Paris: Les Belles Lettres, 1969. 162 p.

_____. The historical dimension of French geography. **Journal Of Historical Geography**, v. 10, n. 3, p. 229-245, jul. 1984. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/0305-7488\(84\)90274-3](http://dx.doi.org/10.1016/0305-7488(84)90274-3). Acesso em: 21 de Outubro de 2017

_____. Comment construit-on l'histoire de la géographie ? **Terra Brasilis**, n. 2, 21 jun. 2013. OpenEdition. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4000/terrabrasilis.902>. Acesso em: 16 de Agosto de 2017

CORRÊA, Roberto Lobato. Os estudos de redes urbanas no Brasil. **Revista brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 93-116, 1967

_____. A geografia urbana no Brasil - uma avaliação. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978

_____. Uma nota sobre o urbano e a escala. **Território**, Rio de Janeiro, v. 11/12/13, p. 133-136, set/out, 2003.

_____. A Periodização da Rede Urbana da Amazônia. In: _____. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, [1987] 2006.

_____. Diferenciação socioespacial: escala e práticas espaciais. **Cidades**, v.4, n. 6, 2007.: 62-72

_____. Espaço e Tempo – um tributo a Maurício Abreu. **Cidades**, v. 8, p. 597-607, 2011.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROZENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, [1989]2012. p. 219-237.

_____. **Geography and vision**, Londres: I.B. Tauris, 2008.

CRANG, Mike. Time:Space. In: CLOKE, Paul; JOHNSTON, Ron (Org.). **Spaces of geographical thought: Deconstructing Human Geography's Binaries**. London: Sage Publications, 2005. p. 199-220.

DAMAS, Eduardo Tavares. **Distritos Industriais da cidade do Rio de Janeiro: gênese e desenvolvimento no bojo do espaço industrial carioca**. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

DAMASCENO, Ângela Nunes. **Os miasmas, os médicos e a relação homem-natureza na cidade do Rio de Janeiro no século XIX**. 1993. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

DARBY, Henry Clifford. On the Relations of Geography and History. **Transactions And Papers (Institute Of British Geographers)**, v. 1, n. 19, p. 1-11, jan./dez. 1953.

_____. Historical Geography. In: GREEN, D. Brooks (Org.). **History geography: a methodological portrayal**. Savage: Rowman & Littlefield, 1991[1962]. p. 34-45.

DELGADO DE CARVALHO, Carlos. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990[1926]. 126 p.

DRIVER, Felix. Sub-Merged Identities: Familiar and Unfamiliar Histories. **Transactions Of The Institute Of British Geographers**, v. 20, n. 4, p. 410-413, 1995. JSTOR. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/622969>. Acesso em: 25 de Junho de 2018.

_____. On Geography as a Visual Discipline. **Antipode**, v. 35, p. 227-231, 2003.

DUARTE, Ronaldo Goulart. **A contribuição dos transportes públicos para a contínua redefinição da centralidade de Madureira**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

_____. Madureira sob a ótica dos transportes públicos e da acessibilidade: uma contribuição para a geografia histórica do espaço suburbano carioca. In: ABREU, Maurício (Org.). **Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações**. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005. p. 202-225.

ELICHER, Maria Jaqueline. **Estética como aporte ideológico para a produção do espaço na zona portuária do Rio de Janeiro**. 2014. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

ERTHAL, Ruy. Geografia Histórica: considerações. **Geographia**, Niterói, v. 5, n. 9, p. 29-39, 2003.

ESTAVILE, Lawrence. Organizing time in historical geography. In: GREEN, D. Brooks **Historical Geography: A methodological portrayal**. Savage, MD: Rowman & Littlefield. p. 310-324, 1991.

EVANGELISTA, Helio de Araujo. O XVIII Congresso Internacional da União Geográfica Internacional – UGI (Rio de Janeiro, 1956). **Revista Geo-paisagem** [online], Niterói, v. 3, n. 5, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/Congresso1956.htm>. Acesso em: 17 ago. 2018.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro (1858 – 1945)**. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

FERREIRA, Luiz Felipe. Festa do Povo: o carnaval carioca na virada do século XIX como síntese da brasilidade. In: ABREU, Maurício A. (Org.). **Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações**. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005. p. 154 – 175.

FIGUEIREDO, Cláudio Chagas. **Contribuição para a análise urbana a partir do georreferenciamento de elementos morfométricos de plantas antigas: Rio de Janeiro, 1812 e 1906**. 2008. 90 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FRIAS, Renato Coimbra. **Abastecimento de Água no Rio de Janeiro Joanino**: uma Geografia do Passado. 2013. 76 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio de Janeiro em nome do Rei**: Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Garamond, 1999.

FURLANETTO, Diva Almeida et al. Promoção imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 27-56, abr./jun. 1987.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963. 462 p.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira. A Geografia Histórica e as formas de apreensão do tempo. **Terra Brasilis** (Nova Série) [online], v. 2, 2013. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/767>. Acesso em: 19 out. 2017

GODOY, Vanessa Ferraz. **Paisagem cultural do centro do Rio de Janeiro**: identificação, caracterização e representação do olhar da comunidade com o apoio da cartografia e da navegação virtual. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

GOMES, Angela Nunes Damasceno. **Maurício Abreu**: uma história com muitas geografias. 2016. 265 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

_____.; MACHADO, Mônica Sampaio. Exemplos brasileiros de Geografia Histórica: considerações sobre as obras de Maurício Abreu e Antonio Carlos Robert Moraes. **GeoUerj**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 24, p. 18-36, jan./jun. 2013

GOMES, Isabelle Macedo. Dois séculos em busca de uma solução: esgotos sanitários e meio ambiente na cidade do Rio de Janeiro. In: ABREU, Maurício A. (Org.). **Rio de Janeiro**: formas, movimentos, representações. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005. p. 56-71.

GOMES, Paulo César da Costa. Cenários para a Geografia: sobre a espacialidade das imagens e suas significações. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. (Org.). **Espaço e Cultura**: Pluralidade Temática. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p.187-210.

_____. Cenários da vida urbana: imagens, espaços e representações. **Revista Cidades**, v. 5, n.7, p. 9-16, 2008.

_____. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 306 p.

_____. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

_____. **Geografia e Modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014[1996]. 368 p.

_____. Rio de Janeiro, a Cidade dos Múltiplos Mirantes. **Espaço Aberto**, v. 5, n. 2, p. 9-26, dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/5232/3856>>. Acesso em: 05 fev. 2018

_____. **Quadros Geográficos**: uma forma de ver, uma forma de pensar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017. 158 p.

GOMES, Paulo César da Costa; BERDOULAY, Vincent. Imagens na Geografia: importância da dimensão visual no pensamento geográfico. **Cuadernos de Geografía**: Revista Colombiana de Geografía, v. 27, n. 2, p. 356-371, 1 jul. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15446/rcdg.v27n2.65165>>. Acesso em: 19 Setembro de 2018.

GUELKE, Leonard. **Historical understanding in geography**: an idealist approach. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

GUIMARÃES, Ana Carolina Viana. **Alegorias, Requebros, Memória e Construção dos Lugares do Carnaval Carioca**. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

HARTSHORNE, Richard. The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past. **Annals Of The Association Of American Geographers**, v. 3, n. 29, p. 173-412, set. 1939.

_____. **Perspective on the Nature of Geography**. Chicago: Rand McNally & Company, 1959. 198 p.

HEIDE, Fernando de Araújo Monassa. **Um estudo crítico sobre os planos de implantação e expansão do Metrô-RJ**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Guanabara**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948. 294 p.

LAMEGO, Mariana. **Práticas e representações da Geografia quantitativa no Brasil: a formação de uma caricatura**. 2010. 247 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____. Dos propósitos e modos de se escrever histórias. **Terra Brasilis**, n. 2, p. 1-15, 21 jun. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4000/terrabilis.617>>. Acesso em: 19 de Maio de 2018.

LEITÃO, Gerônimo Emílio Almeida. **O Plano Piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá – 1970/1988: um estudo das relações existentes entre o Estado e o capital imobiliário no processo de produção do espaço urbano**. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

LEPETIT, Bernard. Proposições para uma prática restrita da interdisciplinaridade. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 31-43.

_____. A cidade moderna na França: ensaio de história imediata. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 45-85.

LIMA, Átila de Menezes; AMORA, Zenilde Baima. Debates Acerca da Geografia Histórica e da Geo-História: Elementos para a Análise Espaço-Temporal. **Espaço Aberto**, v. 2, n. 2, p. 51-72, dez. 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2089>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

LIVINGSTONE, David N. Geographical Traditions. **Transactions Of The Institute Of British Geographers**, v. 20, n. 4, p. 420-422, 1995. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2307/622972>>. Acesso em: 27 de Agosto de 2018.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro**. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.

_____. Historiografia do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 30, p. 42-65, jan./dez. 1995

LOWENTHAL, David. **The Past Is a Foreign Country - Revisited**. New York: Cambridge University Press, 2015

MACHADO, Lia Osório. História do pensamento geográfico no Brasil. **Terra Brasilis**, n. 1, p. 1-19, 1 jan. 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4000/terrabrasilis.295>>. Acesso em: 19 de Novembro de 2017.

MACHADO, Monica Sampaio. A implantação da Geografia universitária no Rio de Janeiro. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 5, n. 69, 2000. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-5.htm>>. Acesso em: mar. 2018.

MAGALHÃES, José César de. A função portuária, fator de expansão da cidade e seus problemas atuais. In: _____. **Curso de Férias para Professores**. Rio de Janeiro, 1966a.

_____. O sítio e a posição do Rio de Janeiro: a formação da metrópole. In: _____. **Curso de Férias para Professores**. Rio de Janeiro, 1966b

MARCIAL, Adriana Pires. **Largo de Santo Antônio Ontem... Largo da Carioca Hoje: o Estudo das Camadas de Densidade Simbólica e as Narrativas Urbanas**. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MARTINS, Luciana de Lima. Navigating in tropical waters: British maritime views of Rio de Janeiro. **Imago Mundi**, v. 50, n. 1, p. 141-155, jan. 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/03085699808592884>>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2018

MARTINS, Luciana de Lima; ABREU, Mauricio. Paradoxes of modernity: imperial Rio de Janeiro, 1808–1821. **Geoforum**, v. 32, n. 4, p. 533-550, nov. 2001. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/s0016-7185\(01\)00012-4](http://dx.doi.org/10.1016/s0016-7185(01)00012-4)>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2018

MASSENA, Rosa Maria R. O impacto do metrô sobre a alocação dos recursos públicos em infraestrutura urbana no estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 111-122, jan./mar. 1983

MATLESS, David. Effects of History. **Transactions Of The Institute Of British Geographers**, v. 20, n. 4, p. 405-409, 1995. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2307/622968>>. Acesso em: 27 de Agosto de 2018.

MENDES, Dulce Santoro. **Geoestratégia e técnica nas representações do Rio colonial**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

MIRANDA, Mariana Helena S. P. de. **Expansão periférica da metrópole carioca: análise dos padrões residenciais na Barra da Tijuca e Jacarepaguá**. 1977. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977.

MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. **Boletim Geográfico**, IBGE. v. 1, n. 7, p. 7-29, out. 1943.

MONMONIER, Mark. **How to lie with maps**. Chicago: The University Of Chicago Press, 1991. 176 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Geografia, História e História da Geografia. **Terra Brasilis**, v. 2, 2000. Disponível em: <<http://terrabilis.revues.org/319>> Acesso em: 10 out. 2016

MOTTA, Marcelo Paiva de. **O centro da cidade do Rio de Janeiro no século XIX: Reflexões sobre a noção de “Área Central” na cidade do passado**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

_____. O centro comercial do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX – uma interlocação com a noção de área central. In: ABREU, Maurício A. (Org.). **Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações**. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005. p. 106-127

MÜLLER, Nice Lecocq. Situação Atual e Renovação Metodológica dos Estudos de Geografia Urbana no Brasil, 1965-1969. **Revista Geográfica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 70, p. 163-180, jun. 1969.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo, Martins Fontes; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, [1966] 1982. 700 p.

NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. **Meio de Transporte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1934.

_____. **As freguesias do Rio Antigo**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

NOVAES, André Reyes. **A Iconografia das Drogas Ilícitas na Imprensa (1975 – 2002)**. 2005. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Uma Geografia visual? Contribuições para o uso das imagens na difusão do conhecimento geográfico. **Espaço e Cultura**, n. 30, p. 6-18, dez. 2011. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/4949>>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____. Geografia e História da Arte: apontamentos para uma crítica à iconologia. **Espaço e Cultura**, n. 33, p. 43-64, dez. 2013. ISSN 2317-4161. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/8466>>. Acesso em: 27 set. 2018.

NOVAES, André Reyes; LAMEGO, Mariana. Sobre a representatividade da História da Geografia e da Geografia Histórica nos Encontros Nacionais da Associação de Pós-Graduação em Geografia (ENANPEGE). **Revista da Anpege**, v. 12, n. 18, p. 239-258, 2016. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.5418/ra2016.1218.0013>>. Acesso em: 30 de Setembro de 2017.

OLIVEIRA, Thabata Fonseca de. **Os conjuntos habitacionais dos institutos de aposentadoria e pensões (1941-1969) e a produção do espaço urbano do subúrbio da Leopoldina - cidade do Rio de Janeiro**. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

PACHECO, Susana Mara Miranda. **Produção e reprodução de loteamentos na periferia do Rio de Janeiro**. 1984. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

PARISSE, Lucien. **Favelas do Rio de Janeiro: Evolução e sentido**. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais – CENPHA, 1969

PINTO, Maria Novaes. A cidade do Rio de Janeiro: evolução física e humana. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 191-232, abr./jun. 1965

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Bairros do Município do Rio de Janeiro**. Prefeitura do Rio de Janeiro, 1981.

RODRIGUES, G. B. Geografia histórica e ativismos sociais. **GeoTextos**, Salvador, v. 11, n. 1, 2015.

ROSE, Gillian. Tradition and Paternity: Same Difference? **Transactions Of The Institute Of British Geographers**, v. 20, n. 4, p. 414-416, 1995. Disponível em : <http://dx.doi.org/10.2307/622970>. Acesso em : 27 de Agosto de 2018.

_____. **Visual Methodologies: An Introduction to Interpreting Visual Objects**. London: Sage, 2001.

_____. On the need to ask how, exactly, is geography “visual”? **Antipode**, v. 35, n. 2, p. 212–221, 2003.

RYAN, James R. Who's Afraid of Visual Culture? **Antipode**, v. 35, n. 2, p. 232-237, mar. 2003. Wiley. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/1467-8330.00320>>. Acesso em: 16 de Março de 2018.

RODRIGUES, Cristiane Moreira. **Monumentalidade e poder na construção das cidades: Um estudo sobre os projetos urbanos não realizados no Rio de Janeiro da segunda metade do Século XIX**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, Maria Cristina Siqueira dos. **Permanência e mudança no uso do solo: O bairro do Jardim Botânico, RJ**. 1985. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

SANTOS, Milton Almeida dos. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec/Edusp, [1978] 2004.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 1996.

SAUER, Carl O. Foreword to Historical Geography. **Annals Of The Association Of American Geographers**, v. 31, n. 1, p. 1-24, mar. 1941. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/00045604109357211>>. Acesso em: 3 de Março de 2017.

SERPA, Vera Schrader. **O subcentro comercial do Méier**: Contribuição ao estudo da estrutura varejista intraurbana derivada do processo de descentralização da metrópole do Rio de Janeiro. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

SILVA, Jan Carlos da. **Os territórios da prostituição na Cidade do Rio de Janeiro, 1841-1925**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. A polícia e o controle da prostituição na cidade do Rio de Janeiro (1841-1942). In: ABREU, Maurício A. (Org.). **Rio de Janeiro**: formas, movimentos, representações. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005. p. 72-105.

SILVA, Lígia Maria Tavares. Trajetórias pela Geografia Histórica. In: BEZERRA, A. C. A. et al. (Org.). **Itinerários Geográficos**. Niterói: EdUFF, 2007. 356 p.

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado. **Terra Brasilis**, n. 1, p. 1-18, 5 nov. 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/246>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

SOARES, M. Terezinha de Segadas. O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3-4, p. 46-68, 1959.

_____. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 24, n. 2, p. 3-26, abr./jun. 1962.

_____. Bairros, bairros suburbanos e subcentros. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (Secção Regional do Rio de Janeiro). **Curso de Geografia da Guanabara**. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. p. 74-89.

SOJA, Edward W. **Geografia Pós-Moderna**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993

SOUSA, Raquel Gomes de. **Cinemas no Rio de Janeiro**: trajetória e recorte espacial. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SPOSITO, Maria Encarnação. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988

STROHAECKER, Tânia Marques. **O bairro de São Cristóvão: De arrabalde aristocrático a periferia do centro**. 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; MELLO E SILVA, Sylvio Bandeira de (Org.). **Novos estudos de Geografia Urbana brasileira**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999a. p. 191-202

_____. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Ilhéus: Editus, 1999b

_____. Da evolução urbana à Geografia Histórica do Rio de Janeiro: uma análise da produção de Maurício de Abreu. **Cidades**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 609-622, 2011.

_____. A Geografia Histórica no contexto da História do Pensamento Geográfico e suas relações com as Ciências Humanas. **Revista Geografares**, v. 23, p. 36-50, 31 jul. 2017. *Geografares*. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7147/geo23.15994>>. Acesso em: 4 de Novembro de 2017.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, [1922] 1999. 586 p.

WISHART, David. Period and region. **Progress In Human Geography**, v. 28, n. 3, p. 305-319, jun. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1191/0309132504ph488oa>>. Acesso em: 15 de Julho de 2017.

APÊNDICE A – LISTA DAS OBRAS ANALISADAS

ABREU, Maurício Almeida de. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 47-58, 1986.

_____. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPKANRIO/Jorge Zahar, 1987, 156 p. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 21)

_____. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. **Espaço & Debates**, v. 14, n. 37, p. 34-46, 1994.

_____. Construindo uma Geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **Geosp**, v. 7, p. 13-25, 2000.

_____. A luta pelo controle territorial da Baía de Guanabara no século XVI: agentes, alianças, conflitos. In: _____. (Org.). **Rio de Janeiro: formas movimentos, representações**. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005. p.8-29.

_____. Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 10, n. 218, p. 1-21, ago. 2006.

ALFANO, Mirelle de Castro. **Uma Avenida très belle chamada Modernidade: progresso, monumentalidade e circulação nas fotografias do cenário urbano carioca do início do século XX**. 2016. 120 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ALMEIDA, Elisa M. J. Mendes de; PINTO, Dulce Maria A. O desenvolvimento da área central. In: DUARTE, Aluizio C. (Org.). **A área central da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. p. 49-68.

ALVES, Eliane Baptista. **O Bairro do Caju: A Construção de uma periferia empobrecida**. 2007. 138 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ALVES, Vitor de Araujo. **A Geografia do Comércio Atacadista Carioca (1855-1900)**. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

AMADOR, Elmo da Silva. **Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza**. 1997. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

BACKHEUSER, Everardo. Crescimento da cidade do Rio de Janeiro. **Boletim Geográfico [do] IBGE, Rio de Janeiro**, v. 3, n. 29, p. 734-736, 1945a.

_____. Geografia carioca: aspectos geológicos no tempo colonial. **Boletim Geográfico [do] IBGE, Rio de Janeiro**, v. 3, n. 32, p. 1072-1074, 1945b.

_____. Geografia carioca: a população colonial da cidade. **Boletim Geográfico [do] IBGE, Rio de Janeiro**, v. 4, n. 37, p. 31-33, 1946c.

_____. Geografia carioca: o cenário físico no tempo colonial. **Boletim Geográfico [do] IBGE, Rio de Janeiro**, v. 3, n. 34, p. 1290-1292, 1946a.

_____. Geografia carioca: primeiras explorações econômicas. **Boletim Geográfico [do] IBGE, Rio de Janeiro**, v. 3, n. 36, p. 1549-1551, 1946b.

_____. Geografia carioca: primeiros delineamentos urbanos. **Boletim Geográfico [do] IBGE, Rio de Janeiro**, v. 3, n. 35, p. 1415-1417, 1946c.

_____. Geografia carioca: a Lagoa Rodrigo de Freitas. **Boletim Geográfico [do] IBGE, Rio de Janeiro**, v. 4, n. 39, p. 284-291, 1946d.

BARROS, Paulo Cezar de. **Do Berço Histórico à Zona Periférica do Centro: Velhas formas, novos castelos**. 2005. 290 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Importância da posição como fator do desenvolvimento do Rio de Janeiro. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 175-196, 1959.

_____. Pescadores da Ponta do Caju: aspectos da contribuição de portugueses e espanhóis para o desenvolvimento da pesca na Guanabara. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 181-201, abr./jun. 1958

_____. **Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do Século XX.** Boletim Carioca de Geografia, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1/2, p. 17-39, 1959.

_____. Função defensiva do Rio de Janeiro e seu sítio original. **Boletim Carioca de Geografia**, v. 13, n. 1/2; p. 92-97, 1960. Reproduzido em: BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti, SOARES, Maria Therezinha Segadas. Rio de Janeiro: cidade e região. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987. p. 15-20

_____. As grandes vias de comunicações do setor ocidental da Baixada da Guanabara nos primeiros séculos da colonização. **Boletim Carioca de Geografia**, v. 4, n. 3/4, p. 57-63, 1961.

_____. Expansão do espaço urbano no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 495-525, jul./set. 1961a.

BERNARDES, Nilo. Notas sobre Ocupação Humana da Montanha no Distrito Federal. **Revista Brasileira de Geografia**, v.21, n. 3, 1959.

BRAGA, Fernanda Figueiredo. **Relevo e drenagem do centro da cidade do Rio de Janeiro: enchentes e políticas públicas no passado e no presente.** 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010

CARDOSO, Elizabeth Dezouart. **O capital Imobiliário e a expansão da malha urbana do Rio de Janeiro: Copacabana e Grajaú.** 1986. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.

CARDOSO, Maria Francisca T. C. A expansão do espaço urbano e crescimento do aglomerado do Rio de Janeiro. **Boletim Geográfico [do] IBGE**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 202, p. 3-10, 1968

CASTRO, Therezinha de. Evolução política e crescimento da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 569-586, out./dez. 1965

CHAVES, Alexandre Silva da. **Vicissitudes sobre as áreas paludosas no Rio de Janeiro oitocentista: mangue herói ou vilão?** 2008. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CHAVES, Rafael Luiz Leite Lessa. **O Processo de Imposição da Toponímia no recôncavo da Guanabara no Período Colonial**. 2008. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CORRÊA, Douglas Corbari. **Cartografia Histórica do Rio de Janeiro: Reconstituição Espaço-Temporal do Centro da Cidade**. Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, Rosalina Maria. **Em busca do espaço perdido: A reconstrução das identidades espaciais do bairro da Lapa na cidade do Rio de Janeiro**. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

DAMAS, Eduardo Tavares. **Distritos Industriais da cidade do Rio de Janeiro: gênese e desenvolvimento no bojo do espaço industrial carioca**. 2008. 147 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

DAMASCENO, Ângela Nunes. **Os miasmas, os médicos e a relação homem-natureza na cidade do Rio de Janeiro no século XIX**. 1993. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

DELGADO DE CARVALHO, Carlos. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990[1926]. 126 p.

DUARTE, Ronaldo Goulart. **Madureira sob a ótica dos transportes públicos e da acessibilidade: uma contribuição para a Geografia Histórica do espaço suburbano carioca**. In: ABREU, Maurício A. (Org.). **Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações**. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005. p. 202-225

ELICHER, Maria Jaqueline. **Estética como aporte ideológico para a produção do espaço na zona portuária do Rio de Janeiro**. 2014. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro (1858 – 1945)**. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

FERREIRA, Luiz Felipe. Festa do Povo: o carnaval carioca na virada do século XIX como síntese da brasilidade. In: ABREU, Maurício A. (Org.). **Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações**. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005. p. 154 – 175.

FIGUEIREDO, Cláudio Chagas. **Contribuição para a análise urbana a partir do georreferenciamento de elementos morfométricos de plantas antigas: Rio de Janeiro, 1812 e 1906**. 2008. 90 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FONTENELLE, Deborah da Costa. **Quilombos, Abolicionismo e a cidade: Política e simbolismo na inserção do quilombo do Leblon na dinâmica urbana do Rio de Janeiro do final do século XIX**. 2014. 320 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FRIAS, Renato Coimbra. **Abastecimento de Água no Rio de Janeiro Joanino: uma Geografia do Passado**. 2013. 76 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GIANELLA, Letícia de Carvalho. **Revirando o “Porto Maravilha”**: luta pelo espaço e contradições urbanas na zona portuária do Rio de Janeiro. 2015. 308 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

GÓIS, Marcos Paulo Ferreira de. “Na Calada da Noite”: Modernidade e conservadorismo na vida noturna carioca (1760-1950). **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 45-60, 2015.

GOMES, Isabelle Macedo. Dois séculos em busca de uma solução: esgotos sanitários e meio ambiente na cidade do Rio de Janeiro. In: ABREU, Maurício A. (Org.). **Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações**. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005. p. 56-71

GUIMARÃES, Ana Carolina Viana. **Alegorias, Requebros, Memória e Construção dos Lugares do Carnaval Carioca**. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LAHUERTA, Flora Medeiro. **Geografias em movimento: território e centralidade no Rio de Janeiro joanino (1808 - 1821)**. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Rio de Janeiro, 2009.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Guanabara**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948. 294 p.

LIMA, Amanda Cavaliere. **Dilemas e contradições da “revitalização” de áreas centrais e zonas portuárias**: uma análise à luz dos diferentes produtores do espaço urbano na Zona Portuária do Rio de Janeiro. 2013. 224 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LUSTOZA, Regina Esteves. **Produção do espaço urbano e questão ambiental**: a urbanização entre mar e montanha na cidade do Rio de Janeiro. 2006. 295 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MACHADO, Gisele Cardoso de Almeida. **Da Ilha de Sapucaia ao Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho**: a criação de territórios do lixo da cidade do Rio de Janeiro como expressão de segregação espacial. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MARCIAL, Adriana Pires. **Largo de Santo Antônio Ontem... Largo da Carioca Hoje**: o Estudo das Camadas de Densidade Simbólica e as Narrativas Urbanas. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MARTINS, Luciana de Lima; ABREU, Mauricio. Paradoxes of modernity: imperial Rio de Janeiro, 1808–1821. *Geoforum*, v. 32, n. 4, p. 533-550, nov. 2001. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/s0016-7185\(01\)00012-4](http://dx.doi.org/10.1016/s0016-7185(01)00012-4)>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2018.

MOLINA, Fabio Silveira. **Megaeventos e produção do espaço urbano no Rio de Janeiro**: da “Paris dos trópicos” à “Cidade Olímpica”. 2012. 229 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MOTTA, Marcelo Paiva de. O centro comercial do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX – uma interlocução com a noção de área central. In: ABREU, Maurício A. (Org.). **Rio de Janeiro**: formas, movimentos, representações. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005. p. 106-127.

OLIVEIRA, Thabata Fonseca de. **Os conjuntos habitacionais dos institutos de aposentadoria e pensões (1941-1969) e a produção do espaço urbano do subúrbio da**

Leopoldina - cidade do Rio de Janeiro. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

PARISSE, Lucien. **Favelas do Rio de Janeiro: Evolução e sentido.** Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais – CENPHA, 1969.

PINHEIRO FILHO, Arthur Alves. **Acumulação de tempos desiguais na Cidade Nova no contexto da urbe carioca: do mangal de São Diogo ao surgimento do bairro.** Rio de Janeiro, 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008

PINTO, Maria Novaes. A cidade do Rio de Janeiro: evolução física e humana. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 191-232, abr./jun. 1965

QUINTELA, Maria Alcina. **O lugar das festividades religiosas no espaço urbano do Rio de Janeiro (1830-1910).** 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

RABHA, Nina Maria de Carvalho Elias. **Cristalização e resistência no centro do Rio de Janeiro.** 1984. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

_____. **O centro do Rio: perdas e ganhos na histórica carioca.** 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RIBEIRO, M. R. T. L. G. **Bairro de Guadalupe: O processo de consolidação de um bairro a partir de uma experiência governamental no campo da habitação popular.** In: ABREU, Maurício A. (Org.). **Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações.** Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005. p. 226-254.

SALDANHA, Carlos Fernando F. **Meios de Transporte Coletivos de Tração Animal na Cidade do Rio de Janeiro (1838-1892).** 2008. 67 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Maria Cristina Siqueira dos. **Permanência e mudança no uso do solo: O bairro do Jardim Botânico, RJ.** 1985. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

SANTOS, Robson de Castro dos Santos. **Transformações no espaço comercial de Madureira:** valorização do consumo e as formas comerciais. 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SERPA, Vera Schrader. **O subcentro comercial do Méier:** Contribuição ao estudo da estrutura varejista intraurbana derivada do processo de descentralização da metrópole do Rio de Janeiro. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

SILVA, André Luiz Bezerra da. **Transporte e Circulação na Reprodução Espacial Urbana:** considerações sobre o metrô do Rio de Janeiro. 2008. 239 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Jan Carlos da. A polícia e o controle da prostituição na cidade do Rio de Janeiro (1841-1942). In: ABREU, Maurício A. (Org.). **Rio de Janeiro:** formas, movimentos, representações. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005. p. 72-105.

SILVA, Mauro Gil Ferreira e. **O papel dos médicos na valorização das áreas litorâneas da cidade do Rio de Janeiro.** 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SILVA, Maria Laís Pereira da. Favelas do Rio de Janeiro: localização e expansão através do espaço urbano (1928-1964). In: ABREU, Maurício A. (Org.). **Rio de Janeiro:** formas, movimentos, representações. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005. p.176-201.

SILVA, Marta do Nascimento. **A Favela como expressão de conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro:** o exemplo da Zona Sul carioca. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SILVEIRA, Patrícia Gomes da. **A Metrópole é Aqui:** redes de abastecimento e o porto do Rio de Janeiro no comércio de cabotagem, 1799-1822. 2013. 137 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SOUSA, Raquel Gomes de. **Cinemas no Rio de Janeiro:** trajetória e recorte espacial. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

STROHAECKER, Tânia Marques. **O bairro de São Cristóvão**: De arrabalde aristocrático a periferia do centro. 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

APÊNDICE B - FICHA DE ANÁLISE: TRABALHOS	
Nome da Ficha:	
Título do ():	
Tipo de Obra:	
Autor:	
Citação:	
Título Original de publicação:	
Ano original de publicação:	Páginas usadas:
Local original de publicação:	
Palavras Chave:	
Tema:	
Resumo:	
Conceitos:	
Fontes:	

CITAÇÕES	
Autores mais citados	Obras mais citadas
1	1
2	2
3	3
4	4
5	5
ESPACIALIDADE DA OBRA	
Escala:	
Área escolhida:	
Recortação:	
PERÍODO	
Período(s) escolhido(s):	
Método de periodização:	
IMAGENS	
Tipo/Número de imagens:	

APÊNDICE C – EXEMPLO DE INSERÇÃO NO CADERNO DE LEITURA**CHAVES_R_2008_O**

ABREU, 2003 4

ABREU, 2005

CZAJKOWSKI, 2000

FURTADO, 1991

(LAMEGO, 1964 2

PIZARRO e ARAÚJO, 1948

PRADO JÚNIOR, 1999 2

(TODOROV, 2003 3

TUAN, 1983

WEHLING, 1994 2

Mapa 8: Capitania do Rio de Janeiro – Distribuição de sesmarias (1565 – 1600) Abreu 2003 MAPA

Mapa 7: Capitania do Rio de Janeiro – Distribuição de sesmarias (1567 – 1600). Abreu 2003 MAPA

Mapa 6: Capitania do Rio de Janeiro – Distribuição de sesmarias (1565 – 1566) Abreu 2003 MAPA

Mapa 3 - Aparência do Rio de Janeiro. João Teixeira Albernaz 1666 MAPA

Mapa 2 Distrito do Rio de Janeiro. João Teixeira Albernaz 1631. MAPA